

Edição Especial  
8º CBEU  
junho 2018

# Extensão & Sociedade

Revista da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte | ISSN 2178-6054





# Extensão & Sociedade

Revista da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte | ISSN 2178-6054

**Edição Especial Comemorativa do  
8º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária  
Junho 2018**

André Chab

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

### REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

### VICE-REITOR

José Daniel Diniz Melo

### PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

### PRÓ-REITOR ADJUNTO DE EXTENSÃO

Breno Guilherme de Araújo Tinoco Cabral

## EQUIPE EDITORIAL/UFRN

### EDITORA GERENTE

Magnólia Fernandes Florêncio de Araújo

### EDITORES

Candida de Souza

Maria Laís dos Santos Leite

José Correia Torres Neto

### COLABORADORES

Germano Freitas Gonçalves (bolsista)

João Batista da Costa Junior (bolsista)

Sofia Ohanna Fontes Graciano (bolsista)

Sérgio Valério Mendonça da Silva

Veridiano Maia dos Santos

### CONSELHO EDITORIAL

Magnólia Fernandes Florêncio de Araújo (UFRN)

Candida de Souza (UFRN)

José Correia Torres Neto (UFRN)

Maria Rita Monteiro de Lencastre Campos (Universidade de Coimbra)

Márcia Gorete Lima da Silva (UFRN)

Claudianne Amorim Noronha (UFRN)

### REVISÃO DE NORMAS

Candida de Souza

Maria Laís S. Leite

### SELEÇÃO DE IMAGENS

João Batista da Costa Junior (bolsista)

Luciana Melo de Lacerda

### FOTO DE ABERTURA DO ARTIGO 8

Gabriela Cabral

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Luciana Melo de Lacerda

### ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Marcos Alberto Andruchak

### REALIZAÇÃO 2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Pró-reitoria de Extensão – PROEX

Campus Universitário Lagoa Nova

Av. Senador Salgado Filho, 3000

CEP 59078-970

Natal/RN - Brasil

# Apresentação

Neste número especial a Revista Extensão & Sociedade contempla trabalhos selecionados a partir dos manuscritos encaminhados para apresentação no Congresso Brasileiro de Extensão-CBEU que em sua 8ª edição foi sediada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN entre os dias 28 e 30 de junho de 2018.

O CBEU é o maior encontro brasileiro de extensão universitária em Instituições Públicas de Ensino Superior, tendo como objetivo discutir os desafios da extensão universitária no Brasil, propiciando a discussão sobre os Contextos e Potencialidades da Extensão integrando os conhecimentos da universidade e da sociedade com proposições inovadoras para a sociedade.

O evento recebeu participantes de todas as regiões do Brasil e de outros países, com resumos ou trabalhos completos que foram apresentados em sessões de comunicações orais, dos quais 12 foram selecionados para esta publicação que recebeu o mesmo tema do evento: *Extensão e Sociedade: Contextos e Potencialidades*.

A temática ressalta a articulação entre a universidade e a sociedade de maneira ampliada por meio da extensão que têm se consolidado pela participação ativa de servidores docentes, servidores técnicos-administrativos, estudantes e outros atores da comunidade acadêmica junto a comunidades e organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

Os artigos, que contemplam várias áreas da extensão, foram selecionados a partir de indicação durante o processo de avaliação, tendo todos eles recebido nota máxima por dois avaliadores, com base nos critérios estabelecidos pela comissão científica e levando em conta a aderência à temática do 8º CBEU.

Os textos trazem as experiências de ações de extensão muitas vezes integradas à pesquisa e ao ensino, com temas atuais e importantes para as discussões do contexto presente.

**MAGNÓLIA FERNANDES FLORÊNCIO ARAÚJO**

**MARIA LAÍS DOS SANTOS LEITE**

## Sobre a capa dessa edição especial

Esta obra permite uma diversidade de interpretações relacionando pontos como ensino, educação, diversidade, crescimento e acessibilidade. Coloca o humano como centro da produção do conhecimento e seu respectivo registro nos livros para disseminar ideias, projetos, informações e experiências, tudo como suporte para a construção do presente e do futuro com base em todo o alicerce até agora estruturado.

A extensão universitária envolve tudo isso e não se limita apenas aos alunos regulares. Envolve professores, servidores, alunos e comunidade externa. Com isso gera a difusão de conquistas culturais, científicas e tecnológicas através de seus núcleos de atuação. Considera a articulação do conhecimento advindo das pesquisas e o insere na realidade social de coletividades, fomentando saberes e fazeres, respeitando e transformando sua linha de ação e intervindo em suas deficiências. Em resumo, promove a aproximação da academia com as comunidades.

Att.

**ANDRUCHAK**



# Sumário

JORNALISMO MULTIPLATAFORMA NA UNIVERSIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA AGÊNCIA FOTEC DE COMUNICAÇÃO EXPERIMENTAL MULTIMÍDIA	09
ENGENHARIA & ARTE: REPRESENTAÇÃO DA ENGENHARIA MECÂNICA ATRAVÉS DE MOSAICOS	19
ESPORTES UNIFICADOS: FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER INCLUSIVO	29
GRATIDÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS	41
PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DA UNIVERSIDADE: PRODUÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS SOBRE HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA	51
JOGOS ELETRÔNICOS DE MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	61
MULHERES RURAIS – DESNATURALIZANDO HISTÓRIAS SILENCIADAS	69
ROSÁRIOS – DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA EM MOVIMENTO	77
A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE EXTENSIONISTA PARA A PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	83
DIREITO DE FAMÍLIA NO PROJETO DE EXTENSÃO PROMOTORAS LEGAIS POPULARES/DF: ANÁLISE DE UM CASO CONCRETO	91
O PAPEL DA EXTENSÃO NO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	103
A UNIVERSIDADE E A SUA ATUAÇÃO PARA ESTIMULAR O EMPREENDEDORISMO, A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	113
A SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE INCENTIVAR CRIANÇAS A SE ENGAJAREM EM UM MODELO DE VIDA SUSTENTÁVEL	121



# Editorial

Os trabalhos apresentados nesta edição são fruto do IX CBEU 2018, o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Neste momento decidiu-se fazer este número especial da Revista de extensão da UFRN tanto pelo fato de o Congresso estar sendo realizado na instituição, como uma forma de a extensão comemorar o momento em que ela faz 60 anos, ao lado de outra edição também comemorativa.

Os artigos foram selecionados a partir de indicação durante o processo de avaliação, tendo todos eles recebido nota máxima na avaliação, pelos dois avaliadores e contemplam várias áreas da extensão.

Os textos trazem as experiências de ações de extensão muitas vezes integradas à pesquisa e ao ensino, com temas atuais e importantes para as discussões do contexto presente. Na área do Trabalho destacou-se um artigo que mostra como a Extensão exerce papel importante na formação de mulheres submetidas a algum processo de exclusão social. O tema do Meio ambiente revela trabalho sobre a estimulação do empreendedorismo da produção de alimentos orgânicos e do desenvolvimento sustentável local pela universidade, bem como discute o incentivo a um modelo de vida sustentável para crianças por meio da sensibilização ambiental.

A área de Educação está representada por textos que apontam para o aspecto interdisciplinar desse tema, ao tratar, por exemplo, do resgate e sistematização de conhecimentos de mulheres relativamente à opressão de gênero, ao mesmo tempo em que outros artigos discutem a promoção da experiência com os Jogos Eletrônicos jovens adultos com deficiência intelectual ou jogos didáticos para o ensino da história.

Ainda na área da educação foram selecionadas ações que descrevem como desenvolver e potencializar o sentimento de gratidão entre os estudantes e a promoção de valores sociais, em contexto educativo, ou que expõem os desafios superados ao se desenvolver um modelo para o desenvolvimento do esporte e lazer inclusivo, promovendo a transformação das relações sociais na escola.

Surpreendente é compreender como a Engenharia Mecânica para jovens pode estimular a opção de cursar uma engenharia desconstruindo o estereótipo de que não há criatividade, beleza ou potencial artístico nas ciências exatas.

Em Direitos humanos e justiça foram selecionados artigos que tratam da importância da atividade extensionista para a promoção de direitos humanos e do direito de família. A comunicação está representada por texto que fala sobre a experiência de uma agência de comunicação experimental multimídia e, por fim, temos um artigo da área de Cultura que apresenta a Diversidade Cultural Brasileira em ações que permitem reconhecer e disseminar a cultura brasileira por meio da dança e da música.

Em **ROSÁRIOS – Diversidade Cultural Brasileira em Movimento**, Vitor Luiz Rocha Rodrigues, Jeferson Eduardo Lopes dos Passos e Juliana Castro Bergamin da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em Minas Gerais relatam a experiência do Programa ROSÁRIOS, ação de extensão existente desde abril de 2010, um grupo artístico de danças folclóricas brasileiras que oferecem oficinas gratuitas ao público em geral, além de atividades nas instituições formais de ensino e espaços diversificados de prática; possibilitando o questionamento sobre cultura popular e identidade, através do reconhecimento de nossa diversidade e a valorização da identidade cultural brasileira.

Itamar de Moraes Nobre, Andrielle Cristina Moura Mendes Guilherme, Elis Dejene da Silva Lopes e Maria Luiza Silva Guimarães no manuscrito **Jornalismo Multiplataforma na Universidade: um relato de experiência da Agência FOTEC de comunicação experimental multimídia** narram a experiência vivenciada no referido projeto de extensão vinculado ao Departamento de Comunicação Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, reflete-se ainda sobre as práticas comunicacionais no percurso formativo dos estudantes de Jornalismo, Audiovisual e Publicidade desde o planejamento de oficinas sobre técnicas de apuração e produção de conteúdo até a realização de coberturas jornalísticas dentro e fora da universidade com foco na experimentação das linguagens jornalísticas, em texto, foto, vídeo e *podcast*.

Em **A importância da atividade extensionista para a promoção de direitos humanos** Alina Caroline Silva dos Santos, Jaqueline do Nascimento Cruz e Raissa Fernanda Souza Palheta da Universidade Federal do Pará (UFPA) fazem um relato sobre a experiência extensionista obtida no Programa Universidade Popular em Direitos Humanos (PUPDH), o qual objetiva contribuir com o processo de formação profissional dos alunos de Serviço Social enquanto bolsistas e estagiários por meio de atividades extensionistas.

Thalita Najara da Silva Santos em **Direito de família no projeto de extensão Promotoras Legais Populares/DF: análise de um caso concreto**, apresenta o projeto de extensão vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília com base em três marcadores teóricos metodológicos que compõem o projeto, são identificados: feminismos, Direito Achado na Rua e educação popular.

No trabalho **Engenharia & Arte: representação da engenharia mecânica através de mosaico**, Jefferson Rodrigues da Silva, André Luís dos Santos Brito, Geovanne Tavares Faria, Leandra de Campos Gabriel, Wesley José de Oliveira e Luiz Augusto Ferreira de Campos Viana do campus Arcos do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) apresentam a experiência do projeto Engenharia & Arte que propõe a apresentação da Engenharia Mecânica e suas vertentes de atuação através da arte. Para tal, alunos do ensino fundamental de escolas públicas da região de Arcos, Minas Gerais, fizeram coletivamente vinte quadros de mosaico sobre o curso. Essas obras compõem uma revista (virtual e impressa) e uma exposição itinerante intitulada Eu vos Declaro Engenharia e Arte que percorre escolas, instituições e eventos interessados em recebê-la.

Vagner Roberto Bergamo, Vanderlei Palandrani Junior, Bruna Marcelino Santana, Mariana Rosa Brandão, Marina Matsumoto, Jefferson Eduardo Hespanhol, Marcelo Gurian e Mariângela Coelho de C. Camilo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) no texto **Esportes unificados: ferramenta para o desenvolvimento do esporte e lazer inclusivo** expõem os desafios superados pelo projeto de extensão no processo de inclusão das pessoas com deficiência da escola parceira. O projeto teve como objetivo: despertar os distintos grupos – alunos com e sem deficiência - para o convívio social, considerando a educação física como elemento de formação social; transformar as relações sociais na escola e exercitar a inclusão de maneira efetiva.

Em **Gratidão: um estudo a partir da educação em valores humanos**, Daysa Maria Saraiva Rocha, Heloísa Bárbara Cunha Moizeis, Isabelle Gomes Oliveira, Lucas José Bacalhau Silva e Flávia Marcelly de Sousa Mendes da Silva da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) abordam o projeto realizado em uma instituição de ensino da rede pública localizada na cidade de João Pessoa-PB que objetivou desenvolver e potencializar no contexto educacional o sentimento de gratidão entre os estudantes e a promoção de valores sociais, principalmente os de cunho interativo e normativo.

O artigo **A universidade e a sua atuação para estimular o empreendedorismo, a produção de alimentos orgânicos e o desenvolvimento local sustentável** de autoria de Luiz Eugênio Veneziani Pasin, Dener José Rigotti Chaves, Luiz Gonzaga Carneiro e João Pedro Souza Medeiros apresenta uma experiência de ação extensionista desenvolvida na Universidade Federal de Itajubá-UNIFEI em Minas Gerais, em diversas fases nos últimos 08 (oito) anos, onde o tendo como foco a promoção do empreendedorismo, o empoderamento e o desenvolvimento local sustentável mediante a organização socioprodutiva entre os parceiros institucionais, estimulando o comportamento empreendedor e a capacidade de cooperação entre os feirantes (agricultores familiares, artesãos, microempreendedores) da Feira Agroecológica e Cultural de Itajubá-FACI.

**MAGNÓLIA FERNANDES FLORÊNCIO ARAÚJO**

**MARIA LAÍS DOS SANTOS LEITE**

**CANDIDA DE SOUZA**

**JOSÉ CORREIA TORRES NETO**



# JORNALISMO MULTIPLATAFORMA NA UNIVERSIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA AGÊNCIA FOTEC DE COMUNICAÇÃO EXPERIMENTAL MULTIMÍDIA

Itamar de Moraes Nobre<sup>1</sup>; Andrielle Cristina Moura Mendes Guilherme<sup>2</sup>; Elis Dejana da Silva Lopes<sup>3</sup>; Maria Luiza Silva Guimarães<sup>3</sup>

## RESUMO

Relata-se a experiência vivenciada no projeto de extensão Agência Fotec de Comunicação Experimental Multimídia ([www.fotec.ufrn.br](http://www.fotec.ufrn.br)), do Departamento de Comunicação Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e reflete-se sobre as práticas comunicacionais no percurso formativo dos estudantes de Jornalismo, Audiovisual e Publicidade desde o planejamento de oficinas sobre técnicas de apuração e produção de conteúdo até a realização de coberturas jornalísticas dentro e fora

da universidade com foco na experimentação das linguagens jornalísticas, em texto, foto, vídeo e podcast. Apenas em 2017, a Agência Fotec produziu 84 vídeos para o Youtube; 334 publicações para o Facebook; 117 postagens para o Instagram e 132 reportagens para o site da Agência Fotec, gerando um total de 175.710 visualizações. Através da associação da observação participante com a pesquisa bibliográfica, chegou-se a compreensão segundo a qual além de estimular o desenvolvimento de múltiplas

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia/UFRN e do Departamento de Comunicação Social/UFRN.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Discente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia/UFRN.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Discente do curso de Jornalismo, do Departamento de Comunicação Social/UFRN.



habilidades para a produção de reportagens, vídeos, documentários, entrevistas, fotografias e estratégias de disseminação de um conteúdo mais crítico e contextualizado, o projeto oferece um espaço para reflexão da prática, visando um despertar da responsabilidade produtiva a

partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão com vistas a construção de um conhecimento prudente.

**Palavras-chave:** Comunicação; Percurso formativo; Extensão universitária.

---

## INTRODUÇÃO

O trabalho visa relatar a vivência no projeto de extensão Agência Fotec de Comunicação Experimental Multimídia ([www.fotec.ufrn.br](http://www.fotec.ufrn.br)), apresentar uma reflexão sobre o papel da Agência como espaço formador dentro do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e socializar algumas das contribuições do projeto para o aprimoramento de competências, habilidades e atitudes dos estudantes enquanto futuros profissionais da comunicação a partir de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em vigor desde 2005, o projeto atua em três frentes de trabalho: na cobertura jornalística anual da Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura (CIENTEC) da UFRN; na cobertura jornalística de outros eventos de interesse público, organizados dentro e fora da universidade; e junto a escolas da rede pública de ensino em Natal (RN), na formação de jornalistas cidadãos. Estima-se que aproximadamente mil estudantes tenham participado do projeto nos últimos 13 anos.

Idealizado e coordenado pelo Prof. Dr. Itamar de Moraes Nobre, o projeto tem como objetivos estimular nos alunos a produção de sentido no campo jornalístico, fotojornalístico, telejornalístico, no da assessoria de imprensa e publicidade e propaganda e incentivar a promoção e divulgação do conteúdo no site da Agência Fotec ([www.fotec.ufrn.br](http://www.fotec.ufrn.br)), no blog da assessoria de imprensa (<http://assessoriafotec.wordpress.com/>), nas redes sociais digitais da Agência no Instagram, Youtube, Twitter e Facebook e na mídia externa.

Formatado inicialmente como núcleo de Fotografia Experimental em Comunicação com o único objetivo de promover a cobertura fotojornalística da 12ª Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Cientec/UFRN), o projeto tornou-se em 13 anos um laboratório experimental multimídia onde os alunos podem desenvolver suas habilidades e seus talentos através da prática das diversas linguagens da comunicação num ambiente multiplataforma, produzindo conteúdo a partir da articulação de diversos meios de comunicação para coberturas informativas (SALAVERRÍA, 2005).

Também classificado como jornalismo multimídia, o jornalismo multiplataforma é praticado quando uma empresa, coletivo ou agência de comunicação coordena as coberturas noticiosas realizadas em texto, imagem e áudio, como ocorre na Fotec.

Com a renovação e atualização do projeto, o formato se expandiu até chegar ao molde atual: uma agência experimental de comunicação, que além de realizar a cobertura jornalística da Cientec, conta com uma equipe fixa para cobrir eventos de interesse público, vinculados à instituição de ensino, durante o ano inteiro.

Desde 2007 a Fotec é convidada para cobrir eventos ligados ao meio acadêmico dentro do estado, como é o caso do 8º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), até congressos fora do Rio Grande do Norte, como o 12º Colóquio Internacional de Comunicação

para o Desenvolvimento Regional (Regiocom), em 2007, no Ceará. Esse estímulo externo fez com que o projeto crescesse e ganhasse reconhecimento na esfera acadêmica.

Atualmente, a agência funciona como um laboratório no qual os alunos aprendem na prática os conhecimentos técnicos construídos na sala de aula. Além disso, o projeto também abre espaço para o exercício da prática comunicativa em seus diferentes vieses, seja no meio jornalístico, publicitário ou audiovisual, promovendo um diálogo transversal entre essas três áreas.

Devido ao caráter experimental do trabalho, os estudantes podem transitar por todas as áreas da comunicação, não limitando-se ao seu curso específico, tornando-se dessa forma aptos para o mercado, que tem exigido cada vez mais profissionais com perfil multimídia, que conheçam os diferentes formatos e saibam produzir em um ambiente multiplataforma. A agência possibilita que os estudantes exercitem a produção jornalística antes de entrar no mercado, demonstrando a relevância dos laboratórios de comunicação dentro das universidades.

Além de servir como um ambiente de experimentação em comunicação social, o projeto também cumpre um papel de gerador

de memórias. Em 12 anos de cobertura jornalística da Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura, não só com a produção de conteúdo em fotografia, mas também texto, vídeo e podcast, a Fotec contribuiu para a construção de um arcabouço memorial sobre a Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura da UFRN composto por um banco de dados que vem sendo ampliado há mais de uma década, pois desde 2006 o projeto realiza a cobertura jornalística (inicialmente apenas fotográfica) da Cientec.

Considerado um diferencial na formação dos estudantes de Comunicação Social, o projeto tem recebido apoio da Pró-reitoria de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte desde a criação da agência, em 2006.

Ao aliar as atividades de ensino e extensão, na perspectiva de gerar resultados possíveis de serem analisados no campo da pesquisa, o projeto contribui para a formação de agentes comunicacionais capazes de assumir diferentes funções, analisar as dificuldades e criar possibilidades para aprimorar a própria prática, dentro do seu processo de ensino-aprendizagem.

---

## DESENVOLVIMENTO

Este relato de experiência foi construído a partir da associação entre a pesquisa bibliográfica e a observação participante. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo; sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, enquanto a observação participante consiste na participação real do pesquisador na comunidade ou grupo.

Na observação participante, o pesquisador se incorpora ao grupo e se confunde com ele. Esta estratégia metodológica, segundo as

autoras, se subdivide em observação artificial e observação natural, quando o observador pertence à mesma comunidade e participa das atividades normais desta. Por ter sido realizada por integrantes do projeto, a observação participante que resultou neste relato de experiência se deu de forma natural - em contraposição à forma artificial -, pois os observadores já pertenciam ao grupo que investigavam.

Ao perceber que a observação participante seria insuficiente para dar conta do objeto, ou seja, da reflexão sobre as práticas formativas da Agência, optou-se por inserir a pesquisa bibliográfica no arcabouço metodológico. Segundo

Trujillo (1974, p. 230), esta técnica oferece ao pesquisador um reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. Não se trata, acrescentam Marconi e Lakatos (2010), de repetir o que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas de propiciar o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Em conjunto, as duas estratégias metodológicas ofereceram um instrumental metodológico adequado para o grupo de pesquisadores no levantamento de informações, na análise do percurso formativo, e na construção de uma reflexão acerca das práticas educacionais deste projeto de extensão.

Considerada um processo educativo, a extensão universitária pode ser vista como uma ação da universidade juntamente à comunidade. Quando se pensa nas possibilidades que um aluno de graduação encontra dentro da sua instituição de ensino superior, tem-se o pilar: ensino, pesquisa e extensão. Fazendo parte desse trio, a extensão tem sido um importante suporte para esse pilar, proporcionando aos alunos (que fazem parte de projetos de extensão) um ensino de forma integrada com a comunidade ao seu redor.

As atividades de extensão podem ser classificadas como uma “ponte” que liga a universidade à comunidade, promovendo uma interação entre ambas. Essa ponte é como um caminho de “mão dupla”, em que a universidade leva seus conhecimentos científicos e assistência à comunidade ao mesmo passo em que a comunidade oferece valores, experiências, conhecimento popular. Dessa forma, na extensão universitária há uma relação de intensa reciprocidade e retroalimentação.

Freire (1983) menciona o caráter humanizado de determinadas ações extensionistas, que levando em consideração a reciprocidade e a retroalimentação, objetivam estender algo a; oferecer algo à alguém. Essa reciprocidade é observada nas atividades da Agência Fotec de Comunicação Experimental Multimídia,

considerada um importante suporte para a formação do aluno de graduação em seus 13 anos de atuação.

Através da Fotec, os estudantes - em sua maioria, voluntários - experimentam a rotina de trabalho do jornalista, publicitário e produtor audiovisual na prática. Além disso, interagem com as fontes, dialogam com a mídia externa e atuam como multiplicadores junto a estudantes da rede pública de educação no Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal. Isso ocorre durante a Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura e também em atividades paralelas.

Dentro de uma perspectiva da metodologia participativa, os alunos são estimulados a sugerir mudanças na rotina de produção, experimentando novas linguagens e testando novos formatos dentro do âmbito da comunicação. Esse caráter participativo, aliado a uma educação colaborativa, contribuiu para a consolidação do projeto dentro do percurso formativo da graduação em Jornalismo, Audiovisual e Publicidade.

Como as atividades são planejadas e realizadas coletivamente, os educandos participam diretamente da própria formação. A metodologia do projeto é toda construída pelos alunos por meio dos relatórios escritos a cada ano que trazem além da avaliação das atividades, sugestões do que deve ser incluído no ano seguinte.

No que diz respeito à produção de conteúdo, num primeiro momento, os alunos escolhem a tarefa que irão realizar dentro da cobertura noticiosa, mas com o andamento do projeto são incentivados a experimentar outras funções para que adquiram segurança em realizar todas as etapas de produção de conteúdo.

Na redação da Fotec, a equipe dedica-se a exercitar a linguagem jornalística nas multiplataformas ao registrar e noticiar eventos realizados dentro e fora da instituição. Além de colaborar com a elaboração da pauta jornalística, indicando que eventos serão noticiados, os estudantes entrevistam, escrevem, fotografam, gravam vídeos, atualizam as redes sociais digitais da Agência e distribuem o material para a mídia externa.

Muitos estudantes têm o seu primeiro contato com o mercado local através da Agência. Publicadas na mídia externa, as reportagens realizadas no âmbito do projeto passam a compor o portfólio do aluno. Uma das empresas parceiras é a Tribuna do Norte, que desde 2012 publica parte do conteúdo produzido pela Agência Fotec. Ao fim do curso, os estudantes que viveram essa experiência têm maiores chances de contratação nas empresas do setor. Além de exercitar a linguagem jornalística, os educandos aprendem a trabalhar em equipe e a criar suas próprias rotinas produtivas, enfocando não somente resultados eficazes, mas também a eficiência do processo. O trabalho é sempre cooperativo, pois não há estímulo para a competição; o aprendizado é construído coletivamente; todos ensinam e todos aprendem.

As coberturas jornalísticas são realizadas de modo solidário e os grupos costumam se organizar espontaneamente. O que mostra que é possível superar o individualismo e produzir em colaboração.

Os monitores, que auxiliam na coordenação do projeto, buscam honrar a experiência que os estudantes trazem à sala de aula para expandir o conhecimento e ampliar o senso de solidariedade. Segundo Koob (2016), a autonomia e a libertação, em uma sala de aula democrática, são garantidas pela relação de amorosidade entre os presentes na sala de trabalhos. Segundo o autor (KOOB, 2016, p. 64):

A amorosidade tem as seguintes conotações na sua teoria educativa: o educador (a) deve criar um clima afetivo e de inquietação em sua sala de aulas que propicie aos estudantes a busca do conhecer com alegria, em *colaboração* e sem competições entre os estudantes, que estimule a aventura do criar e do recriar com curiosidade epistemológica e rigorosidade científica; o educador (a) necessariamente tem que amar o exercício do ato educativo; e, por fim, eles e elas, educadores (as) têm de gostar do que ensinam, os conteúdos programáticos do curso que estão ministrando.

Para Freire (2016), é impossível imaginar um mundo melhorado se nós não adotarmos o sentimento de solidariedade; se não nos tornarmos imediatamente um grande bloco de solidariedade. Segundo o autor, o individualismo é a antítese da solidariedade. “Sob a perspectiva individualista cada um pensa principalmente no seu interesse pessoal e a tendência é nos fecharmos em nós mesmos” (FREIRE, 2016, p. 86). Na Fotec, honra-se a troca de conhecimentos por entender que ela é inerente a construção de novos saberes. Segundo Oliveira (2016), a inserção da humanização e da solidariedade, por um lado, e do fortalecimento vivo da comunidade, como elementos fundamentais do processo educativo, constituem um grande desafio para a educação no século XXI. Uma educação contemporânea, segundo o autor, deve, portanto, ser humanizadora, fomentadora de solidariedade e fortalecedora de comunidade. “Para isso, tem que afrontar o fatalismo histórico da ideologia de mercado, que prega a competitividade e o individualismo extremos, que se contrapõem diretamente à solidariedade e à humanização” (OLIVEIRA, 2016, p. 127). Num clima favorável ao compartilhamento e ao colaborativismo, os educandos são incentivados a experimentar em conjunto o uso e a associação das várias tecnologias da comunicação. Muitos já chegam com um saber próprio a respeito das plataformas de produção e circulação de conteúdo e agregam esse conhecimento à prática do grupo.

De acordo com Freire (2016), com uma economia globalizada, as revoluções ou mudanças tecnológicas têm sido feitas de maneira que afetam profundamente o processo de educação. Segundo o autor, uma das qualidades com que nós temos que nos preocupar em Educação é a de adquirir ou criar a habilidade de responder a diferentes desafios com a mesma velocidade com que as coisas mudam:

Esta é uma demanda fundamental da educação contemporânea. E para responder a esta demanda da educação contemporânea nós precisamos *formar*, e não *treinar*. Há uma diferença radical entre *treinar* e *formar*. Não é somente uma questão semântica. (FREIRE, 2016, p. 73).

Formar, segundo Freire (2016), seria algo mais profundo que simplesmente treinar; seria uma condição para transformar a consciência que temos e aumentar a nossa curiosidade intuitiva, que nos caracteriza como seres humanos.

O autor observa que, do ponto de vista da educação, uma das questões mais sérias com respeito ao presente imediato e ao amanhã é como formar pessoas de maneira que elas não se percam em meio às mudanças que a tecnologia vai criando.

Oliveira (2016) parece seguir a mesma linha de raciocínio quando afirma que a tecnologia, assim como as demandas impostas aos estudantes, num contexto que prioriza treinamento e não formação, podem interferir seriamente na promoção de qualidades como o aperfeiçoamento da habilidade crítica, sobretudo quando não há tempo nem espaço para errar. Para Carvalho (2015), o objetivo principal do ensino não é treinar, mas educar no sentido de enriquecer a capacidade de ação e de reflexão do sujeito em parceria com outros alunos dentro da perspectiva de uma biologia do amor, que expressa-se na aceitação do outro, no modo de viver, no respeito mútuo, na justiça e na solidariedade. Na biologia do amor, segundo esclarece Carvalho (2015), o que faz diferença é o domínio da ação do educador ao acolher, aceitar e respeitar o outro como legítimo na convivência.

A educação, complementa a autora, não é uma mera transmissão de informações ou do conhecimento, mas sim uma transformação na convivência, a partir do acolhimento e da escuta do outro. A aprendizagem se faz como um caminho para a aquisição de habilidades no fazer e conviver, “onde o educador percebe

as capacidades e habilidades do aprendiz para expandir sua visão, convidando-o a ampliar reflexões e coordenação de fazeres”. (CARVALHO, 2015, p. 15).

Para Robinson (2012), a educação não é apenas uma preparação para o que pode vir depois; ela também trata de ajudar as pessoas a viver o presente, pois aquilo que nos tornamos conforme nossas vidas caminham depende da qualidade de nossas experiências aqui e agora. Conforme o autor (2012, p. 68):

A tradição racionalista forçou a separação entre o pensamento e a emoção na psicologia humana e entre as artes e a ciência na sociedade em geral. Distorceu a ideia de criatividade na educação e desequilibrou o desenvolvimento de milhões de pessoas. O resultado é que outras habilidades importantes são ignoradas ou marginalizadas. Essa negligência afeta a todos.

Conforme o autor, as formas convencionais de educação não conseguem identificar e aproveitar os recursos de talento e criatividade que cada um traz consigo. Uma das consequências disso é que cada vez mais pessoas se afastam desse processo. O desafio da Fotec é contrapor essa tendência.

Na Agência, a criatividade é estimulada e os erros, cruciais para o processo de criação, são acolhidos como parte do processo. Segundo Freire (2016), na perspectiva de uma educação que promove a criação do conhecimento, não podemos ter medo de cometer um erro, porque erros são apenas uma consequência dos riscos e arriscar, segundo o autor, é uma parte absolutamente necessária no processo de enfrentar os desafios da sociedade tecnológica.

Segundo Lemos e Pereira (2001), o desafio das escolas de Comunicação é preparar os profissionais para atuarem num ambiente multimídia, sem preconceitos e sem medos frente a uma realidade sempre em mutação. “O educador deve, portanto, preparar-se para trabalhar com o risco e lidar com erros de uma forma positiva, encorajadora e desafiadora” (FREIRE, 2016, p. 75), como é estimulado no projeto.

Os alunos bolsistas e voluntários da Fotec recebem apoio dos estudantes do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob a orientação do Prof. Dr. Itamar de Moraes Nobre e formam, assim, uma rede de colaboração que envolve todos os níveis de ensino da instituição. Todos participam da construção de experiências teórico-práticas colaborativas e solidárias no campo da comunicação social nas mais diferentes fases da produção de conteúdo.

Outras parcerias também se estabeleceram nesses 13 anos de projeto, entre elas, a parceria com a Pró-Reitoria de Extensão (Proex), com o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), com o Departamento de Comunicação da UFRN, com a Superintendência de Informática da instituição, com o projeto de extensão Trilhas Potiguares, entre outras.

Para a produção de conteúdo multimídia, foi reservada uma sala no Departamento de Comunicação Social na universidade, onde funciona a redação da Agência. Embora exista esse espaço físico, os alunos são estimulados a produzir remotamente. Para isso, utilizam os dispositivos móveis digitais como principal ferramenta de captação, produção, edição e distribuição de material de caráter informativo.

Apenas em 2017, a Agência produziu 84 vídeos para o Youtube; 334 publicações para o Facebook; 117 postagens para o Instagram e 132 reportagens para o site da Agência Fotec, gerando um total de 175.710 visualizações.

O número de seguidores no Facebook passou de 1.913, em dezembro de 2016, para 2.190, em dezembro de 2017. No Youtube, o tempo de exibição em minutos aumentou de 5.861 para 7.232, registrando um crescimento de 23,3%, enquanto o número de visualizações passou de 4.553, em 2016, para 5.420, em 2017, representando um incremento de 19% no ano.

Em 2016, os vídeos foram visualizados por pessoas no Brasil, Portugal, México, Peru e Estados Unidos, considerando os países com

maior número de visualizações. Em 2017, o Brasil e Portugal mantiveram-se no topo do ranking, seguidos por Moçambique, Reino Unido e França. O retorno de visitante ao site da Agência Fotec subiu de 24,8% para 33,3% entre 2016 e 2017, indicando uma suposta fidelização do público.

Observa-se que o crescimento no alcance se deu a partir do engajamento espontâneo do público por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos, pois a Agência só trabalha em suas redes sociais com publicação orgânica - sem impulsionamento pago.

A preocupação em experimentar novas linguagens na produção, edição e disseminação de conteúdo através de smartphones deve-se à mudança no perfil de acesso e a uma exigência do mercado jornalístico, visto que o percentual de pessoas que acessaram o site da agência via dispositivos móveis subiu de 25,8% em 2016 - um pouco mais de 1/4 de pessoas - para 49,5% em 2017, o que representa quase metade dos acessos.

Cada vez mais utilizados por profissionais da comunicação, os dispositivos móveis digitais têm promovido alterações nas rotinas de jornalistas, publicitários e produtores de audiovisual, mas a sua utilização ainda é pouco abordada dentro da academia. Dessa forma, ao oferecer uma realidade próxima ao mercado, a Fotec auxilia na formação do aluno e supre uma necessidade que ele, enquanto profissional, irá encontrar no seu campo de atuação.

Atenta às mudanças no consumo de informações - crescente nos dispositivos móveis digitais -, a Agência tem estimulado a experimentação de diferentes formatos nas multiplataformas, por exemplo, as narrativas jornalísticas para o Facebook e Instagram na forma de Stories (Instagram) e lives (Facebook).

Funcionando como um laboratório de comunicação, a Agência Fotec também atua como uma ponte entre a academia e o mercado, pois ao longo de sua atuação, o estudante, além de ganhar experiência, está trabalhando na construção do seu próprio portfólio, ou seja, preparando sua imagem para o mercado de trabalho.

Desde a sua criação, Agência Fotec tem se preocupado em realizar parcerias com empresas locais de comunicação com vistas a conseguir espaço para publicar o conteúdo produzido pelos integrantes do projeto. O fluxo de material para a mídia externa torna-se mais frequente durante a Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando abre-se espaço especificamente para notícias sobre o evento.

Para Santos (2008), a empiria, ou seja, a prática, é um fator fundamental no desdobramento das Ciências Sociais - grande área onde a Comunicação esteve inserida nas últimas décadas -, seja na pesquisa ou extensão. Para o autor, as ciências sociais “nasceram para ser empíricas”, portanto, ao analisá-las deve-se levar em consideração o campo de experimentação.

Possuindo aparato técnico e uma metodologia participativa, a Agência de Comunicação Experimental Multimídia Fotec oferece aos seus integrantes um campo de ensaio para o mercado; um campo propício para a empiria. Entretanto, também estimula a reflexão crítica acerca dos produtos, processos e metodologias partindo do pressuposto de que em um cenário de constante mudança, a formação do profissional precisa estar ancorada por uma eticidade e criticidade, que reverberem na produção de conteúdos socialmente responsáveis, pois, segundo Santos (2000), as novas gerações de tecnologias não podem ser pensadas em separado das novas gerações de práticas e imaginários sociais: a universidade, ao aumentar a sua capacidade de resposta, não pode perder a sua capacidade de questionamento.

---

## CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao comprometer-se desde sua criação com a melhoria da qualidade no ensino da graduação, a Agência Fotec de Comunicação Experimental Multimídia tem oferecido um ambiente propício à formação de pessoas comprometidas, éticas e conscientes da responsabilidade social da comunicação, aptas a assumir múltiplas funções num cenário marcado por transformações estruturais e conjunturais no que diz respeito à forma de produzir, editar, distribuir e consumir conteúdo.

O projeto de extensão tem proporcionado aos estudantes de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte a oportunidade de experienciar a articulação entre a teoria da sala de aula com a prática do mercado, além de vivenciar o processo de adaptação ao mundo do trabalho através da experimentação da linguagem jornalística em seus mais diversos gêneros, formatos, linguagens e plataformas.

Além de estimular o desenvolvimento de múltiplas habilidades para a produção de reportagens, vídeos, documentários, entrevistas, fotografias e estratégias de disseminação de um conteúdo mais crítico e contextualizado, o projeto oferece um espaço para reflexão da prática, visando um despertar da responsabilidade produtiva a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Integrados à Agência Fotec, os estudantes têm a oportunidade de experimentar linguagens, testar ferramentas de comunicação, lidar com práticas emergentes, conhecer novos termos, aprender com os erros e explorar fora de sala de aula aquilo que é estudado dentro dela, buscando teorizar a prática e colaborar com a construção coletiva do conhecimento, dentro de um ambiente fértil e propício à prática profissional e ao desenvolvimento pessoal, que os prepara não só para o mercado e academia, mas para a vida.



## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Margly Octavia Genofre. **Educar na biologia do amor**: um exercício de valores humanos no ensino com o auxílio de tecnologia. Paco Editorial: São Paulo, 2015.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Nita; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Pedagogia da solidariedade**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

KOOB, Bob. Palavras de boas-vindas a Paulo Freire In: FREIRE, Paulo; FREIRE, Nita; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Pedagogia da solidariedade**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. Pp. 11-15

LEMONS, C. E. B; PEREIRA, R. M. Jornalismo hiperlocal no contexto multimídia: um relato de experiência do jornal-laboratório Contramão Online. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. 16. 2011., São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011, p. 1-14.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Fatalismo e conformidade: a pedagogia da opressão In: FREIRE, Paulo; FREIRE, Nita; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Pedagogia da solidariedade**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. Pp. 110-133

ROBINSON, Ken. **Libertando o poder criativo**: a chave para o crescimento pessoal e das organizações. São Paulo: HSM Editora, 2012.

SALAVERRÍA, Ramón. ¿Hacia donde se dirige la convergência de médios? **Revista Latinoamericana de Comunicación Chasqui**. Ecuador. N. 81. p. 32-39, mar, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/160/16008105.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia de universidade à universidade de ideias. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pósmodernidade. São Paulo: Cortez, 2000, p. 187-234.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da ciência**. 2 ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.







# ENGENHARIA & ARTE: REPRESENTAÇÃO DA ENGENHARIA MECÂNICA ATRAVÉS DE MOSAICOS

Jefferson Rodrigues da Silva<sup>1</sup>; André Luís S. Brito<sup>1</sup>; Geovanne T. Faria<sup>1</sup>; Leandra de Campos Gabriel<sup>1</sup>; Wesley José de Oliveira<sup>1</sup>; Luiz Augusto F. C. Viana<sup>1</sup>

## RESUMO

É notório o desconhecimento da sociedade brasileira sobre as engenharias, em específico a Engenharia Mecânica, sendo comum ocorrer indistinção entre o profissional mecânico de automóvel e o engenheiro mecânico. Nesse sentido, o projeto *Engenharia & Arte* propõe a apresentação da Engenharia Mecânica e suas vertentes de atuação através da arte. Para tal, alunos do ensino fundamental de escolas públicas da região de Arcos, Minas Gerais, fizeram coletivamente vinte

quadros de mosaico sobre o curso. Cada mosaico foi feito por cinco alunos, totalizando, portanto, 100 alunos autores. Essas obras compõem uma revista (virtual e impressa) e uma exposição itinerante intitulada *Eu vos Declaro Engenharia e Arte* que percorre escolas, instituições e eventos interessados em recebê-la. Cabe salientar que a exposição tem, além dos mosaicos, obras em alto-relevo e explicação em braile para inclusão de deficientes visuais. O projeto *Engenharia &*

<sup>1</sup> Instituto Federal de Minas Gerais, Engenharia Mecânica.

*Arte* é a oportunidade de levar a Engenharia Mecânica para jovens que muitas das vezes nem mesmo pensariam em fazer um curso superior. Além, estimular a opção de cursar engenharia desconstruindo o estereótipo de

que não há criatividade, beleza e potencial artístico nas ciências exatas.

**Palavras-chave:** Engenharia; mecânica; arte; Arcos; mosaico.

## INTRODUÇÃO

Segundo o dicionário da língua portuguesa Dicio a etimologia palavra *arte* vem do latim *ars*, *artis* e relaciona-se com: “Aptidão inata para aplicar conhecimentos, usando talento ou habilidade, na demonstração uma ideia, um pensamento; o resultado dessa demonstração” e ainda “Criatividade humana que, sem intenções práticas, representa as experiências individuais ou coletivas, por meio de uma interpretação ou impressão sensorial, emocional, afetiva, estética”.

Platão discorda sobre a despreensão prática da arte, segundo ele arte é toda forma de conhecimento ou atividade humana racional e utilitária, submetida a regras, em oposição ao acaso, ao espontâneo ou ao natural, abrangendo ciência e filosofia; assim, estabelece dois tipos de arte ou técnica: a) as judicativas, dedicadas apenas ao conhecimento, as do mundo inteligível; e b) as dispositivas ou imperativas, voltadas para a elaboração de uma atividade material, as do mundo sensível (MICHAELIS, 2018).

Sobre a engenharia, ela tem o mesmo radical da palavra engenhar. Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa define engenhar como: ação de criar na imaginação; idear, imaginar, inventar. E segundo o mesmo dicionário engenharia é: arte de aplicar os conhecimentos científicos à invenção, aperfeiçoamento ou utilização da técnica industrial em todas as suas determinações. Já o dicionário Dicio diz que engenharia é: ciência, técnica e arte da construção de obras de grande porte, mediante a aplicação de princípios matemáticos e das ciências físicas.

De acordo com os significados e definições das palavras engenharia e arte percebe-se que há um consenso de que a criatividade é inerente ao processo de concepção da engenharia ou da arte, e mais ainda, que a engenharia, ela mesma, é uma forma de arte. Os dois conceitos estiveram sempre intrinsecamente interligados, desde as eras mais antigas, em que já se estudavam proporções e padrões matemáticos que aguçavam a percepção humana sobre a beleza.

Luca Nascimento *et al* (2003) estudaram a arte de Leonardo da Vinci subsidiando a ciência e o ideal do cuidado de enfermagem. Eles relacionaram a anatomia do movimento corporal, a ergonomia, com o desenho de Leonardo da Vinci, intitulado “O homem Vitruviano”. Constataram a correlação existente entre um procedimento técnico de enfermagem e toda a arte contida no ato de cuidar, demonstrada através das obras do autor. A correlação mencionada diz respeito não só às questões mecânicas, físicas e anatômicas, como também à subjetividade relacionada à filosofia e à arte, de um modo geral, e à pintura, em particular.

Leonardo da Vinci realizou vários estudos anatômicos, unificando este conhecimento anatômico obtido através da dissecação ao conhecimento da representação artística, focalizando os detalhes da forma externa do corpo humano. Ele transitou pelos domínios da física, geometria, astronomia, óptica, mecânica, arquitetura para criar projetos bélicos, esboços de helicópteros, submarinos, pára-quedas, veículos, embarcações, máquinas



voadoras, turbinas, teares, canhões, pontes, carros de combate e, até mesmo a bicicleta (TEIXEIRA *et al.*, 2009).

Diante do aumento da falta de interesse em estudar matemática por parte de alunos do ensino básico, Andrade (2015) desenvolveu um trabalho que possibilitasse que os alunos percebessem e entendessem alguns conceitos básicos de geometria e sua relação com a arte, bem como diversas aplicações no cotidiano. O trabalho teve como base a construção de mosaicos, obtidos com polígonos regulares, e mostrou como fazer figuras abstratas auto encaixáveis a partir deles. Em conclusão à dissertação de mestrado Andrade escreve:

Sempre que um professor sai da prática tradicional de sala de aula para realizar atividades que envolvem participação em grupo e trabalhos concretos ele desperta grande interesse por parte dos jovens em aprender novos conhecimentos. A matemática por si só não atrai o interesse da maioria das pessoas e é a grande vilã dos estudantes em qualquer parte do mundo, e sempre que houve essa fuga do cotidiano para algo mais inovador, o aproveitamento nas aulas de matemática foi muito superior e conseqüentemente notou-se um aumento nas notas dos alunos. Trabalhar o assunto geometria nos moldes do artista Escher pode muito bem ser compartilhado com professores de outras áreas como Arte e Filosofia, e quando envolve avaliações com pontuações em todas as matérias participantes o interesse e o sucesso do resultado é garantido (ANDRADE, 2015).

Apesar da forte relação entre engenharia e arte, e suas definições parecerem deixar isso muito claro. Existe a necessidade de se apresentar a beleza e potencial artístico das ciências exatas, a exemplo do trabalho realizado por Andrade (2015) em relação ao estudo de geometria. Nesse sentido, a Engenharia Mecânica, muitas das vezes, também é ignorada quanto à arte em si. É preciso, portanto, discutir a importância da arte dentro do processo criativo e de desenvolvimento do conhecimento, no processo cognitivo e da prática na engenharia.

Vidraça é uma interessante metáfora sobre como a sociedade não percebe a presença da engenharia em suas obras:

É irônico o desconhecimento da sociedade sobre o que é Engenharia. Irônico porque, em todas as atividades e em todos os setores do consumo humano, usa-se da Engenharia. Esse fato é conhecido por todas as pessoas que possuem algum nível cultural, no entanto, só é lembrado quando a atenção é voltada para ele, normalmente é totalmente esquecido. A engenharia é transparente, incolor e insípida, é como uma vidraça de uma vitrine: quanto mais limpa menos se vê (vê-se o que está dentro da vitrine), porém, caso venha a sujar-se, aí sim ela aparece (PALMEIRA, 2007).

Além da existência de um estereótipo enraizado na sociedade de que engenharia esteja distante do pensamento artístico, ela tem dificuldade de enxergar no cotidiano a aplicação e as belezas da engenharia. Associado a isso, o campus Arcos do IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais - foi inaugurado recentemente, e na história da cidade de Arcos não havia sido fornecido o curso de Engenharia Mecânica até então. Segundo dados do e-MEC (2016) mostram que na região centro-oeste de Minas Gerais não há nenhum curso de Engenharia Mecânica ofertado por instituição pública (IFMG campus ARCOS, 2016). Outro ponto, a discorrer sobre a região, é que Arcos é extremamente carente quanto ao acesso a eventos culturais. A cidade não conta com cinema, são poucos concertos de música, peças de teatro, etc.

A sociedade em geral enxerga a Engenharia Mecânica como uma ciência limitada à automobilística e de interesse exclusivo para homens. Muitos dos possíveis candidatos a se tornarem alunos do curso não se interessam devido ao desconhecimento. Seus professores, muitas das vezes, também não sabem ao certo o que é ser um engenheiro mecânico e não conseguem, portanto, orientá-los com clareza. Ainda hoje, a maioria dos alunos de Engenharia Mecânica é do sexo masculino, as

mulheres não são tão incentivadas a fazerem o curso. Um levantamento de dados das fichas de alunos inscritos no curso de graduação no IFMG campus Arcos no segundo semestre de 2017 mostra que apenas 20% dos alunos de Engenharia Mecânica são do sexo feminino.

Importante explicitar que o Instituto Federal de Minas Gerais adota uma postura ativa na proposição de ações que visem o ensino integrado, conhecimento holístico, portanto o projeto condiz com a ideologia da instituição, como pode ser observado em alguns documentos oficiais. O projeto Pedagógico de ensino explica ainda que o curso de Engenharia Mecânica do *campus* Arcos aplica uma metodologia de ensino voltada para projetos “ todos os períodos do curso há uma disciplina denominada TAI (Trabalho Acadêmico Integrador), com três créditos (45h) cada, cujos objetivos gerais são:

Propiciar interação e integração entre os diversos campos dos conhecimentos adquiridos; Propiciar uma visão aplicada dos conhecimentos adquiridos; Contextualizar os conhecimentos adquiridos em relação às demandas sociais; Favorecer a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos; Estimular o desenvolvimento da autonomia do aluno; Desenvolver o conhecimento das técnicas de elaboração de projetos (ESTEVES; PAULA, 2006 apud IFMG, 2016).

O projeto contempla ainda o documento PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional IFMG 2014-2018 aprovado ad referendum

do conselho superior (Resolução IFMG 019 de 09 de julho de 2014) no item 5.3 que trata sobre: Organização Didático-Pedagógica da Instituição, nele é explicitada:

O IFMG fomenta que, em sua contínua construção, os projetos pedagógicos dos cursos não devem orientar-se por uma estrutura curricular rígida, baseada no enfoque conteudista e que confine a formação dos discentes aos limites da sala de aula, onde o ensino tem tradicionalmente por base a tentativa de absorção submissa pelos discentes, dos conteúdos descritivos expostos pelos docentes”. No mesmo trecho é adicionado que: “Fomento à Adoção de Metodologias de Ensino Inovadoras: Executar programas/projetos para a adoção de metodologias de ensino modernas e inovadoras, que fundamentadas no conceito de aprendizagem ativa (*active learning*) com comprovada efetividade visando à melhora do processo ensino-aprendizagem (IFMG,2014).

Ainda nesse mesmo documento, ressalta-se do item 6.2 Propostas de Ações de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Graduação, na categoria Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica na alínea: “i) Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem: faz-se necessário empreender reformulações nas formas de ensinar, aprender e produzir conhecimentos, dinamizando os espaços na escola, criados para favorecer o ensino e aprendizagem e para desenvolver estratégias compatíveis com os atuais recursos tecnológicos”.

## METODOLOGIA

O projeto iniciou com o estudo das áreas e disciplinas da Engenharia Mecânica: Estática; Hidráulica e pneumática; Resistência dos materiais; Dinâmica; Processos de fabricação; Processamento dos metais; Física; Metrologia; Ciência dos materiais; Elementos de máquinas; Termodinâmica; Mecânica dos Fluidos; Ensaio mecânicos; Transferência de calor; Eletrotécnica industrial; Máquinas de fluxo; Vibrações mecânicas; Química; Estatística; Cálculo. Foi solicitado aos quatro alunos bolsistas do projeto, que consultassem o Projeto Pedagógico de Curso, documento oficial do curso que expõe as disciplinas e suas ementas. Para cada tema eles escreveram um resumo com visão geral daquela disciplina, buscaram exemplos de aplicações ao cotidiano da engenharia, com citação de três bibliografias de livros sugeridos da ementa. A extensa revisão bibliográfica preparou os bolsistas para encontrarem imagens que pudessem representar bem os temas e posteriormente foi publicada junto à obra produzida, explicando-a.

Segue exemplo sobre o resumo de Física: A física tem como princípio, estudar as mutações ocorridas na matéria no decorrer do espaço e do tempo. O significado da palavra física está relacionado à palavra *episteme*, de origem grega, que significa “conhecimento”. A partir destes conceitos, a física foi definida como: A ciência que estuda a natureza. O estudo físico é composto por uma linguagem de muitos recursos, a linguagem matemática. Sendo assim, compreender os estudos físicos se torna menos complexo quando se compreende os conceitos matemáticos. Ela pode ser dividida em seis áreas: Mecânica clássica; Relatividade; Termodinâmica; Eletromagnetismo, Óptica e Mecânica quântica. Podemos citar como

exemplo de aplicação associado ao eletromagnetismo, um ímã, uma vez que ele é capaz de provocar um campo magnético à sua volta, sendo ele natural ou artificial.

Após essa etapa de definição dos mosaicos, foram selecionadas cinco escolas públicas da região de Arcos, e de acordo com cronograma estabelecido em comum acordo com elas, os bolsistas e alunos do curso voluntários realizaram as oficinas com alunos do ensino fundamental. Os alunos participantes assinaram termo de uso de imagem e de cessão de direito de uso das obras de arte por eles produzidas. Durante as oficinas foi discutido e apresentado reflexões sobre o trabalho em grupo coordenado, distribuição e divisão de tarefas. Os mosaicos foram feitos em cartolina branca, colaram recortes de papel *colorset* com cola tenaz branca, e, além disso, os alunos foram incentivados a reaproveitarem revistas arrecadadas no campus entre servidores e alunos do curso e na própria escola.

Os mosaicos são, ao final, emoldurados e agrupados para comporem a exposição itinerante *Eu vos Declaro Engenharia e Arte* que percorre os campi do IFMG, escolas de Arcos e região, eventos, instituições que se interessarem. Eles possuem miniaturas feitas em alto-relevo feitas através de barbantes, e com explicações em braille.

As obras compõem também uma revista (digital e impressa) contendo as fotografias dos mosaicos, explicação sobre cada um deles: resultado da revisão bibliográfica realizada no início do projeto. A explicação tem papel crucial na disseminação do conteúdo estudado e do campo de atuação da Engenharia Mecânica no intuito de expandir a conhecimento sobre o curso e explicitar as diversas áreas de atuação do profissional.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto *Engenharia & Arte* tomou corpo com o estudo detalhado das ementas da Engenharia Mecânica: a pesquisa foi base para projeto de extensão e será uma importante ferramenta de ensino de uso semestral para aprofundar o conhecimento dos recém ingressantes à instituição sobre o curso, configurando assim, uma indissociabilidade e uma relação equilibrada entre ensino, pesquisa e extensão.

Dentre os objetivos do projeto, pode-se listar: Fomentar a apreciação da cultura; aguçar a curiosidade sobre a Engenharia Mecânica; desconstruir o estereótipo de que a arte e a criatividade não sejam elementos inerentes da Engenharia Mecânica; aumentar o número de candidatos nos processos seletivos do *campus*; estabelecer uma formação pautada na discussão de temas sociais pertinentes ao desenvolvimento humano; valorizar a produção artística como processo de aprendizagem; integrar o IFMG *campus* Arcos à cidade, tornando a instituição mais conhecida.

Torres *et al* (2004) apresentam considerações teóricas e práticas sobre o conceito de Aprendizagem Colaborativa no artigo intitulado “Grupos de consenso: uma Proposta de Aprendizagem Colaborativa para o Processo de Ensino-aprendizagem”. Segundo a pesquisa, em uma proposta de Aprendizagem

Colaborativa, os alunos constroem coletivamente seu conhecimento por meio de uma troca constante de informações, de pontos de vista, de questionamentos, de resoluções de questões e de avaliações. Os autores concluíram que este modelo de aprendizagem tem demonstrado ser efetivo em aumentar o nível acadêmico dos estudantes e em desenvolver habilidades de trabalho em grupo. Estudos reportam que estudantes que aprendem em grupos pequenos demonstram maior realização do que estudantes que foram expostos à instrução sem trabalho cooperativo ou colaborativo. Nesse sentido o projeto *Engenharia & Arte* serviu de ferramenta de ensino, integrando inclusive alunos de diferentes níveis: ensino fundamental com as oficinas, médio como visita à exposição e superior pelo envolvimento dos bolsistas e voluntários e demais alunos com as discussões.

Sobre os materiais utilizados: houve o reaproveitamento de revistas, reforçando-se a importância do uso consciente dos recursos materiais, item contemplado dentro do escopo de estudo da Engenharia Mecânica frente à preocupação e necessidade da consciência ambiental na prática da engenharia, a figura 1 retrata os alunos do ensino fundamental durante uma oficina.



Figura 1: Alunos da Escola Estadual Dona Maricota Pinto na oficina de mosaicos.

Os alunos engajaram bem à proposta e fizeram belas obras. Algumas com temáticas mais abrangentes como mostrado na figura 2: um ímã em menção ao estudo da Física,

outras com conteúdos mais específicos como pode ser visto na figura 3: um micrômetro representado a disciplina Metrologia.



Figura 2: Mosaico Ímã – Física.



Figura 3: Mosaico micrômetro – Metrologia.

A inclusão de pessoas deficientes têm a importância por si só, e ainda por um caráter de conscientização e formação. É válido relatar que uma aluna com deficiência auditiva participou da confecção dos mosaicos com o

auxílio de intérprete. A figura 4 exemplifica como foram feitas miniaturas dos mosaicos em alto-relevo com barbantes para inclusão de pessoas com deficiência visual.

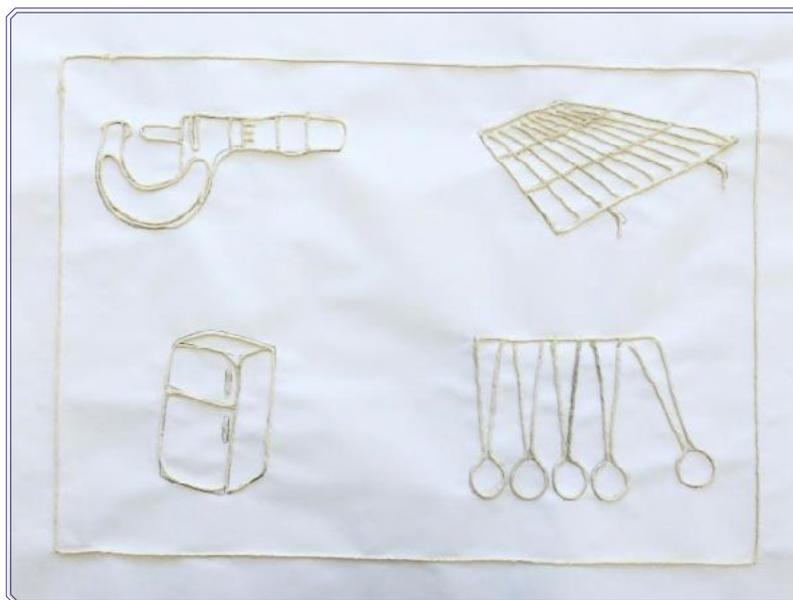


Figura 4: Miniaturas dos mosaicos em alto-relevo .

---

### CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto *Engenharia & Arte* inicia-se com pesquisa sobre a Engenharia Mecânica; estende-se à sociedade apresentando o curso através da arte com atividades de extensão; e expande-se, com o resultado materializado do trabalho (revista e a exposição itinerante), para outras escolas, pessoas, instituições e inclusive volta-se para si e para seus próprios alunos com o ensino de um curso: preocupado com questões sociais, presente no cotidiano das pessoas e que valoriza a arte no processo de formação e transformação social.

Entre os alunos do ensino fundamental percebeu-se o despertar do olhar para a Engenharia Mecânica, muitos fizeram perguntas sobre o curso e sobre a profissão. O projeto tornou, para os alunos envolvidos, tangível a perspectiva de ingressar numa faculdade – sendo, portanto uma ponte entre ensino fundamental, médio e o superior. Houve ainda o esforço de desconstrução do estereótipo de que os cursos ditos de ciências exatas estão desconexos do meio artístico.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. T. **Construção de mosaicos inspirados nas obras de Maurits Cornelis Escher**. Departamento de Matemática Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional, Universidade de Brasília Instituto de Ciências Exatas, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **PDI-Plano de desenvolvimento Institucional IFMG 2014-2018**. Resolução IFMG 019 de 09 de julho de 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Projeto pedagógico do curso de engenharia mecânica**. Agosto de 2016.

NASCIMENTO, M. A.L.; BRITO, J.; SILVA, D.M.. A arte de Leonardo da Vinci subsidiando a ciência e o ideal do cuidado de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online] 2003, 56 Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267019640019>>3483 (data de consulta: 29 de março de 2018).

TORRES, L.; ALCANTARA, P. R.; FREITAS, E. A. I. Grupos de Consenso: Uma Proposta de Aprendizagem Colaborativa para o Processo de Ensino-Aprendizagem. **Revista Diálogo Educacional** [online] 2004: Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189117791011>> ISSN 1518-3483 (data de consulta: 29 de março de 2018).

MICHAELIS DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Editora Melhoramentos, 2018. Site: <http://michaelis.uol.com.br> (acessado em 29/03/2018).

PALMEIRA, A. S. **A sociedade e a engenharia**. Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.tqs.com.br/tqs-news/consulta/artigos/575-a-sociedade-e-a-engenharia> (acessado em 29/03/2018).

SANTOS, R. S.; ESTEVES, O. A.; PAULA, M. I. L. Metodologia de Ensino Inovadora no Curso de Engenharia de Energia da PUC Minas: Um trabalho Acadêmico Curricular. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA, 42., 2014, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Associação Brasileira de Ensino de Engenharia, 2014 apud INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Projeto pedagógico do curso de engenharia mecânica. Agosto de 2016.

TEIXEIRA, A. P. M.; ZAGO, J. R.; REGINATTO, V. **O papel de Leonardo da Vinci e sua contribuição para a ergonomia**. V CIPED Outubro de 2009, São Paulo, Brasil, ISSN 21750289.





## ESPORTES UNIFICADOS: FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER INCLUSIVO

Vagner Roberto Bergamo<sup>1</sup>; Vanderlei Palandrani Junior<sup>2</sup>; Bruna Marcelino Santana<sup>3</sup>; Mariana Rosa Brandão<sup>4</sup>; Marina Matsumoto<sup>5</sup>; Jefferson Eduardo Hespagnol<sup>6</sup>; Marcelo Gurian<sup>6</sup>; Mariângela Coelho de C. Camilo<sup>6</sup>

### RESUMO

O presente trabalho vem expor os desafios superados pelo projeto de extensão “ESPORTES UNIFICADOS: modelo para o desenvolvimento do esporte e lazer inclusivo” no processo de inclusão das pessoas com deficiência da escola parceira. O projeto teve como **objetivo**: despertar os distintos grupos – alunos com e sem deficiência - para o convívio social, considerando a educação física como

elemento de formação social; transformar as relações sociais na escola e exercitar a inclusão de maneira efetiva. **Método**: O projeto teve duração de dois anos, compreendido entre janeiro de 2016 a dezembro de 2017. As oficinas aconteceram, semanalmente no ano de 2016 e quinzenalmente no ano de 2017, nas dependências da escola parceira, tendo duração de 90 minutos. O público alvo foi

<sup>1</sup> Professor vinculado ao curso de Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

<sup>2</sup> Responsável pelo Centro Interdisciplinar da Atenção a Pessoa com Deficiência da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

<sup>3</sup> Aluna Bolsista de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

<sup>4</sup> Ex-aluna Bolsista de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

<sup>5</sup> Coordenadora Pedagógica da escola parceira (EMEF Prof. Vicente Rão).

<sup>6</sup> Professores de Educação Física da escola parceira (EMEF Prof. Vicente Rão).

composto por todos os alunos da escola, tendo o início de implantação progressiva: primeiro semestre de 2016, com oito alunos com deficiência dos anos finais do ensino fundamental, 6º ao 9º anos com os parceiros fixos, totalizando dezesseis alunos; no segundo semestre, alunos dos anos iniciais, 1º ao 3º anos com o rodízio dos parceiros, totalizando oitenta alunos, sendo oito alunos com deficiência e setenta e dois alunos sem deficiência. No ano de 2017 o projeto passou a ser integrado por todos os anos do ensino fundamental, nas aulas de educação física, independente das turmas não terem alunos com deficiência, totalizando neste ano a participação de 543 alunos. **Resultados**

**Alcançados:** Com o desenvolvimento do projeto de extensão, foi possível apontar os impactos positivos nos alunos com deficiências; nos alunos sem deficiências; nos professores de educação física da escola; nos alunos bolsista do projeto de extensão; no coordenador do projeto de extensão. No entanto, considerando o início de uma transformação social, a continuidade de projetos dessa natureza se faz necessária diante do compromisso social da Educação Física e do comprometimento da Universidade com o processo de inclusão no Brasil.

**Palavras-chave:** Esportes Unificados; Pessoas com Deficiências; Extensão.

## INTRODUÇÃO

Para melhor compreensão do presente trabalho, faz-se necessário, inicialmente, entender a trajetória que o processo de inclusão das pessoas com deficiências, em especial nos bancos escolares das escolas municipais de Campinas percorreu, contextualizando brevemente a sua origem.

A inserção da pessoa com deficiência está garantida pela legislação vigente (Diretriz CNE/CEB nº 2/2001, MEC/SEESP), porém tal medida ainda não garantiu a sua efetiva inclusão nas escolas municipais da cidade de Campinas. Provavelmente, as dificuldades para implantação de tal medida que foram se tornando mais evidentes ao longo de sua implantação, foi à preocupação exaustiva com o cumprimento da lei: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”, e não ter cuidado igualmente do apoio ao professor e à escola no seu todo. (BERGAMO, V., ALVES, A.R., BRANDÃO, M.R., 2017)

Embora a implantação das diretrizes CNE/CEB tenha ocorrido, não houve o cuidado adequado de apoio aos professores e à escola no seu todo. Essa adequação ainda não tem ocorrido na totalidade das escolas municipais da cidade de Campinas, provavelmente pela precariedade de estrutura física (acessibilidade física), escassos materiais didáticos e/ou inapropriados a esses sujeitos ou até a falta de formação docente adequada e falta de professores apoiadores com conhecimento específico da disciplina de Educação Física.

Segundo Rodrigues (2006) vários fatores corroboram com o problema quanto a inclusão de alunos com deficiência nos programas de educação física inclusiva, incluindo:

- Ausência do apoio do professor de educação física. O apoio educativo para a inclusão de alunos nas aulas de Educação Física, quando existe, é em termos genéricos por docentes que não são da área disciplinar criando dificuldades para o professor de Educação Física encontrar uma forma mais fácil no diálogo com professor de apoio;



- Alunos com uma gama diversificada de deficiências estão sendo cada vez mais inseridos dentro do ensino regular;
- Cultura generalista de exclusão nas aulas de Educação Física;
- Cultura competitiva constitui outra fonte de exclusão. O sistema de competição exacerbada contribui para a escolha dos melhores em detrimento da exclusão da maioria;
- Dispensa dos alunos com deficiências das aulas de Educação Física. Frequentemente com anuência do professor com algum alívio, pois se sente pouco capaz para dar resposta ao caso;
- Conflitos de interesse, quanto à inclusão de alunos com deficiências nos programas de educação inclusiva, pois da mesma forma que existem adeptos e defensores do sistema educacional inclusivo, existem outros que contrapõem esse sistema.

Entre as dificuldades apontadas por Rodrigues, entendemos que a ausência do apoio aos professores de educação física é a mais significativa. Nesse sentido, o Curso de Educação Física da PUC-Campinas não poderia ficar indiferente ou neutro em face deste movimento de inclusão, por dois motivos: primeiro por constar em seu currículo disciplinas voltadas para o processo de inclusão; por ser a Educação Física parte integrante do currículo oferecido pela escola.

Procurando atender a formação do professor e as necessidades da escola em acolher os alunos com deficiências nos seus bancos escolares, buscamos nos Esportes Unificados da Special Olympics (Special Olympics Handbook. Unifield Sports, 2003), a iniciativa para minimizar tal problema, uma vez que a proposta dos Esportes Unificados foi usada com sucesso nos anos 70 pelos Estados Unidos, onde diretores de escolas especializadas americanas estavam interessados pelo mesmo problema que hoje enfrentamos nas escolas

públicas brasileiras, encontrar programas que colocassem pessoas com deficiências em contato com pessoas sem deficiência, para atender a integração social que era a palavra de ordem daquela época, hoje entendida como inclusão.

Considerando as demandas apresentadas pela escola parceira, foi proposto no biênio 2016/2017, o projeto “Esportes Unificados: ferramenta para o desenvolvimento do esporte e lazer inclusivo”.

Para atender o objetivo do projeto de extensão, iniciamos no primeiro semestre de 2016, trabalhando com o grupo de alunos com deficiências e com os parceiros fixos da mesma sala de aula. Passamos no segundo semestre a revezar os parceiros, assim, todos os alunos da classe tiveram a oportunidade de ser parceiro do seu colega com deficiência. Porém, as classes que não tinham alunos com deficiência, não vivenciaram tal experiência.

Após a sensibilização no ano de 2016 dos alunos e professores da escola parceira, e atendendo a solicitação da coordenação pedagógica e direção da escola, a proposta original do projeto de extensão foi ampliada para atender a necessidades de assistir a todas as crianças com e sem deficiências nas aulas de educação física. Passamos no primeiro semestre de 2017, a organizar as atividades e orientar os professores de educação física na proposta dos Esportes Unificados com a inclusão dos esportes Paralímpicos em todas as aulas de educação física, para todos os alunos da escola.

Partindo do princípio que a inclusão é um movimento novo em nossa sociedade, na qual a população é que se deve preparar para receber o deficiente e não o contrário, incluir os esportes Paralímpicos dentro da filosofia dos Esportes Unificados era a oportunidade de trabalhar a inversão do processo, onde os alunos sem deficiências seriam os atores principais, portanto, passariam a vivenciar por meio dos Esportes Unificados e Paralímpicos



as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiências, despertando assim a consciência e respeito pelo próximo.

A estratégia de sensibilização foi a melhor forma que encontramos para despertar na comunidade escolar (alunos sem deficiências e professores) a necessidade da inclusão. Segundo Bruner (1969), usar o recurso do estranho provoca a comparação e a compreensão da realidade na qual as pessoas com deficiências estão imersas. Ao introduzir temas estranhos à experiências dos alunos, descobre-se que estes são estimulados, uma vez que o estranho está fora de sua compreensão, enquanto que na consideração do familiar permanecem apáticos.

A intenção de colocar todos os alunos nas mesmas condições teve como propósito, despertar nos alunos sem deficiência as dificuldades encontradas quando submetido a situação da pessoa com deficiência procurando despertar a preocupação com o pensar nos outros antes de pensar em si própria, HOFFMAN, E.; SILVEIRA, R. F.; POLYDORO, J.L. (2010)

O objetivo de vivenciar as dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam no dia a dia (locomoção, acessibilidade física e social), foi provocar nos alunos sem deficiências a consciência de que a inclusão só é possível quando a sociedade se adapta para receber o deficiente, não o contrário. Sasaki (1999). Entendemos que o melhor lugar para começar essa revolução é na escola.

Ressaltamos que a inclusão dos Esportes Paralímpicos, foi uma ferramenta de apoio para os professores de educação física, uma vez que os Esportes Paralímpicos não se diferenciam em conteúdos, mas compreendem técnicas, formas de organização e adaptações específicas, visando atender às necessidades especiais dos educandos e assegurar sua participação nas aulas de educação física, não interferindo no desenvolvimento do planejamento escolar, uma

vez que os esportes são semelhantes, somente algumas adaptações seriam necessárias, dentre elas: tamanho da quadra, regras e equipamentos e, colocando todos os alunos independentes das suas condições na mesma situação, facilitou o trabalho do professor, pois o tratamento foi o mesmo para todos os alunos.

Essa iniciativa teve duplo benefício: o primeiro foi tirar dos professores de educação física o peso de incluir em suas aulas os alunos com deficiências, pois às dificuldades que os alunos com deficiência apresentam, em especial na realização das aulas de educação física, uma vez que a deficiência fica evidenciada, dada a natural exposição corporal existente nas atividades físicas e esportivas, tem provocado frustrações nos professores de educação física por não poder dar atenção constante para esses alunos, assim, ficava mais fácil dispensá-los das aulas, quando o correto seria buscar novas metodologias para incluí-los; por outro lado a prática dos Esportes Paralímpicos lhes são familiares e, colocar todos os alunos nas mesmas condições dos alunos com deficiência, facilitaria assim a inclusão dos alunos com deficiência e o trabalho do professor.

Neste sentido, o projeto teve como objetivo: despertar para o convívio social entre distintos grupos, fortalecendo a inclusão, bem como despertar a solidariedade considerando a educação física como elemento de formação social, permitindo à pessoa com deficiência em paridade com os outros as mesmas oportunidades, dessa maneira, transformar as relações sociais na escola e exercitar a inclusão de maneira efetiva.

Indiretamente, o projeto buscou apoiar os professores de educação física da escola parceira no processo de inclusão dos alunos com deficiência, por meio dos conhecimentos e metodologias desenvolvidas nas oficinas, ao mesmo tempo colocar o aluno bolsista como agente de transformação social.

## MÉTODO

Este Projeto adotou como método o uso de oficinas como ações de extensão, a partir do pressuposto que as mesmas oferecem espaços de negociação, em um processo de intervenção dialógica com o público alvo e também possibilita um contexto para a transformação social (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014).

As oficinas segundo Candau (1999) são espaços de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências e de exercício concreto dos direitos humanos.

A proposta do projeto de extensão apresentado originalmente foi modificada, sendo necessário fazer adequações das atividades ora prevista para atender aos anseios da escola parceira.

Contudo, as adequações realizadas não comprometeram a pertinência da metodologia proposta em relação aos objetivos, ao conteúdo, ao cronograma e aos recursos materiais apresentados originalmente.

Embora houvesse necessidade de adequação das atividades e público alvo originalmente previsto, foi possível atender aos objetivos propostos, uma vez que após a oficina ministrada, eram colhidos os depoimentos dos alunos e professores das seguintes questões: a) A oficina cumpriu os objetivos propostos?; b) A estratégia metodológica adotada foi eficaz para o cumprimento dos objetivos?; c) O público alvo participou ativamente das atividades propostas?; d) Demonstraram atenção e interesse?; e) Fizeram sugestões?

Os relatórios diários serviram durante as reuniões semanais de referência para a análise da aproximação ou distanciamento dos objetivos que nortearam o projeto de extensão, ou seja, um meio pelo qual foram identificados os conflitos no processo de ensino-aprendizagem/treinamento. Posteriormente, essa referência levou a uma reinterpretação constante

das metodologias de ensino-aprendizagem/treinamento e da avaliação das oficinas, sempre a par dos interesses individuais, coletivos e do projeto de extensão.

## PÚBLICO ALVO

O público alvo total participante deste projeto foi estimado em aproximadamente 543 alunos, três Professores de Educação Física, uma Coordenadora Pedagógica e Direção e Vice Direção da escola, assim divididos: primeiro semestre de 2016: oito alunos com deficiências e oito (8) alunos parceiros fixos sem deficiências, do ensino fundamental, anos finais; segundo semestre de 2016: oito (8) alunos com deficiências e setenta e dois (72) alunos parceiros rotativos sem deficiências, do ensino fundamental, anos iniciais; primeiro e segundo semestre de 2017: quinhentos e quarenta e três (543) alunos com e sem deficiências, do ensino fundamental, ciclos iniciais e finais.

## LOCAL E HORÁRIO DAS OFICINAS PRÁTICAS

As oficinas, durante o ano de 2016, foram realizadas às segundas feiras, das treze e trinta às quinze horas e trinta, nas dependências da Escola Parceira. A partir do ano de 2017, as oficinas foram realizadas segundo os dias de aula dos professores de educação física (segundas, terças, quintas ou sextas feiras)

Semanalmente ocorriam reuniões para a elaboração das oficinas e discussão e análise das oficinas realizadas com os alunos bolsistas e grupo de alunos voluntários nas dependências da faculdade de Educação Física da PUC-Campinas (FAEFI).

## INDICADORES DOS RESULTADOS

Os indicadores para análise dos resultados esperados relativos ao público-alvo, durante o ano de 2016, foram: a) a frequência e participação nas atividades (domínio sócio-afetivo);

b) os registros diários dos desempenhos, tais como: avaliação observacional das habilidades motoras de locomoção: corrida e do salto de cada, e habilidade motora de manipulação: bocha e basquetebol por meio dos manuais de orientação dos professores, caracterizada pelo nível de desenvolvimento motor de cada participante; número de acertos; número de repetições num determinado tempo; distância alcançada em uma determinada tarefa; e proporções de acertos e erros nas atividades esportivas específicas.

O critério de avaliação comportamental das oficinas se baseou nos aspectos como a relação interpessoal, intrapessoal, participação e satisfação do aluno, assim como os objetivos e metodologia utilizada pelo professor coordenador do projeto e do aluno bolsista para o desenvolvimento das atividades. Os critérios utilizados seguiram uma escala numérica proposta por Hensley (1989): Fraco (F=1); Razoável (R=2);

Satisfatório (S=3); Bom (B=4) e Excelente (E=5). Todos esses instrumentos foram aplicados nos deficientes e nos parceiros, somente no primeiro semestre, uma vez que neste semestre os parceiros eram fixos. A partir do segundo semestre houve rodízio dos parceiros, não sendo possível acompanhar o comportamento dos mesmos.

A avaliação do ano de 2017 ficou restrita aos relatos dos alunos e professores de educação física colhida durante as oficinas.

As avaliações serviram de referência para a análise da aproximação ou distanciamento dos objetivos que nortearam o projeto de extensão, ou seja, um meio pelo qual foram identificados os conflitos no processo de ensino-aprendizagem/treinamento. Posteriormente, essa referência levou a uma reinterpretação constante das metodologias de ensino-aprendizagem/treinamento e da avaliação das oficinas, sempre a par dos interesses individuais, coletivos e do projeto de extensão.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

### PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016

Os resultados dos relatórios diários do primeiro semestre referentes ao comportamento motor e social do público alvo serão expostos a seguir.

Foram realizadas somente 5 oficinas no primeiro semestre em virtude do projeto ter seu início no mês de abril.

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2016	
Nº Oficina	Conteúdo
3	Vivência das habilidades de locomoção – corrida e salto
2	Vivência das habilidades combinadas de locomoção – corrida e salto

Como já descrito anteriormente as oficinas foram organizadas para atender o desenvolvimento motor do público alvo e prepará-los para o evento do segundo semestre.

A tabela 1 apresenta os dados registrados durante as oficinas referentes ao comportamento do público alvo: assiduidade, comportamento, participação, relação interpessoal e relação intrapessoal.



**Tabela 1. Resultado das avaliações individuais comportamentais referentes ao público alvo do projeto de extensão (alunos com e sem deficiências intelectuais)**

	Nº participantes	Assiduidade	Comportamento	Participação	Relação interpessoal	Relação intrapessoal
Média alunos c/ deficiências	08	4,63	3,98	3,92	3,77	4,20
Desvio padrão		0,49	1,36	1,37	1,28	1,03
Média Parceiros	08	4,82	4,44	4,76	4,76	4,85
Desvio padrão		0,39	1,19	0,50	0,43	0,36
Média Geral	16	4,69	4,14	4,21	4,11	4,43
Desvio padrão		0,46	1,32	1,21	1,17	0,91

Legenda: Fraco (1); Razoável (2); Satisfatório (3); Bom (4); Excelente (5)

É possível observar, de forma geral, que as oficinas atenderam aos objetivos de oferecer atividades que despertam o interesse e participação do público alvo, melhorando assim o relacionamento inter e intrapessoal.

Além dos resultados gerais, destacamos os seguintes pontos: a) média dos alunos com deficiências obteve valores equivalentes a satisfatório e bom em participação e relação interpessoal. Considerando que o grupo era heterogêneo (síndrome de down, autismo e deficiência intelectual leve), caracterizado pela dificuldade de relacionamento, o resultado foi surpreendente; b) em relação aos parceiros a média obtida ficou entre bom e excelente, mostrando o comprometimento e entendimento do seu papel como parceiro.

No segundo semestre o público atendido foram alunos com e sem deficiências dos anos iniciais com rodízio dos parceiros, estendendo para outros alunos da mesma sala tal experiência, dando a oportunidade para que todos compreendessem o papel cooperativo entre diferentes sujeitos.

Considerando as características do novo público (alunos dos anos iniciais), enfatizamos o domínio das habilidades motoras fundamentais, uma vez que essas habilidades são imprescindíveis para o desenvolvimento de habilidades motoras.

Os resultados da avaliação das habilidades motoras da corrida e do salto estão expostas no quadro 2.

**Quadro 2 - Resultados da avaliação das habilidades motoras de locomoção – corrida e salto**

Desenvolvimento Motor: Salto Horizontal	Estágio	Desenvolvimento Motor: Corrida	
	6 alunos	<b>Inicial</b>	6 Alunos
	2 alunos	<b>Elementar</b>	Nenhum
	Nenhum	<b>Maduro</b>	2 Alunos

Os resultados do quadro 2 demonstram o comprometimento dos aspectos motores, causado mais pela ausência de estímulos do que propriamente pela deficiência.

Como a atividade de salto apresenta um grau de maior complexidade observa-se nos dados que nenhum dos alunos alcançou o estágio maduro, contrário à atividade de correr, mais espontânea, onde dois alunos conseguiram atingir o estágio maduro.

Baseado na avaliação, as atividades foram desenvolvidas de forma lúdica e recreativa buscando atender as necessidades dos alunos e a melhora dos aspectos motores daqueles que se encontram no estágio inicial e ou elementar.

Foram organizados para cada habilidade motora exercícios educativos que prendessem a atenção e facilitassem o entendimento de como deveria ser feita a atividade. Assim, as adaptações de outros materiais como barbante, bexiga e bola de tênis não só tornaram

as oficinas mais atraentes como estimulou o gosto pela realização das atividades, melhorando sensivelmente o repertório motor do público alvo.

Isso comprova que a deficiência não é empecilho para o aprendizado.

## SEGUNDO SEMESTRE DE 2016

As atividades desenvolvidas no segundo semestre se basearam nos esportes coletivos basquetebol, voleibol sentado, bocha e atletismo em atividades lúdicas de recreação como mostra o quadro 3.

O trabalho com as habilidades motoras fundamentais no primeiro semestre serviu como base para a implementação dos esportes coletivos, que por sua vez contribuiu através do padrão motor como meio para atingir os objetivos cognitivo e socioafetivo.

No segundo semestre foram realizadas 12 oficinas descritas no quadro 4.

**Quadro 3 – Atividades desenvolvidas no segundo semestre de 2016**

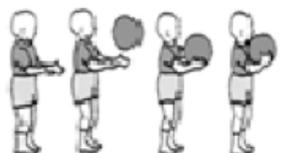
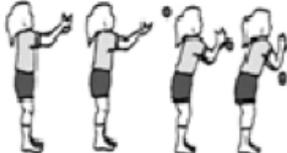
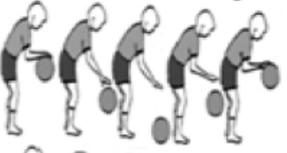
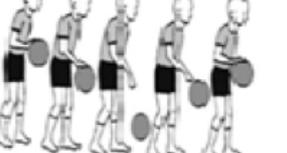
<b>Oficina</b>	<b>Conteúdo</b>
2	Vivência das modalidades coletivas: basquetebol e voleibol sentado.
1	Vivência das habilidades combinadas de locomoção – corrida e salto
3	Jogos Escolares Municipais Adaptados (JEMA)
3	Vivência da modalidade Bocha
2	Atividades lúdicas e recreativas: salto vertical, arremesso do basquetebol, memória, raciocínio, coordenação motora.
1	Vivência da bocha com familiares

Embora a prática do basquetebol seja favorável para o desenvolvimento cognitivo e social é fundamental que seu praticante domine os princípios básicos dos elementos do jogo de

basquetebol. Nesse sentido, avaliar o estágio do desenvolvimento motor dos fundamentos do basquetebol foi fundamental para dar início ao ensino-aprendizagem do jogo.



**Quadro 4. Resultados da avaliação do desenvolvimento motor de Gallahue (2008)**

<b>Desenvolvimento Motor: Recepção do Basquetebol</b>	<b>Estágio</b>	<b>Desenvolvimento Motor: Drible do Basquetebol</b>
	<b>Inicial</b>	
6 alunos		6 Alunos
	<b>Elementar</b>	
5 alunos		3 Alunos
	<b>Maduro</b>	
Nenhum		2 Alunos

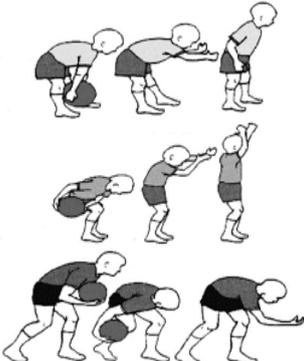
No quadro 4 a maior parte dos alunos se encontram no estágio inicial e elementar em ambas as habilidades devido ao grau de comprometimento característico da deficiência, influenciando as habilidades óculo-manual e sensório-motor refletindo nos resultados dos testes. Porém a deficiência não é um fator limitante para que seja atingido um padrão maduro, ainda que seja necessário um maior tempo para o desenvolvimento das habilidades.

Devido a faixa etária e grau de comprometimento do público alvo referente ao segundo semestre, a prática do basquetebol não atendeu a todos por ser um jogo que exige do

participante resposta sob a pressão do tempo dificultando as ações, em especial, do público com deficiência intelectual.

Assim a prática da bocha pôde ser desenvolvida atendendo às restrições individuais do público mais comprometido, uma vez que a bocha requer atenção, precisão e concentração, elementos essenciais para o controle dos alunos mais comprometidos, sendo essencialmente uma atividades de manipulação, porém com menor exigência na parte motora, pois não se aplica nessa modalidade a pressão do tempo, pressão de organização, pressão de carga, pressão da complexidade presentes no jogo de basquetebol.

### Quadro 5. Avaliação da habilidade motora de Manipulação - Bocha

Desenvolvimento Motor: Manipulação - Bocha	Classificação	Estágio
	2 alunos	Inicial
	1 aluno	Elementar
	2 alunos	Maduro

O quadro 5 apresenta os resultados da avaliação feita de forma observacional dos quesitos força, precisão e noção de direção, dos alunos na modalidade bocha, onde a maioria deles se encontra no estágio inicial e maduro. Para atender as necessidades da prática da bocha foram realizadas três oficinas onde era solicitada as ações de precisão, pontaria, controle de força aplicando os conceitos de forte/fraco, lento/rápido, dentro/fora, perto/longe, direita/esquerda.

É possível perceber que os movimentos são fáceis de serem realizados, e o mais importante, não apresenta pressão de tempo e interferência do adversário na hora do jogo, porém a maior dificuldade encontrada na ação de precisão diz respeito ao fato dessas variáveis necessitarem ser otimizadas em relação ao objetivo que se pretende alcançar.

#### RESULTADOS DO ANO DE 2017

No segundo ano de projeto de extensão ocorreu a maior mudança, uma vez que após a sensibilização no ano de 2016 dos alunos, professores e gestores da escola parceira, passamos no ano de 2017 a organizar as oficinas e orientar os professores de educação física na proposta de inclusão dos Esportes Unificados

e Paralímpicos em todas as aulas de educação física, para todos os alunos da escola.

A mudança só foi possível, uma vez que os professores de educação física da escola sentiram-se apoiados pelos atores do projeto de extensão (professor de extensão e alunos bolsistas).

Essa iniciativa trouxe vários benefícios impactantes para a comunidade escolar, dentre eles podemos apontar:

#### **Impacto para alunos com deficiências**

- a prática de colocar todos os alunos nas mesmas condições favoreceu a participação dos alunos com deficiências, pois as dificuldades eram para todos, assim as atenções não estavam voltadas exclusivamente para eles. Serviu também como apoio para a prática regular de atividade física, atendendo assim as recomendações da Organização Mundial de Saúde que preconiza pelo menos três vezes por semana com duração de 30 minutos; **Impacto para os alunos parceiros sem deficiências** – Usar o recurso do estranho provocou a comparação e a compreensão da realidade na qual as pessoas com deficiências estão imersas. O exercício de colocar os alunos sem deficiências (parceiro) no lugar do outro promoveu a revisão de conceitos, atitudes e valores evidenciados

no relacionamento interpessoal que devem ser trabalhados durante todo o processo educativo. Ao introduzir os esportes Paralímpicos considerado uma experiência estranha para os alunos sem deficiência, foi mais estimulante do que permanecer com os esportes considerados familiares, uma vez que o estranho está fora de sua compreensão, enquanto que na consideração do familiar permanecem apáticos. Neste sentido, vivenciar as dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam no dia a dia (locomoção, acessibilidade física e social), foi provocar nos alunos sem deficiências a consciência de que a inclusão só é possível quando a sociedade se adapta para receber o deficiente; **Impacto para os professores da escola** – o apoio dado aos professores na implantação da proposta de inclusão do projeto de extensão nas aulas de educação

física promoveu nos professores atitudes mais positivas frente aos alunos com deficiências, tornando-os defensores da inclusão; **Impacto para os alunos bolsistas de extensão do Curso de Educação Física** – os alunos bolsistas deixaram de ser meros receptáculos de um conhecimento validado pelo professor para se tornarem participantes e apoiadores do processo, conduzindo de mãos dadas o crescimento possibilitado pelo conhecimento que aponta a direção desse processo; **Impacto para professor orientador do projeto de extensão** – estar a frente de um projeto de extensão que desafia o Curso de Educação Física, professores, alunos e gestores da escola parceira a mudar a forma de ver a inclusão é gratificante, fazendo acreditar que o processo educativo tem o poder de construir uma sociedade justa, solidária e fraterna, basta acreditarmos.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poder possibilitar a prática da educação física aos alunos com deficiência, onde todos são tratados igualmente, é extremamente gratificante e positivo, pois contribui com a humanização, inclusão e valorização pessoal.

A parceria dos Esportes Unificados e Paralímpicos foram fundamentais para a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de educação física inclusiva caracterizada por um novo papel cooperativo entre diferentes sujeitos criando condições para que a seja meio para alcançar um bom clima de relações humanas,

permitir às pessoas com deficiências em paridade com os outros as mesmas oportunidades, e, dessa maneira, transformar as relações sociais no ambiente escolar.

Espera-se com essa proposta transformar as salas de aula em lugares onde a inclusão social seja convertida em problemas educativos, maior qualificação para a formação humana dos futuros cidadãos e motivação para participação em atividades dirigidas às pessoas com deficiência.



## REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, Educação Especial**; Decreto nº 914/93 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Resolução CNE/CEB Nº 2/01 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

BERGAMO, V.R.; MARINHO, M.C.S. Esportes Unificados: modelo para o desenvolvimento do esporte e lazer inclusivo. In: LAZIER, J. A. e VALENTIN I. F. (Organizadores) **COLETÂNEA DO FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: Extensão e Ação Comunitária: O Aprendizado pela Extensão e a Ação Apreendida na Extensão**. Piracicaba – SP: Editora Unimed, volume IV, p. 155-174, 2016.

BRUNER, J. **Hacia una teoría de La instrucción**. México. Union Tipográfica Editorial Hispano Americana (UTEHA), 1969.

CANAU, V. M. **Educação em Direitos Humanos**: uma proposta de Trabalho. Rede Nacional de Direitos Humanos, disponível em [www.dhnet.org.br/educar/cartilhas/oficinas/part1.html](http://www.dhnet.org.br/educar/cartilhas/oficinas/part1.html), 1999.

HENSLEY, L.D. **Tennis for boys and girls**: Skills test manual. Reston, VA: AAHPERD, 1989.

HOFFMAN, E.; SILVEIRA, R. F.; POLYDORO, J.I. Altruísmo no Brasil: um estudo exploratório. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, vol.18, n. 1-2, Jan-Dez 2010, 36-46p.

PODRIGUES, D. **Atividade motora adaptada**: a alegria do corpo. São Paulo. Editora Artes Medicas, 2006.

SASSAKI, ROMEU KAZUMI. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro. 3ª edição: WVA, 1999.

SPECIAL OLYMPICS. **Who we are**. Disponível em: [http://www.specialolympics.org/who\\_we\\_are.aspx](http://www.specialolympics.org/who_we_are.aspx). Acesso em: 05 jan. 2012.

SPECIAL OLYMPICS HANDBOOK. **Unifield Sports**, 2003. Disponível em: [http://www.specialolympics.org/who\\_we\\_are.aspx](http://www.specialolympics.org/who_we_are.aspx). Acesso em: 05 jan. 2014.

SPINK, M. J., MENEGON, V. M., MEDRADO, B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia e Sociedade**, v.26, n.1, 32-43, 2014.





# GRATIDÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS

Daysa Maria Saraiva Rocha<sup>1</sup>, Heloisa Bárbara Cunha Moizeis<sup>2</sup>, Isabelle Gomes Oliveira<sup>1</sup>, Lucas José Bacalhau Silva<sup>1</sup>,  
Flávia Marcellly de Sousa Mendes da Silva<sup>3</sup>

## RESUMO

Este projeto objetivou desenvolver e potencializar no contexto educacional o sentimento de gratidão entre os estudantes e a promoção de valores sociais, principalmente os de cunho interativo e normativo. Para a realização do projeto contou-se com a participação de 7 alunos de ambos os sexos, do 6º ano do Ensino Fundamental em uma instituição de ensino da rede pública localizada na cidade de João Pessoa (PB). A idade dos estudantes variou de 11 a 15 anos, sendo a maioria do sexo feminino (57,1%). Os participantes responderam os seguintes instrumentos: *A Escala de Gratidão* (GQ6,

McCullough et. Al 2002); *Questionário de Valores Básicos* (QVB- versão infantil) e *Questionário sócio demográfico*. No desenvolvimento do projeto, decidiu-se realizar três momentos. No primeiro momento buscou-se conhecer a compreensão dos estudantes acerca do fenômeno da gratidão, bem como suas prioridades valorativas. Posteriormente, o segundo momento consistiu na etapa de desenvolver atividades voltadas para a discussão entre gratidão e os valores humanos. Por fim, o terceiro momento buscou observar a visão dos estudantes após as discussões mediadas pelos bolsistas e voluntários.

<sup>1</sup> Graduando em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Para análise dos dados, utilizou-se o programa estatístico *SPSS* (versão 21), para análises descritivas (médias, desvio padrão) e estatística inferencial (teste *T de Student* para amostras independentes). A partir dos resultados, verificou-se que apenas a subfunção *normativa* se mostrou parcialmente significativa. No que se refere a gratidão, não houve diferença estatisticamente

significativa o que pode ser atribuída ao número reduzido de encontros. Apesar de não haver uma mudança significativa em relação a esses fenômenos, acredita-se na relevância do estudo e na formação de valores com os estudantes.

**Palavras-chave:** Educação; Valores Humanos; Gratidão.

## INTRODUÇÃO

Apesar de não existir um consenso acerca do que consiste a gratidão, pode-se observar que ela encontra-se presente em diversos contextos pessoais e sociais. Para Freitas (1999) ela seria considerada um sentimento interindividual que é forjado na relação com o outro no contexto de serviços prestados e recebidos.

Bonnie e de Waal (2004), afirmam que a gratidão seria uma adaptação evolutiva que molda as respostas das pessoas às ações altruístas. Observando outras espécies, principalmente os primatas, os autores sugerem que certos pré-requisitos da gratidão já estariam presentes. As trocas recíprocas fazem parte da vida de muitos seres que vivem em grupos, como peixes, aves e mamíferos. A reciprocidade seria algo tão essencial nas interações entre os humanos que a gratidão pode ser aprendida simplesmente pelo processo de socialização. Contudo, ela é mais que trocas recíprocas, podendo ser considerada como: apreciação do favor recebido; sentimentos positivos dirigidos ao benfeitor; reconhecimento do custo da ação para o benfeitor e atribuição de intenção ao benfeitor.

Os trabalhos de Baumgarten-Tramer (1938), na primeira metade do século XX, são um dos destaques no estudo da temática gratidão. Por sua vez, Klein (1957-1974) definiu a gratidão em seu trabalhos como um sentimento que emerge das relações primitivas infantis, derivado da capacidade da criança de amar.

Mesmo com um crescente aumento de pesquisas relacionadas ao tema, o fato da gratidão ser pouco estudada deve-se, em parte, à natureza

sutil deste construto (PIETA; FREITAS, 2009). Como Emmons e McCoullough (2003) mostram que a gratidão é difícil de ser definida, o que permite diversas classificações.

Contudo, mesmo com as dificuldades quanto à compreensão da origem do fenômeno da gratidão e de não existirem muitas pesquisas à seu respeito ao longo do desenvolvimento infantil, é de suma importância que esse fenômeno seja potencializado e trabalhado desde crianças até os adultos, pois a gratidão resulta em bem-estar social – sendo essa a sua função social (MCCULLOUGH; KILPATRICK; EMMONS; LARSON, 2001). As estruturas sociais por serem insuficientes não conseguem regular e nem assegurar a reciprocidade nas interações humanas, o que faz com que, no processo de socialização, as pessoas aprendam a vivenciar a gratidão como uma forma de lembrar-se da reciprocidade das obrigações, podendo ser definida como “a memória moral da humanidade” (SIMMEL, 1950). Para Pieta e Freitas (2009), a gratidão é entendida como uma das emoções morais que liga as pessoas à sociedade como um todo.

A gratidão, desta forma, pode ser considerada um elemento importante para a vida em sociedade. Estudos mostram que uma das funções do construto em destaque compreende promover e consolidar relacionamentos. A reciprocidade, troca mútua de favores, que anda de mão dadas com a gratidão possuiria a função de equilíbrio social (ALGOE; HAIDT; GABLE, 2008). Por essas razões há necessidade



de se trabalhar este fenômeno nas escolas, visto que essa instituição também possui um papel na formação do caráter do indivíduo.

Para compreender melhor a gratidão, outro construto foi associado, os valores humanos. Este foi de suma importância para o desenvolvimento deste projeto, pois contribuiu para o entendimento de diferentes fenômenos sociais e psicológicos, tais como as atitudes, crenças e comportamentos, que são atributos relativamente estáveis, mas que podem potencialmente ser modificáveis ao longo da vida (VIONE, 2012).

Identificar os valores que descrevem as pessoas não é uma tarefa recente e tampouco restrita a uma área específica. Diversas perspectivas, tais como a Filosofia, a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia tem se interessado em estudar os valores humanos (ROKEACH, 1981; ROS, 2001).

Dentro do campo da psicologia, os valores são abordados por meio de duas perspectivas: a perspectiva cultural ou sociológica e a perspectiva individual ou psicológica. Na primeira perspectiva os valores são estudados em função de cada cultura, ou seja, admite-se que eles são resultado da influência de uma série de variáveis sociais, políticas ou econômicas. Seus principais representantes são Hofstede (1984) e Inglehart (1977). De acordo com a segunda perspectiva, da qual fazem parte Rokeach (1973), Schwartz (1994) e Gouveia (1998), os valores caracterizam as prioridades que orientam os indivíduos e as bases motivacionais, assim é possível compreender as diferenças entre os indivíduos e os grupos que priorizam cada valor (ATHAYDE, 2012).

Conforme Gouveia (2013) os valores humanos são princípios-guia gerais, que transcendem objetos ou situações específicas. O projeto utilizou como referência a *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos*. A mesma está embasada em cinco pressupostos básicos, a saber: a) assumem a natureza benevolente do ser humano; b) princípios-guias individuais, os valores servem como padrões gerais do comportamento humano;

c) base motivacional, como representações cognitivas das necessidades humanas individuais quanto de demandas institucionais e sociais; d) caráter terminal, os valores são terminais por serem mais precisos, referindo-se a necessidades mais superiores; e e) condição perene, no qual os valores estão presentes em todas as culturas, de modo que os valores não são mutáveis, apenas suas prioridades (GOUVEIA, MILFONT, & GUERRA, 2014).

Gouveia (2013) aponta duas funções principais dos valores humanos: *tipo de orientação* (guiar os comportamentos humanos – *pessoais, centrais e sociais*) e a do *tipo motivador* (dar expressão às necessidades humanas – *materialistas e humanitários*). O cruzamento destas duas funções resulta em um modelo 3 x 2 dos valores, que se originam seis subfunções valorativas: **normativa, interativa, existência, suprapessoal, realização e experimentação** (GOUVEIA, 2013). Cada subfunção será descrita mais detalhadamente a seguir:

**Normativa:** refere-se aos valores relativos ao respeito por símbolos culturais tradicionais, primazia da estabilidade grupal e ênfase na vida social. Esta subfunção contempla os valores *religiosidade, obediência e tradição*.

**Interativa:** representa as necessidades de pertencimento, amor e afiliação, enfatizando o estabelecimento e a manutenção de relações interpessoais. Os valores indicados desta subfunção são *afetividade, apoio social e convivência* (GOUVEIA, 2013).

**Existência:** representa cognitivamente as necessidades fisiológicas mais básicas de sobrevivência, recorrendo a ênfase sobre a sobrevivência individual. Os valores indicados nesta subfunção são *estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência*.

**Suprapessoal:** refere-se às necessidades estéticas, cognição e de autorrealização. Os valores desta subfunção são *beleza, maturidade e conhecimento* (GOUVEIA, 2013).

**Realização:** está relacionada a autopro-moção, compreendendo a necessidade de ser

importante e poderoso. Estes valores originam-se de um princípio pessoal para guiar a vida dos indivíduos e é representada pelos valores de *poder, êxito e prestígio*.

**Experimentação:** refere-se a necessidade de descobrir e vivenciar estímulos novos. Seus valores são *emoção, prazer e sexualidade* (GOUVEIA, 2013).

A partir do que foi exposto, o presente estudo ressaltou o papel da escola como importante agente na formação do perfil valorativo das crianças, tornando-as mais resilientes para responder às demandas sociais e promover comportamentos pró-sociais, como o de gratidão (BRITO, 2015). O projeto possibilita a geração de novos conhecimentos aos alunos por meio da promoção da interdisciplinaridade, bem como um impacto social ao proporcionar a gratidão e os valores humanos no contexto escolar.

O projeto objetivou desenvolver e potencializar o sentimento de gratidão entre os estudantes de uma escola – aqui se destaca seu papel como agente influenciador no

perfil valorativo das crianças – e a promoção de valores sociais, principalmente os de cunho interativo e normativo. Os valores da subfunção interativa enfatizam a vida social representando necessidades de pertença, amor e filiação. Já os da subfunção normativa referem-se ao respeito por símbolos culturais e tradicionais, prevalência da estabilidade grupal e ênfase na vida social (GOUVEIA, 2013). Portanto, a promoção dos valores citados anteriormente e a potencialização dos níveis de gratidão contribuem para o desenvolvimento individual e social dos participantes.

Dessa forma, o presente projeto se pautou na relevância de desenvolver no contexto escolar-educacional a temática da gratidão, uma vez que este fenômeno sendo potencializado desde cedo com as crianças, resulta em bem-estar social entre todos os envolvidos, sendo essa a sua função social. Além dos valores humanos que possibilitam orientar para a formação em valores que promovam a aprendizagem de comportamentos pró-sociais.

---

## METODOLOGIA

### AMOSTRA

O presente projeto foi realizado em uma instituição de ensino da rede pública, localizada na cidade de João Pessoa (PB). Contou-se com a participação de 7 alunos de ambos os sexos, do 6º ano do Ensino Fundamental. A idade dos estudantes variou de 11 a 15 anos, sendo a maioria do sexo feminino (57,1%).

### INSTRUMENTOS

Os participantes responderam aos seguintes instrumentos:

**A Escala de Gratidão** (GQ6, McCullough et al. 2002) – Este é composto por 6 itens, em uma escala do tipo Likert (1 = *discordo totalmente* a 7 = *concordo totalmente*. Por exemplo, o item 1 “Eu tenho tanto na vida para ser grato” e o item 4 “Eu sou grato (a) a muitas pessoas” e os itens são distribuídos em um único fator.

### Questionário de Valores Básicos

(QVB- versão infantil) – Este é composto por 18 itens ou valores específicos (por exemplo, *Emoção*: Desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras. *Religiosidade*: Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus), que são respondidos em escala de sete pontos, variando de 1 (*Totalmente não importante*) a 7 (*Extremamente importante*), segundo a medida que o respondente o considere importante como um princípio que guia sua vida (Gouveia, 2012). Estes valores são distribuídos em seis subfunções valorativas: experimentação, realização, existência, suprapessoal, interativa e normativa. Esta medida apresenta evidências de validade e precisão no âmbito nacional e internacional.



**Questionário sócio demográfico** – A fim de caracterizar a amostra, o instrumento compõe itens como idade, sexo, religião, classe social e rendimento acadêmico

## PROCEDIMENTOS

Inicialmente, foi realizado o contato inicial com o (a) diretor (a) da instituição de ensino, visando à apresentação dos objetivos da pesquisa, a metodologia a ser utilizada, bem como o esclarecimento de quaisquer dúvidas que poderiam surgir. Agindo em congruência com o disposto nas resoluções 466/12 do Conselho Nacional de Saúde [BF2], o início do projeto se deu após a autorização oficial da instituição, mediante a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido, o qual também foi enviado para os pais ou responsáveis dos alunos. Em seguida, foi realizada uma reunião com todos os professores da instituição com a finalidade de que todos pudessem ter acesso às informações do projeto e do que seria desenvolvido com os alunos do 6º do Ensino Fundamental. À vista disso, foram estabelecidos três momentos, a fim de se alcançar o objetivo do projeto.

No primeiro momento buscou-se conhecer a compreensão dos estudantes acerca do fenômeno da gratidão, bem como suas prioridades valorativas por meio do Questionário de Valores Básicos Infantil, Escala de Gratidão e alguns dados sócio-demográficos. Posteriormente, o segundo momento consistiu na etapa de desenvolver atividades voltadas para a discussão entre gratidão e os valores humanos, com um foco mais prático. Por fim, o terceiro momento buscou observar a visão dos estudantes após as discussões mediadas pelos bolsistas e voluntários.

Nas intervenções (segundo momento), foram utilizados diversos recursos com o intuito de facilitar o processo de ensino-aprendizagem e para os alunos terem mais contato com as subfunções enfatizadas no projeto (Normativa e Interativa). O primeiro dia de mediação foi elaborado com o propósito de conhecer os

estudantes. Para isso, foi realizada a teia do envolvimento como dinâmica de apresentação que consistia em amarrar um barbante nos dedos dos alunos e cada um foi se apresentando, informando seu nome, idade, o que mais gostava de fazer e o que esperava das intervenções. Dessa forma, foi construído um círculo com todos os presentes para facilitar o encontro. Em seguida, cada participante começou a jogar o barbante para os demais com o intuito que todos também dissessem seus nomes, idades e o que esperavam dos encontros. Ao final da dinâmica foi pedido que eles pensassem em qual figura geométrica formou ou se lembrava algum desenho.

No segundo encontro, foram apresentados dois vídeos. No primeiro vídeo, foi exibida a definição, de forma lúdica, sobre o fenômeno da gratidão. O segundo relatou sobre uma história em que uma criança passa em frente ao restaurante pedindo comida e o dono a entregava. Anos depois, esse senhor é internado com uma doença grave e o menino que ele ajudou, já adulto e médico, retribui pagando todos os custos que ele teve no hospital. O vídeo faz refletir a respeito da gratidão e reciprocidade.

Após a exibição dos dois vídeos, foi realizada uma roda de conversa e os estudantes foram convidados a dizer palavras chaves que definissem a gratidão a partir do que eles tinham assistido. Dessa maneira, formou-se uma nuvem de palavras e após esse momento, os bolsistas e voluntários começaram a falar um pouco sobre o fenômeno e a importância de sentir-se grato nas relações interpessoais e na própria vida.

Ao final, foi utilizada também a caixinha da gratidão, que consiste em escrever num papel a resposta para a seguinte pergunta: “*Pelo o que sou grato hoje?*”. Todos os presentes colocaram suas respostas dentro da caixa e foram estimulados a criarem esse hábito em casa.

Para a terceira intervenção foi construída a dinâmica da árvore da gratidão. Primeiramente, os alunos foram orientados para que numa

folha de caderno eles escrevessem algo que gostariam de se desfazer, um sentimento ruim ou uma situação triste, por exemplo, e depois a rasgasse. Mais adiante, foi entregue a cada aluno uma bexiga para que dentro dela eles colocassem a folha com os sentimentos ruins, a enchessem e depois a estourassem, como se eles estivessem eliminando e mandando embora aquilo que os estava incomodando. Em seguida, foi entregue uma cartolina cortada em formato de folha para que eles escrevessem algo que consideravam bom, que podiam se alegrar e serem gratos. Depois disso, cada um foi colar sua folha nos galhos da árvore como

uma forma simbólica de florescer e cultivar essas boas lembranças. Ao final, algumas pessoas expuseram sobre o que gostariam de cultivar e o momento foi encerrado passando mais uma vez a caixinha da gratidão.

## ANÁLISE DE DADOS

Para análise dos dados, utilizou-se o programa estatístico SPSS (versão 21), na qual foram realizadas análises descritivas (médias, desvio padrão) e estatística inferencial (teste *T de Student* para amostras independentes), com o propósito de verificar a ocorrência de diferenças estatisticamente significativas nos valores dos grupos

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, com o intuito de apresentar os resultados de maneira mais clara e didática serão apresentados inicialmente os valores das subfunções valorativas e posteriormente os valores de gratidão.

### COMPARAÇÃO DAS SUBFUNÇÕES VALORATIVAS NO PRIMEIRO E TERCEIRO MOMENTO

Nessa sessão serão apresentados os resultados referentes ao questionário de valores básicos (QVB). Na Tabela, a seguir, encontram-se os valores das médias e desvios-padrões dos valores humanos tanto nas situações do primeiro momento (pré-teste/antes da intervenção) quanto do terceiro momento (pós-teste/depois da intervenção).

**Quadro 1: Estatísticas descritivas dos valores humanos nas situações de pré e pós teste**

Subfunções	Primeiro momento	Terceiro momento	t	P
<b>Experimentação</b>	M (3,66) DP (0,84)	M (4,11) DP (0,58)	- 1,86	0,121
<b>Realização</b>	M (3,05) DP (0,80)	M (3,00) DP (0,66)	0,126	0,90
<b>Suprapessoal</b>	M (3,76) DP (0,49)	M (3,52) DP (0,54)	0,540	0,609
<b>Existência</b>	M (4,47) DP (0,76)	M (3,52) DP (0,50)	2,29	0,061
<b>Interativo</b>	M (3,95) DP (0,44)	M (4,04) DP (0,70)	-0,249	0,812
<b>Normativo</b>	M (4,66) DP (0,33)	M (3,92) DP (0,73)	2,352*	0,057

Fonte do autor

Como é possível observar, no quadro acima, das duas subfunções valorativas priorizadas no presente projeto (*Interativa e Normativa*), apenas a normativa se mostrou parcialmente significativa. Nesse sentido, O QVB Infantil não demonstrou mudança significativa do período do pré-teste para o pós-teste. No primeiro momento o grupo

priorizou as subfunções existência e normativa. Tais resultados indicaram que os estudantes apresentavam uma grande preocupação em relação às necessidades biológicas básicas, como beber, comer e dormir. De acordo com Vione (2012), indivíduos que endossam valores da subfunção existência são geralmente pessoas



que convivem em contextos de escassez econômica. No que se refere à grande valorização da subfunção normativa, associa-se aos estudantes que prezam pelo respeito por símbolos culturais tradicionais, primazia da estabilidade grupal e ênfase na vida social. No terceiro momento, após as intervenções, a tabela apresenta que as subfunções mais priorizadas foram experimentação que se refere a necessidade de descobrir e vivenciar estímulos novos. Tal resultado pode estar relacionado em função da faixa etária dos estudantes vinculados conjuntamente a subfunção interativa que se relaciona com a grande necessidade de pertença, amor e de sentir querido pelos seus pares (GOUVEIA,2013).

### COMPARAÇÃO DA ESCALA DE GRATIDÃO NO PRIMEIRO E TERCEIRO MOMENTO

A escala de gratidão, composta por 6 itens é caracterizada pela presença de um único fator. O fator que configura a escala de gratidão não mostrou resultados significativos e as pontuações de média e desvio padrão se mantiveram quase que inalteradas.

Foi realizado o *Teste t* para verificar a diferença entre as médias do primeiro e terceiro momento. Como observado na tabela a seguir, não houve uma diferença estatisticamente significativa nas duas condições.

**Quadro 2: Estatísticas descritivas da escala de gratidão nas situações do pré e pós-teste**

	<b>Primeiro Momento</b>	<b>Terceiro Momento</b>	<b>t</b>	<b>P</b>
Gratidão	M (3,76) DP (0,23)	M (3,71) DP (0,55)	0,186	0,859

Fonte do autor

A escala de gratidão apontou que os estudantes obtiveram uma maior média no primeiro momento do que no segundo momento, demonstrando que as intervenções não tiveram um desempenho potencializador nos níveis de gratidão dos estudantes. Algumas variáveis podem ter interferido nesse resultado, como por exemplo, o número de intervenções ou até mesmo o ambiente da sala de aula, local onde ocorriam os encontros. Ademais, ressalta-se a falta de contribuição de agentes da escola (e.g., professores, diretores e etc) em colaborar ainda mais com o projeto.

Os resultados obtidos foram divulgados para toda a comunidade escolar, ou seja, professores, alunos, direção, coordenação pedagógica e pais, haja vista que o processo devolutivo é indispensável a todos os envolvidos. Nesta oportunidade, confiou-se dialogar com os mesmos acerca da importância da implementação da educação em valores no currículo escolar desde a educação infantil, garantindo estudantes mais conscientes, tanto em termos de interação social quanto de rendimento escolar.



## CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente projeto pautou-se na educação em valores sociais, visando enfatizar os valores de ordem interativa e normativa. A partir disso, pretendeu-se promover comportamentos pró-sociais.

Foram traçados objetivos específicos que fomentam esses comportamentos, tais como:

intervenções pautadas na apresentação de teasers (pequenas curtas) com o intuito de criar momentos de reflexão acerca dos valores trabalhados e da própria gratidão em si (experiência de sentir-se grato); dinâmicas que abordassem os referidos valores e a gratidão; avaliação sobre os impactos que essas medidas tiveram nos níveis de gratidão dos alunos; traçar o perfil sócio demográfico dos estudantes; documentar e divulgar entre as partes interessadas os resultados da execução do projeto.

A construção dos momentos foi baseada na multidisciplinaridade, visando levar os adolescentes de forma dinâmica a um maior entendimento da mensagem desejada. No entanto, mesmo diante dessas propostas não foi possível verificar uma mudança significativa

em relação a esses comportamentos, porém acredita-se na relevância do estudo e na formação de valores com os estudantes. Assim, espera-se que a partir da inerência desses valores, comportamentos positivos frente à gratidão possam ser transmitidos.

Diante do exposto é compreensível afirmar que os valores são construtos relativamente constantes, e que podem ser ensinados desde cedo com a familiarização de princípios que destaquem a promoção de comportamentos positivos em relação aos níveis de gratidão.

Por limitação deste trabalho não se conseguiu obter resultados significativos na escala de gratidão, assim como no questionário de valores básicos, em que apenas a subfunção valorativa normativa foi parcialmente significativa.

Em perspectivas futuras almejam-se novas formas de abordar os fenômenos da gratidão e dos valores humanos a fim de dinamizar ainda mais os momentos, como também aumentar o número dos encontros, visto que nesse projeto de extensão não foi realizado o suficiente para uma mudança maior.



## REFERÊNCIAS

ALGOE, S. B.; HAIDT, J.; GABLE, S. L. Beyond reciprocity: Gratitude and relationships in everyday life. **Emotion**, v. 8, n. 3, p. 425-429, 2008.

ATHAYDE, R. A. A. (2012). **Medidas implícitas de valores humanos**: Elaboração e evidências de validade. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

BARBOSA, L. H. G. M. **Explicando a disposição para perdoar**: O papel dos Valores Humanos e das Crenças no Mundo Justo/Injusto. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BAUMGARTEN-TRAMER, F. Gratefulness in children and Young people. **Journal of Genetic Psychology**, n. 53, p. 53-66, 1938.

BONNIE, K. E.; DE WAAL, F. B. M. Primate social reciprocity and the origin of gratitude. In R. A. Emmons & M. E. McCullough (Orgs.). **The psychology of gratitude**. New York: Oxford University Press, p. 213-229, 2004.

BRITO, T. R. S. **Compreendendo a resiliência**: o papel explicador dos valores humanos. Monografia. Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2015.

DE WAAL, F. **Chimpanzee politics**: Power and sex among apes. JHU Press, 2007.

EMMONS, R. A. **The psychology of gratitude**. Org. New York: Oxford University Press, p. 316, 2001.

EMMONS, R. A.; McCULLOUGH, M. E. Counting blessings versus burdens: An experimental investigation of gratitude and subjective wellbeing in daily life. **Journal of personality and social psychology**, v. 2, n. 84, p. 377-389, 2003.

FREITAS, L. B. L. (1999). **Do mundo amoral à possibilidade de ação moral**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 12(2), 447-458.

GOUVEIA, V. V. **Teoria funcionalista dos valores humanos**: Fundamentos, evidências empíricas e perspectivas. Tese de Professor Titular. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2012.

GOUVEIA, V.V. **La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo**: Una comparación intra e intercultural. Tese de Doutorado. Faculdade de Psicologia, Universidade Complutense de Madri, Espanha, 1998.

GOUVEIA, V. V. **Teoria funcionalista dos valores humanos**: fundamentos, aplicações e perspectivas. São Paulo, Brazil: Casa do Psicólogo, 2013.

GOUVEIA, Valdiney V.; MILFONT, Taciano L.; GUERRA, Valeschka M. Functional theory of human values: Testing its content and structure hypotheses. **Personality and Individual Differences**, v. 60, p. 41-47, 2014.

HOFSTEDE, Geert. **Culture's consequences**: International differences in work-related values. sage, 1984.

INGLEHART, R. (1977). **The silent revolution**. Princeton: Princeton University Press

KLEIN, M. **Inveja e gratidão**: Um estudo das fontes inconscientes. (J. A. Abreu, Trans.) Rio Janeiro: Imago, 1974.

PIETA, Maria Adélia Minghelli; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. **Sobre a gratidão**. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v.61, n. 1, p.100-108, abr. 2009.

ROKEACH, M. (1973). **The nature of human values**. New York: Free Press

ROKEACH, M. (1981). **Crenças, atitudes e valores**. Uma teoria de organização e valores. Rio de Janeiro: Interciência.

ROS, M. (2001). **Psicología social de los valores**: Una perspectiva histórica. Em M. Ros & V. V. Gouveia.

SIMMEL, G.; WOLFF, K. H. **The sociology of georgsimmel**. Simon and Schuster, 1950.

SOARES, A. K. S. **Valores humanos nos níveis individual e cultural**: um estudo pautado na teoria funcionalista. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SOUZA, R. V. L. **Explicando a civilidade**: Contribuições das prioridades axiológicas e do priming valorativo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SCHWARTZ, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? **Journal of Social Issues**, 50, 19-45.

VIONE, K. C. **Prioridades valorativas mudam com a idade?** Testando as hipóteses de rigidez e plasticidade. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.





# PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DA UNIVERSIDADE: PRODUÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS SOBRE HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA

Cristiane M. A. SANTOS<sup>1</sup>; Eudymara Q. da CRUZ<sup>2</sup>; Luana R. de S. LEITE<sup>3</sup>; Ricardo A. P. BARBOSA<sup>4</sup>; Ristephany K. da S. LEITE<sup>5</sup>; Victor A. C. da SILVA<sup>6</sup>

## RESUMO

Nos últimos anos, os esforços para tornar a produção acadêmica mais acessível e oferecer um retorno concreto à sociedade têm se intensificado. Cada vez mais, pesquisadores têm realizado projetos que objetivam levar os resultados das pesquisas acadêmicas para além das fronteiras da universidade, tentando beneficiar e trazer melhorias à sociedade. Corroborando com estes esforços, pesquisadores do período colonial na América portuguesa e das relações

interétnicas desenvolveram jogos didáticos que versam sobre profissões, cotidiano, convívio, disputas territoriais, entre outros assuntos, sobre os quais têm se produzido teses e dissertações nos programas de pós-graduação de todo o país, objetivando levar à comunidade externa, principalmente a alunos e professores da Educação Básica, este conhecimento desenvolvido na academia. Os jogos são expostos anualmente na Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura da

<sup>1</sup> Graduada em História pela UFRN e graduanda em Pedagogia na UNINASSAU.

<sup>2</sup> Mestranda em História e graduanda em pedagogia pela UFRN.

<sup>3</sup> Mestranda em História pela UFRN.

<sup>4</sup> Licenciado em História e mestrando em Estudos da Linguagem pela UFRN.

<sup>5</sup> Mestranda em História pela UFRN, com bolsa CAPES e integrante da Base de Pesquisa "Formação dos Espaços Coloniais".

<sup>6</sup> Mestrando em História pela UFRN e integrante da Base de Pesquisa "Formação dos Espaços Coloniais".

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CIENTEC-UFRN) e já permitem vislumbrar uma maior interatividade não somente entre a universidade e o Ensino Básico, mas também entre os professores e os alunos, haja vista todos os jogos mostrarem possibilidades de reprodução nas escolas de Educação Básica. Além disso, traz à tona questões que vêm sendo estudadas

sobre a sociedade colonial que ainda não estão sendo reproduzidas nos livros didáticos, possibilitando um retorno mais acelerado da produção acadêmica à sociedade.

**Palavras-chave:** Jogos didáticos; Ensino de História; História Colonial; Relação Universidade/Educação Básica.

## INTRODUÇÃO

Há muito se tem utilizado jogos didáticos para ajudar no processo de ensino aprendizagem desenvolvido nas escolas e mesmo nas casas de crianças e adolescentes em formação. Atividades lúdicas tendem a atrair de maneira mais eficaz pessoas em formação, pois “na sociedade do conhecimento todas as experiências aprendidas devem não só ser adquiridas com a obrigação que lhes compete, mas também pelo gosto de cada um aprender e então conciliar essas aprendizagens com o lazer” (MIDÕES, 2014, P. 10). Desta forma, é importante que as atividades de aprendizado tragam elementos associados ao prazer, para que as crianças e adolescentes sintam-se cada vez mais atraídos e criem o hábito de perseguir o conhecimento, não o encarando somente como uma obrigação.

Como o tema abordado nos trabalhos desenvolvidos na Base de Pesquisa “Formação dos Espaços Coloniais”: Economia, sociedade e cultura<sup>7</sup> (base da qual os projetos que deram origem à ideia de elaboração de jogos para exposição na CIENTEC são parte integrante), versam sobre temas do período colonial da América portuguesa, a equipe resolveu trabalhar e valorizar, através do tema da pluralidade cultural existente no período, a participação dos agentes históricos na construção da sociedade brasileira, a qual se reflete até os dias atuais. A temática da pluralidade cultural foi escolhida para que os participantes possam

“estabelecer identidades e diferenças com outros indivíduos e com grupos sociais presentes na realidade vivida [...]. É, simultaneamente, permitir a introdução dos alunos na compreensão das diversas formas de relações sociais e a perspectiva de que as histórias individuais se integram e fazem parte do que se denomina História nacional e de outros lugares.” (BRASIL *apud* NETO, 2003: 68).

Desse modo, os participantes poderão perceber, na comunidade em que estão inseridos, sua participação e a de outros agentes. Poderão, por exemplo, sentir-se estimulados a conhecer comunidades remanescentes indígenas ou de quilombolas no estado ou no país; perceberão continuidades do modo de vida colonial nos dias atuais, tais como a devoção ao catolicismo ou a pluralidade de religiões de matrizes africanas e indígenas, ou ainda resultantes do sincretismo religioso; poderão problematizar a exploração humana por meio da escravidão, percebendo que, ainda hoje, existem formas diferentes de se escravizar uma pessoa. Acima de tudo, perceberão que tanto europeus, quanto africanos e indígenas foram agentes históricos. Poderão perceber que ambos os povos constituíram a sociedade colonial, oferecendo costumes, tradições, religiões, modos de convívio que perduram até os dias atuais e que muitos deles são praticados por eles sem mesmo saberem sobre suas origens. Vale ressaltar também a importância de esclarecer algumas informações para os participantes, pois como reza o ditado popular,

<sup>7</sup> Os jogos foram pensados através das discussões levantadas em Projetos de Pesquisa e Ações Associadas desenvolvidos na Base de Pesquisa “Formação dos Espaços Coloniais” (FEC/CNPq) ao longo dos últimos anos, a saber, os projetos “A sociedade norte-rio-grandense nos documentos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino: Poder e Cultura no espaço colonial” (274/2012); “Manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino e o Rio Grande do Norte: Poder e Cultura no espaço colonial” (5848/2013); “A capitania do Rio Grande do Norte nos documentos manuscritos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino: temas, problemas e pesquisas em História colonial (Século XVIII)” (PVC7703-2011); e “Povos indígenas no crepúsculo setecentista na capitania do Rio Grande do Norte: ‘invisibilidade’, agência indígena e reelaboração cultural (c. 1759-1822)” (PVC120812015).



“o desconhecimento gera preconceito”; assim, se os participantes desconhecem informações a respeito dos grupos componentes da sociedade colonial da América portuguesa, possivelmente terão uma visão um pouco equivocada a respeito destes grupos.

Além de trabalhar com um tema transversal, respeitando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), também se optou por trabalhar através de temas, estabelecendo como tema principal a sociedade colonial brasileira e seus múltiplos agentes. Procurou-se, através das questões postas nos jogos, estabelecer uma relação de continuidade com a atual sociedade brasileira, incluindo-se, com esse intuito, subtemas que abordam mais especificamente os agentes históricos envolvidos neste processo de adaptação e confluência entre distintos grupos sociais. O trabalho através de eixos temáticos é interessante por se tratar de

[...] uma concepção metodológica de ensino de História que incentiva o docente a criar intervenções pedagógicas significativas para a aprendizagem dos estudantes e que valoriza reflexões sobre as relações que a História, principalmente a História do Brasil, estabelece com a realidade social vivida pelo aluno. (BRASIL, 1998: 47).

A equipe se baseou nos PCNs, pois o objetivo final dos jogos é que eles possam ser reelaborados por professores e produzidos, em conjunto com os alunos, nas escolas da rede pública do Estado, haja vista os materiais com os quais os jogos são produzidos não terem uma aquisição dispendiosa e a fabricação deles ser perfeitamente possível no ambiente escolar. Estas escolhas são tomadas considerando a participação dos alunos da educação básica e dos visitantes da CIENTEC na construção da História, a problematização do conteúdo, sua análise e discussão. O trabalho a partir de um tema transversal incorporado a um eixo temático possibilitará a interação dos participantes com os objetos de estudos, problematizando concepções já consolidadas

e provocando a quebra de estereótipos relativos aos grupos componentes da sociedade colonial da América portuguesa.

Desse modo, os jogos foram elaborados para abordar a vivência dos diversos agentes sociais do período colonial, como por exemplo, os indígenas. Trabalhando com os indígenas, será aplicado um jogo de RPG (*role-playing game*), no qual os personagens a serem interpretados pelos participantes são indígenas que vivem na segunda metade do século XVIII e, de acordo com as escolhas feitas pelos jogadores, vão vivenciando as múltiplas possibilidades diante do advento colonial. Além disso, em outros jogos, como o “CS: Cultura e sociedade no Brasil colonial”, será abordado o elo com os europeus através dos primeiros contatos, do convívio e da resistência indígena ao trabalho forçado ou à conversão. O “Jogo das etnias”, por sua vez, trará o elemento africano, que já vinha sendo abordado em outros jogos. Esse jogo nasce precisamente da necessidade de se olhar exclusivamente para as sociedades africanas, em virtude do desconhecimento da estrutura organizacional dessas sociedades escravizadas na América portuguesa. Será trabalhada, em suma, a pluralidade cultural, por forma a afirmar a agência de ambos os povos que habitavam as terras da América portuguesa, deixando de lado a visão de dominação dos portugueses e evidenciando a contraposição com as negociações que indígenas e africanos faziam, e também com suas formas de resistência. Partindo desse pressuposto, pensamos os jogos como:

[...] exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação do real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil” (PIAGET, 1967).

Em todos os jogos serão contempladas a Lei 10639/2003 e/ou a Lei 11645/2008, em maior ou menor grau de intensidade. Considera-se importante abordar estas questões em sala de aula para que a formação cidadã dos alunos, que se inicia no ambiente escolar em conjunção com a educação familiar, também seja contemplada, reforçando-se o primeiro objetivo listado nos PCNs: “Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e

sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;” (BRASIL, 1998: 07). Objetiva-se, deste modo, promover o respeito pelas diferenças socioculturais existentes e rebater pressupostos preconceituosos, salientando que, como cada um dos participantes, todos se inserem em uma dada sociedade e são cidadãos iguais e com os mesmos direitos perante a lei, e que, como tal, assim devem ser respeitados.

---

## METODOLOGIA

O primeiro jogo a ser desenvolvido foi o “CS: Cultura e sociedade no Brasil colonial”, exposto na CIENTEC do ano de 2013. O jogo foi criado para ajudar os docentes de história da educação básica a tornar as aulas mais interativas e, também, para que os alunos se divirtam no processo de ensino e aprendizagem. O jogo funciona da seguinte forma: o tabuleiro é dividido em quatro cores. Cada cor faz referência a uma temática específica. Os jogadores lançam o dado que determinará quantas casas irão andar. Em seguida, o participante responderá perguntas sobre cada temática, a depender da cor na qual ele parou e, sendo a resposta correta, ganhará uma peça de *tangram*. O objetivo é chegar à casa central e montar, com as peças adquiridas no decorrer do jogo, o mapa do Brasil. Dessa forma, os

participantes poderão perceber de que maneira ocorreu o intercâmbio entre estes povos e compreender a diversidade cultural existente na atual sociedade brasileira. Eles serão as próprias peças do jogo e irão se locomover de acordo com a numeração que o dado lançado determinar. Além disto, terão que montar um *tangram*, quebra-cabeças chinês, constituído por sete peças, que irá simbolizar a atual sociedade brasileira através de um mapa do Brasil. Em resumo, os participantes, que serão parte do jogo, também se sentirão parte das trocas culturais e permanências de culturas autóctones e europeias que resultaram na sociedade em que estão inseridos. Vale salientar que este jogo também foi utilizado nas aulas de estágio de alguns alunos de licenciatura em História da UFRN ao longo dos anos.





Figuras 1 a 3 - Aplicação do jogo “CS”, nas CIENTEC dos anos de 2013 e 2015.

Fonte: acervo pessoal dos autores.

No ano de 2015, o projeto voltou a ser apresentado, trazendo, além do “CS”, outros jogos, fruto da continuidade do debate sobre a elaboração de jogos didáticos e o encurtamento da distância entre a produção acadêmica universitária e a Educação Básica. Assim, foram criados mais jogos que versavam sobre temas específicos do período colonial. Um deles foi o jogo “Quem é quem?”, que pode ser jogado por até 6 visitantes. Cada um deles recebe no início do jogo um gabarito, em que deve ir marcando suas respostas às questões colocadas pelo moderador do jogo. As questões relacionam-se a uma profissão que o jogador deve identificar. Por exemplo: “equivalente ao atual posto de coronel, aproximadamente, era

um oficial superior comandante do terço de infantaria do exército português? Quem era?” Diante desta questão, os jogadores devem escolher dentre as profissões expostas num quadro (quadro das profissões), identificadas pelo nome e por um número, o que torna o jogo mais simples e rápido. O participante que tiver o maior número de acertos tira uma foto com um emoji sorridente e recebe uma versão pequena com informações sobre profissões do período colonial. Para o mesmo ano, também foi criado o jogo “Terra à Vista”, no qual o jogador entrava em um barco, produzido com caixas de papelão, e “navegava” até a Terra de Vera Cruz, à medida que ia respondendo corretamente questões sobre a sociedade colonial.



Figuras 4 a 7 - Aplicação dos jogos “Quem é quem?” e “Terra à vista”, nas CIENTEC dos anos de 2015 e 2016.

Fonte: acervo pessoal dos autores.

As produções e aprimoramentos de jogos continuaram sendo discutidas e, no ano de 2016, nova inscrição foi realizada na CIENTEC-UFRN, na qual, além dos jogos já citados, houve a elaboração do “Jogo das etnias”, que contém quadros de etnias africanas que foram escravizadas no Brasil. Neste jogo, o participante tem que colar o nome correto correspondente à etnia mostrada, de acordo com suas indumentárias e com costumes descritos na base de cada quadro.

Na tentativa de trazer todos os elementos discutidos na introdução deste trabalho, a equipe observou, levando em consideração o público e as discussões entre os membros das equipes anteriores, que algumas temáticas

ainda não haviam sido abordadas, como por exemplo, a presença indígena após Guerra dos Bárbaros na capitania do Rio Grande do Norte. Com estas ideias em mente, foi criado um jogo de RPG (*role-playing game*), no qual os personagens a serem interpretados pelos participantes são indígenas que vivem na segunda metade do século XVIII e, de acordo com as escolhas feitas pelos jogadores, vão vivenciando as múltiplas possibilidades diante do advento colonial. Através destes jogos, procura-se cada vez mais estabelecer esse diálogo tão necessário entre o conhecimento produzido na UFRN e a comunidade externa, propiciando um diálogo profícuo no presente e no futuro.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os dias do evento contamos com a participação de diversos discentes de faixas etárias diferentes, essa participação espontânea nos fez observar que o jogo é uma atividade lúdica que sempre estará presente na vida do ser humano e que suscita muito facilmente o interesse e curiosidade por parte deles, mas que ao mesmo tempo não está tanto em vigor nas escolas, já que a escola tradicional, centrada na transmissão de conteúdos, não comporta esse modelo lúdico. Pensar nos jogos como uma maneira de colaborar com o ensino garante não apenas o cumprimento dessa ideia, como também das noções de regras e condutas inerentes aos jogos e que podem ser aplicadas no âmbito social e diário de cada aluno, podendo reverberar, no seu dia a dia, questionamentos, como por exemplo, no tocante a aceitação da possibilidade de perder o jogo ou mesmo de repensar a alteridade ao respeitar a vez do outro.

Conforme Almeida (2000), a ludicidade contribui e influencia na formação do aluno, possibilitando uma evolução constante no conhecimento. Contudo o mesmo só será garantido se o educador estiver preparado para realizá-lo. Santos (2001, p.14) confirma que “a aceitação da ludicidade, por parte dos professores, não garante uma postura lúdico-pedagógica na sua atuação”.

Durante as exposições dos jogos, percebemos o envolvimento e principalmente o interesse do corpo docente de diversas escolas do estado do Rio Grande do Norte que passaram pelo estande de apresentações. A partir daí, tivemos uma noção ainda mais clara da necessidade de incentivo a revisões das práticas em sala de aula, além do estímulo de atividades mais lúdicas que conquistavam o maior fascínio do aluno e ajudava sobremaneira ao professor na execução de seus planos de aula. Além de disponibilizarmos as ideias dos materiais para os

jogos, orientávamos os professores sobre como os executarem em sala de aula, como também a adaptá-los de acordo com suas disciplinas ou conteúdos a serem administrados.

Como afirma Castro (2004, p. 14), a extensão

[...] se coloca como um espaço estratégico para promover práticas integradas entre as várias áreas do conhecimento. Para isso é necessário criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes sujeitos, favorecendo a multidisciplinaridade; potencializa, através do contato de vários indivíduos, o desenvolvimento de uma consciência cidadã e humana, e assim a formação de sujeitos de mudança, capazes de se colocar no mundo com uma postura mais ativa e crítica. A extensão trabalha no sentido de transformação social.

O que observamos, portanto, é um retorno muito positivo da aplicação dos jogos e não apenas da comunidade escolar, o público externo no geral tinha a curiosidade despertada ao ver conteúdos da História Colonial sendo tratados de uma nova maneira, mais divertida e convidativa. E esse envolvimento com os jogos não se encerrava ao fim do evento, o grupo de pesquisa se propôs a alimentar uma página do *facebook* para manter contato com o público interessado, além de divulgar fotos e ações relacionadas aos jogos desenvolvidos.

Além disso, componentes da equipe que estavam em seus estágios supervisionados no curso de Licenciatura em História, utilizaram os jogos nas turmas de ensino médio e fundamental, observando que havia um maior interesse dos alunos em relação ao conteúdo ministrado. As atividades desenvolvidas contavam com mais participação do que as aulas majoritariamente conteudistas. Os alunos se envolviam, participavam mais ativamente e questionavam os conteúdos que eram ministrados através dos jogos. Assim, a utilização de jogos didáticos no ensino de História enriquecem as aulas, tornando mais dinâmicas e interativas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos neste artigo, uma primeira tentativa de análise do alcance e recepção dos jogos didáticos desenvolvidos na Base de Pesquisa “Formação dos Espaços Coloniais” e executados nas CIENTECs dos anos de 2013, 2015 e 2016, bem como nas salas de aula de estágio supervisionado de alguns discentes de licenciatura em História da UFRN. Diante do exposto anteriormente, evidenciamos que de certo modo conseguimos atingir os objetivos propostos ao grupo de pesquisa, que além da produção do conhecimento no âmbito da História Colonial, teve a preocupação de levantar possibilidades de divulgação e veiculação de maneira mais facilitada dos conteúdos que abarcam essa área do conhecimento. Levantando discussões acerca do ensino de história que vem sendo produzido atualmente, pois além da tentativa de inovação dos recursos didáticos, a proposta de repensarmos e colocarmos em prática as Leis 10639/2003 e 11645/2008 assume centralidade, tendo em vista ser um conhecimento ainda pouco explorado em salas de aulas.

Apresentação do trabalho e criação dos jogos contribuiu para uma nova visão da história para os discentes envolvidos, que embarcaram para o campo da pesquisa, fazendo uma ponte entre História e educação, pesquisa e extensão, observando resposta do público para os jogos e conteúdos apresentados, aperfeiçoando e desenvolvendo jogos com temáticas não abordadas anteriormente. No artigo Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação de Filomena Maria Gonçalves da

Silva Cordeiro Moita e Fernando César Bezerra de Andrade, os autores afirmam que Castro (2004) “mostra que a história da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão tem como pano de fundo a história mesma das relações entre conhecimento científico e demandas sociais” (2014, p. 270). Desse modo, o trabalho desenvolvido para exposição na CIENTEC foi elaborado pensando nas demandas sociais que os alunos de graduação e pós-graduação da UFRN perceberam nos estágios supervisionados nas escolas de rede pública do estado do Rio Grande do Norte. Ao perceber que havia uma ausência de metodologias diversas nas aulas de história, utilizou-se jogos didáticos como novo mecanismo de atratividade e dinamização das aulas.

As experiências anteriores nos ajudam a avaliar novas alternativas de aplicação do ensino de história de modo mais lúdico no futuro, portanto, para as próximas exposições, estamos levantando a possibilidade de além de apresentar os jogos no estande, deixarmos disponíveis para o público visitante alguns jogos para serem levados e executados em casa. Para o público menor composto por crianças de até 10 anos, pensamos na criação de um pequeno tabuleiro que componha de maneira geral atividades e caminhos desenvolvidos pelos índios da capitania do Rio Grande e no qual se deverá percorrer com auxílio do número apresentado nos dados jogados. Já para o público maior, a partir dos 10 anos de idade, a ideia é a elaboração de palavras cruzadas com as dicas acompanhando e também de um caça palavras que terão uma chave de respostas junto.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica**: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 2000.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: História – 5a a 8a séries. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental, 1998.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 27, Caxambu, 2004. Anais... Caxambu: ANPEd, 2004. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/sites/default/files/t1111.pdf> >. Acesso em: 30 mar. 2018.

MIDÕES, Andreia Sofia Alves Correia. **A Emergência da Literacia e a criança em idade pré-escolar**: A Educação e o Lazer. 2014. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação e Lazer, Departamento de Educação, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, 2014. Disponível em: <[http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/MESTRADOS\\_ESEC/ANDREIA\\_MIDOES.pdf](http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/MESTRADOS_ESEC/ANDREIA_MIDOES.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2018.

NETO, José Alves de Freitas. A transversalidade e a renovação no Ensino de História. In: VEIGA, Ilma P. A. (Org.). **Técnicas de ensino**: por que não? 8. Ed. Campinas: Papirus, 1999.

PIAGET J. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.







# JOGOS ELETRÔNICOS DE MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

SILVA, Ana Paula S.<sup>1</sup>; SILVA, Wesley Borges<sup>2</sup>; VELASQUEZ, Fátima Solange C.<sup>1</sup>; MONTEIRO, Letícia de Castro S.<sup>1</sup>; SANTO, Haryelle Antônia M. E.<sup>1</sup>

## RESUMO

Este projeto de extensão objetiva promover a experiência com os Jogos Eletrônicos de Movimento para jovens adultos com deficiência intelectual, fomentando a formação digital, esportiva e cultural, e a visibilidade das potencialidades desta população. No campo da formação acadêmica configura-se como um espaço de estudo e intervenção com os Jogos Eletrônicos de Movimento e pessoas com deficiência intelectual. Metodologia: A proposta do projeto de extensão foi organizada e realizada a partir de uma perspectiva qualitativa, atendendo uma turma de jovens adultos com deficiência intelectual de uma escola de

Educação Especial, com duas intervenções semanais, sendo a duração de cada intervenção de 1h30m. As estratégias adotadas nestas intervenções foram: vivência de Jogos Eletrônicos de Movimento; explicações acerca da tecnologia; vivência com práticas corporais e atividades lúdicas. Todo o trabalho foi registrado em Diário de Campo, sendo que as anotações orientavam as reflexões de planejamento das intervenções seguintes. Resultados: Os dados indicam que é a participação ativa dos jovens adultos com deficiência intelectual na experiência com os Jogos Eletrônicos de Movimento no processo pedagógico que favorece a apropriação de uma

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação da Física e Dança (FEFD).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação da Física e Dança (FEFD) e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás.



cultura digital e não propriamente o uso da tecnologia. Conclusões: Os Jogos Eletrônicos de Movimento despontam como uma possibilidade de experiência de lazer, diversão e aprendizagem para pessoas com deficiência intelectual que podem favorecer processos de inclusão social, para tanto, requer-se estratégias didáticas que potencializem o acesso de qualidade e a mediação necessários para uma participação

ativa nos processos de ensino-aprendizagem. O projeto favorece a formação acadêmica dos estudantes de Educação Física em relação ao letramento digital e sua associação com as práticas corporais.

**Palavras-chave:** Jogos Eletrônicos de Movimento; jovens; deficiência intelectual; Educação Especial, tecnologia.

## INTRODUÇÃO

Este texto é resultado do Projeto de Extensão “Jogos Eletrônicos de Movimento, Práticas Corporais e jovens adultos com deficiência intelectual”, da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás, realizado com jovens adultos estudantes com deficiência intelectual.

Sobre este público atendido, destaca-se que por sua deficiência os jovens adultos são parte de um grupo social historicamente discriminado e desacreditado (DIAS, 2004). Para Vigotski (1997), as limitações da pessoa com deficiência intelectual não são decorrentes exclusivamente do aspecto orgânico, pois o contexto social em que a pessoa está inserida age sobre o seu desenvolvimento intelectual. Para este autor a deficiência intelectual não deve ser tratada como algo em si, que não é passível de mudanças, a deficiência intelectual é, em sua compreensão, um processo contínuo que ocorre durante o desenvolvimento da pessoa com meio em que vive. Sob esta lógica, as condições de acesso aos bens culturais, à assistência disponível e os valores e sentidos partilhados socialmente influenciam no impacto da deficiência na vida da pessoa. Martinez (2009) ressalta que o desenvolvimento insuficiente dos processos psicológicos superiores em pessoas com deficiência intelectual apresenta relação direta com um desenvolvimento cultural insuficiente. Assim, experiências diversas, ricas e desafiadoras são responsáveis por maiores sucessos

no desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência intelectual.

A tecnologia apresenta toda uma nova gama de relações com a realidade, promovendo mudanças nos cenários sociais, culturais, políticos, econômicos e escolares, além de estar alterando processos cognitivos, segundo Soares (2002), essas transformações agem de forma profunda nos modos de experimentar e significar o mundo. A Educação Especial, inserida nesse contexto, não pode ficar alheia aos novos modos de letramento possibilitados pela tecnologia, chamados de letramento digital (XAVIER, 2005).

A noção de letramento ultrapassa a habilidade de saber ler ou escrever, sendo a leitura um processo de codificação, um processo de reconhecimento de palavras e de compreensão, onde as palavras e textos são interpretados (GOUGH; TUNNER, 1986 apud DELGADO, 2015). Segundo Soares (2003, p.20) “só recentemente passamos a enfrentar essa nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também fazer uso do ler e escrever, saber responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente”, ou seja, saber operar o uso social dos diferentes gêneros literários, o que por sua vez poderia identificar uma pessoa como letrada segundo autora supracitada. Por outro lado, as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDCIs) produziram novos



códigos de linguagem, novos sentidos e novas formas de interpretação exigindo uma nova forma de letramento, pois agora tem-se novos cenários e não apenas gêneros, exemplos: sites, blogs, celulares, jogos eletrônicos. Os novos cenários apresentam novos códigos aos gêneros existentes e criam novos gêneros.

“Ser letrado digital pressupõe assumir mudanças nos modos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não-verbais, como imagens e desenhos, se compararmos às formas de leitura e escrita feitas no livro, até porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela, também digital” (XAVIER, 2005, p.134).

Na visão de Soares (2002) os novos cenários geram diferentes modalidades de práticas sociais de leitura e escrita (com a emergência de novos códigos) em que além de ler e interpretar se é provocado também a interagir. Nesta interação encontram-se novos modos de operar com a linguagem e novos processos de aprendizagem.

A fluência tecnológica se aproxima do conceito de letramento como prática social, e não como simplesmente aprendizagem de um código ou tecnologia; implica a atribuição de significados à informações provenientes de textos construídos com palavras, gráficos, sons e imagens dispostos em um mesmo plano, bem como localizar, selecionar e avaliar criticamente a informação, dominando as regras que regem a prática social da comunicação e empregando-as na leitura do mundo, na escrita da palavra usada na produção e representação de conhecimentos (ALMEIDA, 2005, p.174).

Nestes novos cenários os processos formativos acontecem de diferentes formas, mas nem todos têm acesso e mediação necessários para desenvolver as habilidades que a experiência digital requer. Não havendo ações que viabilizem o acesso e a mediação as pessoas com deficiência intelectual podem ficar à margem dessa transformação cultural, advinda da relação com a tecnologia, ampliando processos

históricos de exclusão social. Em relação à exclusão social consideramos que a escola é na atualidade o espaço formativo da sociedade com melhores condições para mediar processos de aprendizagem que possam minimizar este abismo, com especial atenção ao papel mediador do professor. Tocando a Educação Especial se apropriar da tecnologia digital, enquanto instrumento e conteúdo pedagógico (BELLONI, 2005), para possibilitar o acesso à cultura digital, principalmente, se estas instituições foram pautadas por princípios de autonomia e emancipação.

Nesse projeto de extensão as TDICs são compreendidas na perspectiva de Lévy (1993), como tecnologias intelectuais que ampliam e modificam as funções cognitivas dos sujeitos, e devem favorecer a criação e a invenção de problemas. Assim entendidas as TDICs se apresentam como possibilidades interessantes de desenvolvimento de pessoas com dificuldades de aprendizagem, que é o caso dos estudantes com deficiência das Escolas de Educação Especial em relação ao letramento, já que incitam novas conexões e modos de aprender e processar o mundo.

Considerando ainda que as TDICs atravessam as diferentes linguagens e seus códigos, não se restringem somente a leitura e a escrita da língua oficial, novos sentidos e significados estão sendo construídos em outras práticas sociais. Criam-se novos cenários digitais nos quais se reinventam práticas sociais. De interesse desta pesquisa, é o que ocorre com as práticas corporais entremeadas pelas TDICs, uma vez que novos sentidos e significados estão sendo colocados no modo de se movimentar, relacionar, fruir e criar, ampliando as possibilidades de experiência e ao mesmo tempo modificando profundamente aspectos tradicionais.

Um bom exemplo das TDICs na interface com as práticas corporais são os Jogos Eletrônicos que segundo Feres Neto (2005) reorientam com seus conteúdos narrativos e

seus modos de interatividade a relação que as pessoas de modo geral estabelecem com estas práticas sociais, como acontece mais explicitamente nos Jogos Eletrônicos de Movimento que requerem de seus praticantes que se exercitem para jogar, estabelecendo novos códigos de linguagem digital.

Assim, a intenção/objetivo desse projeto de extensão é promover a inclusão digital destes jovens adultos a partir de uma prática social, os Jogos Eletrônicos, que se configura na atualidade como a porta de entrada de crianças e jovens ao mundo da tecnologia (MOITA, 2007).

O projeto justifica-se pela existência de muitos estudos (FERES NETO, 2001, 2005, 2007; GAMA, 2005; MENDES, 2005, 2006; MOITA, 2004, 2006, 2007a, 2007b) que demonstram o potencial educativo dos Jogos Eletrônicos e porquê são raros os estudos sobre o uso dos Jogos Eletrônicos por pessoas com deficiência intelectual, além de que ainda são poucas as oportunidades que as pessoas com deficiência intelectual têm de acessá-los.

O projeto tem como objetivos específicos: a) Promover o acesso à experiência com os Jogos Eletrônicos de Movimento; b) Transmitir conhecimento acerca dos Jogos Eletrônicos em geral; c) Problematizar a abordagem dos conteúdos narrativos relacionados às práticas corporais (esportes e danças) dos Jogos Eletrônicos.

O impacto social que justifica esta proposta envolve então: a) inclusão de grupo socialmente discriminado no uso das tecnologias; b) transferência de conhecimentos e experiências acerca dos Jogos Eletrônicos; c) problematização de Jogos Eletrônicos de Movimento que misturam arte, práticas corporais e experiência digital ressignificando práticas sociais; d) letramento digital que resulta de um processo social, que não considera apenas a codificação e decodificação dos signos da linguagem, mas principalmente a compreensão do uso social da prática digital; e) valorização do saber e da criatividade da pessoa com deficiência.

O projeto atua em parceria com uma Instituição não Governamental da Cidade de Goiânia que atua como uma Escola de Educação Especial. Esta parceria é importante, pois contribui para a troca de saberes entre a Universidade e Instituições Educacionais que atuam com pessoas com deficiência intelectual, potencializando o trabalho de formação educacional e inclusão social desta população. Esta articulação entre Universidade e Escolas Especiais visa potencializar o desenvolvimento de políticas de inclusão digital para grupos historicamente marginalizados, em especial, pelo reconhecimento dos direitos de acesso de todos a uma formação de qualidade.

---

## METODOLOGIA

A proposta do projeto de extensão foi organizada e realizada a partir de uma perspectiva qualitativa, que leva em consideração a qualidade dos processos a serem desenvolvidos, bem como, tem uma melhor condição de escutar as necessidades e demandas das pessoas envolvidas no processo.

Nessa perspectiva, foi atendida uma turma de jovens adultos com deficiência intelectual de uma escola de Educação Especial, com 2 intervenções semanais, sendo a duração de cada intervenção de 1h30m. As estratégias

adotadas nestas intervenções foram: praticar em todas as intervenções diferentes Jogos Eletrônicos de Movimento nas plataformas caseiras mais conhecidas para esta prática (videogames Nintendo Wii e Xbox Kinect); momentos expositivos (explicação dos monitores) acerca dos conhecimentos relativos aos equipamentos digitais e dos códigos digitais para seu uso; momentos de experiência com práticas corporais (esportes e danças) que são conteúdos narrativos dos Jogos Eletrônicos movimento; atividades lúdicas



em grupo e individuais que problematizam os novos modos de experienciar e compreender as práticas corporais abordadas nos Jogos Eletrônicos; momentos de interagir com diferentes plataformas (computadores, videogames, celulares) no uso dos Jogos Eletrônicos de Movimento; momentos de utilizar os conhecimentos digitais em diferentes plataformas com outras finalidades pedagógicas e artísticas, ampliando os usos e compreensão destes usos.

Os jovens adultos tinham total liberdade durante as atividades propostas, participavam apenas quando desejavam e se sentiam interessados.

Todo o trabalho foi registrado em Diário de Campo, sendo que as anotações orientavam as reflexões de planejamento das intervenções seguintes. No Diário de Campo foram registradas as falas e expressões dos jovens adultos acerca das atividades propostas e descrito o desempenho e a habilidade apresentada por eles durante as intervenções.

---

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com o Diário de Campo demonstram que o projeto se encontra no caminho esperado inicialmente, mas as intervenções encontram-se no início, havendo ainda muitas possibilidades de experiência a serem exploradas nas intervenções acerca do uso dos Jogos Eletrônicos na Escola Especial. Assim, nesse texto, destacam-se alguns dos resultados encontrados em relação ao letramento digital por meio dos Jogos Eletrônicos de Movimento.

Nas seis primeiras intervenções com os estudantes com deficiência intelectual, os principais resultados encontrados, foram:

- Dificuldade inicial de lidar com a tecnologia;
- Tempo de reação demorado para responder os comandos do jogo eletrônico de movimento;
- Dificuldade de associar as práticas corporais com os conteúdos esportivos;

Com as intervenções seguintes, da sexta a décima segunda, pode-se pontuar outros identificadores:

- A dificuldade com a tecnologia, hardware e software, ainda persiste, mas já se reconhece elementos importantes da tecnologia que viabilizam a experiência;
- Reconhecimento de palavras, enquanto símbolos, que orientam o desenvolvimento dos Jogos Eletrônicos de Movimento;

- O tempo de reação continua com atrasos em relação às demandas do jogo eletrônico de movimento, mas com menos impacto que no início do projeto;
- Os estudantes realizam algumas associações entre as experiências dos esportes com as experiências nos Jogos Eletrônicos de Movimento.
- Associação positiva com outras experiências online;
- Reconhecimento dos Jogos Eletrônicos de Movimento como um espaço de lazer e diversão.

Os avanços observados durante o desenvolvimento do projeto devem ser considerados à luz da premissa de que a limitação orgânica das pessoas com deficiência intelectual não é “equilibrada” apenas com o uso da tecnologia nas escolas especiais. Para a pessoa com deficiência intelectual, “a acessibilidade não depende de suportes externos ao sujeito, mas tem a ver com a saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber” (MANTOAN; BATISTA, 2007, p. 22). É fundamental compreender que a questão está sempre na condição de participação ativa da pessoa com deficiência intelectual nos processos pedagógicos do qual está inserida, havendo sempre uma necessidade recorrente de rever/avaliar as intervenções que são realizadas. De modo que,

o uso dos Jogos Eletrônicos por si só não conduz a cultura digital, sendo necessário considerar o contexto sócio-cultural dos estudantes, pois para aqueles que estão fora da cultura digital, os Jogos Eletrônicos podem não se constituir em experiência de significado relevante. Assim, os dados indicam que é a participação ativa dos jovens adultos com deficiência intelectual na experiência com os Jogos Eletrônicos de Movimento no processo pedagógico que favorece a apropriação de uma cultura digital e não propriamente o uso da tecnologia.

Durante as análises dos dados registrados nos Diários de Campo pode-se observar que os jovens adultos que possuíam alguma familiaridade com a prática corporal narrada no Jogo Eletrônico de Movimento, apresentaram melhor desenvoltura e interesse para lidar como o Jogo Eletrônico Movimento. Dados semelhantes já foi encontrado por Silva (2012) ao analisar a experiência de jovens sem deficiência intelectual com Jogos Eletrônicos de Movimento. No estudo dessa autora, destaca-se a importância do capital cultural para apropriação ativa e prazerosa do Jogo Eletrônico de Movimento. Ou seja, a participação ativa está associada com a familiaridade com os sentidos e significados que estão em jogo no processo educativo, o que lembra a abordagem de Vigotsky (2003) sobre a zona de desenvolvimento proximal.

Nesse caso, a mediação é necessária para: se estabelecer elos de ligações entre a experiência digital e outras práticas sociais; desenvolvimento da fruição; a aprendizagem e a participação significativa. A participação ativa de jovens sem deficiência intelectual na prática de Jogos

Eletrônicos é que possibilita a aprendizagem e a fruição desses novos códigos de linguagem, promover esse tipo de engajamento nas pessoas com deficiência intelectual pode contribuir para apropriação da cultura digital, fomentando processos inclusivos.

Sob outro aspecto, a autora Silva (2012) também destaca a importância da qualidade de acesso, o que inclui: qualidade dos hardwares e softwares utilizados. Sobre a qualidade destes observamos a importância das escolas especiais em oferecer experiências de qualidade considerando que a maioria dos estudantes de escolas especiais é de baixa renda, tendo acesso quando possível a tecnologia ultrapassada e de baixa qualidade. Diferentes hardwares oferecerem diferentes experiências, por exemplo, jogar o Jogo Eletrônico de Movimento de Boliche no Nintendo Wii exige habilidades diferentes que jogar no Xbox Kinect. Especificando, no Nintendo Wii o modo de detecção de movimento requer movimentos de braços, mãos e dedos, enquanto que no Xbox Kinect requer o movimento do corpo todo. Essa diferença implica em duas questões a serem exploradas no projeto, quais sejam: a) a primeira apresenta a cultura digital como uma gama de experiências que pode atender as singularidades das pessoas com deficiência intelectual, pois apresenta diferentes modos de experienciar uma prática social, aqui em especial as práticas corporais; e b) trata de elaborar junto aos estudantes com deficiência intelectual as mudanças provocadas pela tecnologia no entendimento e na experiência de práticas sociais históricas.

## CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Jogos Eletrônicos de Movimento despontam como uma possibilidade de experiência de lazer, diversão e aprendizagem para pessoas com deficiência intelectual que podem favorecer processos de inclusão social, para tanto, requer-se estratégias didáticas que potencializam o acesso de qualidade e a mediação necessários para uma participação ativa nos processos de ensino-aprendizagem. Outros dados ainda carecem de estudo, o projeto continua em andamento e novos dados irão contribuir para a elaboração de uma proposta do uso de Jogos Eletrônicos de Movimento em

aulas de Educação Física em Escolas Especiais como forma de contribuir no Letramento Digital dessa população.

Em relação à formação acadêmica destaca-se a inserção em um novo universo, que associa as práticas corporais e o universo digital com a formação de pessoas com deficiência. Essa experiência possibilitou para monitores (bolsista e voluntários) desmistificar preconceitos sobre deficiência, tecnologias e a formação em Escolas Especiais, descortinando que todos têm o potencial de aprender, o que faltam são oportunidades que atendam às singularidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. Educação, ambientes virtuais e interatividade. In: SILVA, Marcos (Org.). **Educação online**. São Paulo: Loyola, 2003.

BELLONI, M. L. **O que é mídia-educação**. 2a. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

DELGADO, I. C. et al. Perspectivas de letramento em sujeitos com déficit intelectual. **Revista Prolíngua**. V. 10, n.1, 2015.

DIAS, S.S. **O sujeito por trás do rótulo**: significações de si em narrativas de estudantes de ensino médio com indicação de deficiência mental. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004.

FERES NETO, A. **A Virtualização do esporte e suas vivências eletrônicas**. 2001. 117 F. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FERES NETO, A. **Videogame e educação física/ciência do esporte**: uma abordagem à luz das teorias do virtual. *Revista Digital*, 10(88), 1-1, 2005.

FERES NETO, A. Videogame e educação física/ciências do esporte: uma abordagem à luz das teorias do virtual. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14, **Anais...** Recife: CBCE, 2007.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo, SP: Ed. 34, 1993.

MANTOAN, M. T. E; BATISTA, C. A. M. Atendimento educacional especializado em deficiência mental. In: BRASIL. **Atendimento educacional especializado**: deficiência mental. Brasília: SEESP/MEC, 2007, p. 13-42.

MARTINEZ, A. M. La perspectiva histórico-cultural y educación especial: contribuciones iniciales y desarrollos actuales. **Revista Eletrónica Actualidades Investigativas en Educación**, Costa Rica, v. 9, número especial, p. 1-28, 2009.

MENDES, C. L. Jogar jogos eletrônicos: que lazer é esse? In: **Licere**. Belo Horizonte, 2005. (v. 8, n. 1)

MENDES, C. L. **Jogos eletrônicos**: diversão, poder e subjetivação. Campinas: Papirus, 2006.

MOITA, F. M. G. S. C. Jogos eletrônicos, juventude e currículo cultural: impulsionando uma nova prática educativa popular. Anped, 27, **Anais...** Caxambu: Anped, 2004. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm> acessado dia 10/11/2008 as 14h34.

MOITA, F. M. G. S. C. **Games**: contexto cultural e curricular juvenil. 2006. 181 F. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

MOITA, F. M. G. S. C. **Game on**: jogos eletrônicos na escola e na vida da geração @. Campinas: Alínea, 2007a.

MOITA, F. M. G. S. C. Jogos eletrônicos: contexto cultural, curricular juvenil de “saber de experiência feito”. Anped, 30, **Anais...** Caxambu: Anped, 2007b. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/index.htm>

SILVA, A. P. S. **Os Jogos Eletrônicos de Movimento e as Práticas Corporais na percepção de jovens**. p. 274f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-graduação em Educação Física, UFSC, Florianópolis, 2012.

SOARES, M. B. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Rev. Educ. Soc.** Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.

SOARES, M. B. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VYGOTSKI, L. S. Acerca de la psicología y la pedagogía de la defectividad infantil. In: VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas V**: Fundamentos de defectología (pp. 73-95). Madrid: Visor, 1997.

VIGOTSKY, L. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

XAVIER, A. C. S. Letramento Digital e ensino. In: Carmi Ferraz Santos e Márcia Mendonça. (Org.). **Alfabetização e Letramento**: conceitos e relações. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.





# MULHERES RURAIS

## DESNATURALIZANDO HISTÓRIAS SILENCIADAS

Simone Ribeiro<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por finalidade apresentar reflexões a partir do projeto transdisciplinar realizado pelo Grupo Educação, Culturas e Sustentabilidade – ECUS da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): “Memórias de mulheres: mudanças e permanências em processos educativos não escolares – transmissão do patrimônio cultural imaterial em comunidades rurais/quilombolas da Zona da Mata mineira”. Tendo como referência o resgate e a sistematização de conhecimentos/histórias de diferentes gerações de mulheres rurais da zona da mata mineira demos ênfase às questões relacionadas à opressão de gênero

procurando evidenciar como a posição de subalternidade afeta as mulheres. A metodologia adotada foi a História Oral porque entendemos que este é um ramo da historiografia que cuida das dimensões vivas da história: as memórias, dando voz aos sujeitos do cotidiano, que fazem a história mas que, muitas vezes, são negligenciados pela historiografia tradicional. Assim, por meio do ato de rememorar a própria vida, as relações e os lugares, as mulheres trazem questões como: a questão do trabalho como obrigação, as brincadeiras/ensinamentos e atividades distintas para meninas e meninos; e o conflito a partir do momento em que

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora, C.A. João XXIII.

estas mulheres desejavam maior liberdade e independência mas que a estrutura patriarcal não lhes permitia. Nosso objetivo foi o de, sobretudo, refletir e evidenciar aspectos que ficam invisibilizados e limitam a sua emancipação. De modo geral, podemos concluir que a história oral como metodologia de trabalho tem possibilitado abordar temáticas pouco acessíveis por meio de outras fontes,

estimulado a discussão interdisciplinar e explicitado um novo modo de fazer ciência, em que a escrita narrativa se faz presente, e na qual os sujeitos pesquisadores e os sujeitos pesquisados alternam-se mutuamente na difícil tarefa de produção do conhecimento.

**Palavras-chave:** História Oral; Mulheres; Relações Sociais de Gênero.

---

## INTRODUÇÃO

O presente artigo traz as reflexões que o Grupo Educação, Culturas e Sustentabilidade - ECUS tem produzido a partir das atividades de extensão e pesquisa que vem sendo desenvolvidas com mulheres em comunidade rurais da zona da mata mineira. Neste artigo, nosso foco são as histórias destas mulheres rurais e as tensões geradas pelas desigualdades nas relações de gênero que se mostram a partir de suas memórias.

As mulheres rurais estão entre os grupos sociais mais silenciados, são pessoas não escutadas porque seus pontos de vista são tidos como não importantes. Caladas, devido a um imaginário social ou status inferior, por serem pobres, mulheres, trabalhadoras do campo. Neste sentido, nosso objetivo é dar visibilidade às memórias, instigando reflexões que desvendem

os conflitos permitindo outras interpretações as suas histórias de vida.

A metodologia escolhida é a História Oral que tem sido utilizada como instrumento de trabalho na extensão e na pesquisa, visando a produção de conhecimentos numa perspectiva de valorização dos sujeitos históricos, resgatando suas memórias, assim como suas identidades individuais e/ou coletivas.

Com isso, ao tangenciar o objeto do artigo, escolhemos traçar um caminho na escrita que conta um pouco da nossa experiência com as temáticas abordadas neste artigo, a saber: o trabalho com a História Oral, as relações de gênero, as práticas educativas escolares e não escolares. Dessa forma, vamos enredando os diálogos com os autores, as entrevistas com as mulheres e as nossas próprias questões / reflexões.

---

## METODOLOGIA

As mulheres a quem nos referimos no presente trabalho, são da zona da mata de Minas Gerais situada na porção sudeste do Estado, na divisa com os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, abrangendo uma área de 36.021 km<sup>2</sup>. Compreende 143 municípios, dos quais 128 possuem população inferior a 20.000 habitantes. Em que sua economia é baseada na produção agropecuária, onde a agricultura familiar responde por grande parte desta. Tem sido uma região considerada estagnada ou em decadência, de significativo êxodo rural e

expulsora de mão-de-obra, pois a industrialização não se intensificou, à exceção de Juiz de Fora, a maior cidade da região. O patrimônio cultural e ambiental destas comunidades/grupos apresenta-se na atualidade de diversas formas: de manifestações de cantos e danças às culinárias locais/regionais, do conhecimento etnobotânico e etnopedológico às formas de relação homem-natureza, das formas de construção arquitetônicas ao trabalho coletivo em mutirões e “troca-dias” etc. Nesta região se encontram várias comunidades compostas por



famílias de pequenos agricultores familiares. Consideramos as comunidades da agricultura familiar aquelas que, em termos gerais, são compostas por famílias de agricultores e agricultoras que trabalham basicamente com a força do trabalho familiar, em uma pequena propriedade e, ou, em parceria, e que não acumulam sistematicamente excedentes. Desta forma as mulheres entrevistadas nasceram em comunidades rurais nos municípios de Eugenópolis, Miradouro, Olaria e São José dos Lopes da Zona da Mata Mineira. Do município de Eugenópolis, a entrevistada Luceny; de Miradouro Rita; de São José dos Lopes a entrevistada Elisângela e, finalmente, do município de Olaria Carminha.

As memórias de mulheres inseridas em grupos sociais sejam eles étnicos, produtivos, culturais, políticos, entre outros, constroem um conjunto de memórias compartilhadas socializadas pelo seu gênero. O coletivo dessas memórias está marcado por tradições herdadas e memórias individuais, com alguma organização social e uma estrutura dada por códigos culturais compartilhados. (TEDESCHI, 2017)

A História Oral é um ramo da historiografia que cuida das dimensões vivas da história: as memórias. Enxerga-se a sua importância a partir do momento em que se dá voz aos sujeitos do cotidiano, que fazem a história mas que, muitas vezes, são negligenciados pela historiografia tradicional que leva em conta apenas fontes escritas e documentais. Assim, esta se constitui em uma forma de intercâmbio entre a história e as demais ciências sociais (MATOS; SENNA, 2011, p.100). Esta metodologia está intimamente ligada à memória e identidade dos sujeitos; sendo esta individual ou coletiva pois leva em conta a subjetividade e experiências dos indivíduos – o que contribui com mais elementos para o desvelamento da história. A respeito da identidade, Halbwachs (2004, p. 85) afirma que “toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.” Segundo Thompson (1992, p. 44):

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história.

Além de ampliar as possibilidades de análise em campos de estudo pouco explorados. O caminho que percorremos até este momento e as análises realizadas apontam para a potencialidade e diversidade da História Oral, tanto no que diz respeito aos campos de estudo que dela fazem uso quanto às concepções que a embasam. De modo geral, podemos afirmar que, para além das divergências e debates, a História Oral como metodologia de pesquisa possibilita abordar temáticas pouco acessíveis por meio de outras fontes, estimula a discussão interdisciplinar e explicita um novo modo de fazer ciência, em que a escrita narrativa se faz presente, e na qual os sujeitos-pesquisadores e os sujeitos-pesquisados alternam-se mutuamente na difícil tarefa de produção do conhecimento.

Desse modo, afirmamos a importância e a relevância do trabalho com a história de vida de indivíduos negligenciados da seletividade científica da historiografia, trazendo ao domínio social os registros das suas vivências, conhecimentos populares e traduzindo as memórias individuais como parte da história da sociedade, da memória coletiva e por meio da metodologia desenvolvida por meio da História Oral.

Nesse sentido, segundo Aragão, Timm e Kreutz (2013, p.30) “a História Oral está atrelada a processos culturais, sociais e históricos, que são problematizados por meio do diálogo com as experiências dos sujeitos, narrativas estas impregnadas de significações apropriadas ao longo da vida.”

Dada toda essa carga, a História Oral se estrutura a partir de uma série de passos que compõem a metodologia em que, a entrevista individual é o foco central para conseguir alcançar as expressões dos indivíduos por meio de suas memórias. Por isso, deve-se ter como aporte todo um aparato técnico para construção audiovisual, de organização e transcrição das informações adquiridas. Assim, dada a complexidade da metodologia, que inclui modalidades de entrevistas e procedimentos que precisam ser seguidos, esta também envolve o “antes”, o “durante” e o “depois” da entrevista. O momento anterior à entrevista consiste na preparação da equipe, equipamentos de gravação audiovisual, roteiros, termos de autorização do uso das imagens, entre outros. Pudemos constatar a necessidade de uma equipe de apoio além do(a) entrevistador(a) para manusear os equipamentos; microfone, câmera e câmera de apoio – para o caso de um possível imprevisto. Já no momento da entrevista é necessário escolher um local com iluminação e captação de som apropriados; uma vez que esta ocorre em um local de escolhido pelo (a) entrevistado(a), podendo ser até mesmo sua residência – o que contribui para que fique mais confortável ao relatar suas histórias e experiências. Feito isso é o momento de preparar os equipamentos para logo em seguida dar início a entrevista. Esta, diferente de um questionário, consiste em um momento de troca e requer um envolvimento mútuo de ambas as partes, o(a) entrevistador(a) precisa apresentar uma postura respeitosa, interessada e se atentar às histórias relatadas pelo(a) entrevistado(a). Se faz necessário ter sensibilidade para conduzir a

entrevista de maneira que respeite as emoções do(a) entrevistado(a), uma vez que quando tratamos de memória é inevitável que emoções venham à tona.

Vale ressaltar que todo o processo da entrevista é importante porque é o momento de dar voz a sujeitos que muitas vezes não são ouvidos – ainda mais quando se trata de mulheres do campo/quilombolas – onde a figura masculina tem o papel central da vida pública.

O momento posterior à entrevista consiste na organização e compilação do material com o cuidado de preservar as histórias relatadas, além da posterior divulgação deste material. Além de elaborar relatórios, documentos ou até mesmo produzir a partir dos conhecimentos obtidos.

Considerando o potencial da História oral Joan Scott (2008) assinala também que a história das mulheres deve ser escrita a partir de uma lógica de investigação diferente da aplicada na historiografia tradicional. Isso significa reescrever a história sob uma perspectiva feminina, interpretar de maneiras diferentes, reformular a análise histórica e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda sua diversidade e complexidade, mostrando como atuaram e resistiram às circunstâncias impostas. O uso dessa lógica envolve, ainda, inventariar as fontes com as que contamos e dar um sentido diferente ao tempo histórico, destacando o que foi importante na vida das mulheres. Nesse sentido, vale ressaltar que:

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas [...] (FERREIRA; AMADO, 2006, p. XIV).

## DISCUSSÃO

### REVIVENDO AS OPRESSÕES DE GÊNERO

Ao focarmos nossos estudos as histórias de vida das mulheres percebemos a forte presença de questões relacionadas ao gênero nas falas das entrevistadas. Dessa maneira objetivou-se analisar quais as particularidades deste grupo, bem como levantar reflexões a partir dos depoimentos relatados. Ressaltamos que esta metodologia, conforme Ferreira, Amado (2006, p.XV):

é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas. As soluções explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história. Aí se agrupam conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico.

Ao incorporarmos o conceito de relações sociais de gênero significa que considerarmos as identidades e os papéis masculinos e femininos como construção histórica e social, sujeita, portanto, à mudança. Essa construção tem uma base material e não apenas ideológica, que se expressa na divisão sexual do trabalho. As relações de gênero são hierárquicas e de poder dos homens sobre as mulheres; por meio dessas relações começamos a apreender o mundo. As relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais; os universos do trabalho, da cultura e da política, e se organizam a partir dos papéis masculinos e femininos. Basicamente, a categoria implica análise em dois níveis integrados: o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os dois sexos; e gênero como forma básica de representar relações de poder em que representações dominantes são apresentadas de forma natural e inquestionável. As normatizações da dicotomia feminino-masculino, segundo Scott (1990), transformam a oposição binária do gênero e as relações de poder que engendram em produto de um consenso social, como se fossem eternas, fixas. Assim, se por um lado a valorização das

tradições preconiza o resgate de práticas e formas de produção da vida, um “olhar de gênero” a partir destas práticas e formas de vida exige uma reflexão compartilhada acerca das normas e papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens. (RIBEIRO, 2003).

Nesse aspecto, evidencia-se a importância da História Oral como instrumento a resgatar as dimensões da vida desses sujeitos que impactaram sua construção pessoal. Dessa forma, por meio da representação seletiva do passado, a memória dessas entrevistadas não é somente sua, mas insere-se no contexto familiar, social, nacional.

Considerou-se importante evidenciar o recorte de gênero para a realização da pesquisa uma vez que compreendemos que nas comunidades tradicionais e no campo, a presença do patriarcado é marcante, e que às mulheres é destinada a vida privada e por isso desde cedo seus direitos públicos são cerceados, como o direito à educação escolar. Para isso também tínhamos como objetivo compreender suas relações com o ambiente escolar ou a sua privação de participar deste espaço. Um dos trechos extraídos das entrevistas<sup>2</sup> retrata o descrito:

**Entrevistada:** Aquela bicicleta quando chegou foi uma novidade muito grande e naquela época os irmãos não gostavam de ensinar a gente a fazer as coisas, o sistema era muito esquisito, aí eu pegava aquela bicicleta escondido e saía, um dia eu enfiei no meio do canavial, e eu achei que já tinha aprendido. E eu pensei “eu hoje aprendi a andar de bicicleta mesmo sozinha”

As histórias relatadas pelas mulheres entrevistadas possuem pontos em comum como a relação de identidade e trabalho com a terra na comunidade onde moravam durante a infância, da divisão sexual do trabalho e até o ponto em que elas foram perdendo o espaço da vida pública, para construir e cuidar da sua própria família – o que na maioria dos casos ocorreu muito cedo. Aos poucos foram deixando também o ambiente escolar para ocuparem o espaço “do lar” e afazeres domésticos. O que fica claro na seguinte fala:

<sup>2</sup> Optamos neste artigo por inserir literalmente as memórias das mulheres para que a força de suas falas permita a reflexão sobre as tensões enfrentadas. Mais do que analisar em uma perspectiva teórica as influências das relações de gênero na construção das memórias.

**Entrevistador:** Você tocou numa outra coisa que eu achei muito interessante, você falou que tinham essas brincadeiras e que desde cedo vocês trabalhavam, tinham suas responsabilidades. Quais eram essas suas responsabilidades, as diferenças de responsabilidade, por exemplo: os meninos e as meninas faziam trabalhos diferentes? Quem ensinou vocês essas responsabilidades?

**Entrevistada:** foi a mãe e o pai que ensinou. Hoje a gente mudou um pouco a forma de pensar e até de ensinar os meninos. Por exemplo: quando eu fui criança a mãe ensinava a gente a fazer as coisas de menina “quando você crescer vai casar”. E os meninos já era diferente: o pai já levava para a roça e até nessa época, não usava o menino lavar o seu prato, a menina que tinha que lavar o prato e às vezes até a roupa para ajudar no banho era a menina que ajudava a pegar, era tudo assim.

Nos relataram que começaram a trabalhar muito cedo, tanto em casa quanto na lida no campo ou até mesmo em outras casas para complementar a renda familiar, e que receberam todo o ensinamento de suas mães que lhes ensinavam as “coisas de meninas” para que pudessem casar e serem boas donas de casa. Pudemos observar que em um certo momento, mesmo sendo ensinadas à lida no campo quando crianças, passaram a deixar esses espaços para se dedicarem a essas funções “femininas” da vida privada. E que em alguns casos, quando havia uma tentativa por parte delas de maior participação e envolvimento na vida pública ou na tentativa de serem mais “independentes”, havia certa dificuldade por pertencerem às categorias de “mulheres”:

**Entrevistador:** você falou algumas vezes do seu trabalho com os movimentos sociais hoje, me fala um pouquinho dessas suas atividades.

**Entrevistada:** eu tenho uma história muito bacana, que meu esposo, no início, até uns 4-5 anos, não concordava muito não. Eu saía e ele ficava uma semana de cara feia e quando ele voltava as boas eu já tava começando a ter outro para sair. Ai foi aquela luta “eu tenho que manter a minha família e eu tenho que ir pros encontros”, até que um dia eu chamei ele, conversei com ele, sabe? Falei que o meu sonho, que além de ser esposa, mãe, mulher, eu queria mais trabalhar com o povo, sabe?

## DOS SABERES ESCOLARES E NÃO ESCOLARES

Podemos citar ainda que suas experiências escolares se deram de maneira similar pelo que descreveram nas entrevistas: estudaram em escolas multisseriadas, em que começavam a partir dos 07 anos de idade e paravam aos 10 anos. Além disso, relatam que as professoras eram muito bravas e severas impondo-lhes inclusive punições físicas quando não decoravam o conteúdo, como a “tabuada”.

**Entrevistadora:** Então, E.A.F.L., a gente queria conhecer um pouco mais da sua vida. A gente queria que você contasse pra gente coisas relativas a sua vida de modo geral. A gente podia começar no tempo em que você era criança. Você podia voltar lá na sua memória e lembrar qual a lembrança mais antiga que você tem de infância.

**Entrevistada:** A minha lembrança mais antiga é do tempo de escola. Que a gente ia a pé e era bem longe, a gente andava uma hora e meia mais ou menos a pé. Ia eu, minha irmã – que era mais velha que eu dois anos- e mais dois irmãos. Ai com o tempo, a gente começou a estudar, naquela época os professor era muito exigente, minha professora era uma pessoa muito explosiva, sabe? Ela pegava e quando a gente chegava um pouquinho atrasado ela já vinha dando aqueles grito: “Por que vocês chegaram atrasados, não vai entrar!”, “Não, a gente mora longe, a senhora tem que entender”.

Elas relatam que percorriam grandes distâncias até a escola, com alguns obstáculos e perigos pelo caminho, algumas delas mencionam ter de caminhar por duas horas. Relatam a estrutura simples da escola, a falta de recursos como merendas e também de recursos humanos que muitas vezes só havia a professora para ministrar as aulas e preparar a alimentação dos alunos. Apesar das dificuldades nos relataram que seus pais as incentivaram a estudar e elas mesmas viam os estudos como uma possibilidade de “ser alguém na vida”. Como se percebe no trecho da entrevista transcrita pelo grupo:

**Entrevistadora:** você já falou um pouco disso, como foi a ida dos meninos pra escola, porque você tinha tido uma relação com a escola, com a professora que era durona, né?



Como foi a relação deles na escola, que diferenças você viu nas professoras, na estrutura da escola, como foi isso?

**Entrevistada:** a estrutura da escola era um quadro pras quatro séries, ela dividia. Ela, tinha vez que ela mesma fazia merenda. Quando os alunos aumentavam ela dava aula na parte da manhã e na parte da tarde, somente ela, né, era só um encarregado. A gente tinha até que dar o desconto, mas mesmo assim, ela era muito, muito brava, meus irmãos não gostavam muito da escola não e não gostavam que a gente ia com eles.

O fato se repete em outra entrevista:

**Entrevistadora:** Você falou sobre a... Dois momentos você fala sobre a... Sempre o seu desejo de estudar né, aí uma pergunta como que foi essa sua inserção na escola? Como que se deu a sua entrada na escola?

**Entrevistada:** Eu entrei com 7 anos na escola, e na época foi a época em que a gente pegou os professores muito severos. Foi na época que a gente apanhava na escola, mas toda vida eu dei muita sorte: eu nunca apanhei porque eu era a menorzinha.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das histórias e memórias relatadas, pudemos perceber o quanto a dimensão da identidade com a terra e comunidade local é importante para essas mulheres, pois além de ser o local onde cresceram, também foi onde foram educadas, onde suas identidades foram estabelecidas e não é possível separar de quem são hoje.

Ao utilizarmos essa metodologia desvelamos histórias de vida, experiências, memórias. Demos voz à mulheres que possuem grande importância e influência em seus grupos, comunidades mas que muitas vezes são invisíveis ao saber acadêmico e intelectual;

possuem uma infinidade de outros saberes, de humanidade e histórias de vida e isso pode ser evidenciado quando demos enfoque as opressões de gênero, mesmo quando sucintas, relatadas pelas entrevistadas.

Nesta direção a história oral enquanto método e instrumento de construção de uma nova história, possibilita a valorização das experiências das mulheres mediante uma nova forma de abordar a história, revisando modelos de significação que estavam impregnados em todos os grupos sociais e visibilizando os fatores que silenciaram as mulheres na história.



## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ARAGÃO, Milena; TIMM, Jordana Wruck; KREUTZ, Lúcio: A história oral e suas contribuições para o estudo das culturas escolares. In : **Conjectura**: Filos. Educ., Caxias do Sul, v.18, n.2, p. 28-41, maio/ago. 2013

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA; Adriana Kivanski de. **História Oral como fonte**: problemas e métodos. *Historiae*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados-MS : UFGD, 2014. 63 p.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero. **OPSIS**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 330-343, dez. 2015. ISSN 2177-5648. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33931>>. Acesso em: 02 ago. 2017. Doi: <<https://doi.org/10.5216/o.v15i2.33931>>.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.





# ROSÁRIOS

## DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA EM MOVIMENTO

Vitor Luiz Rocha Rodrigues<sup>1</sup>; Jeferson Eduardo Lopes dos Passos<sup>1</sup>; Juliana Castro Bergamin<sup>2</sup>

### RESUMO

O homem desde tempos remotos utiliza-se de seu corpo para comunicar consigo, com o outro e com o mundo. Esse diálogo modifica-se de acordo com o país, região, estado e cidade na qual se encontra, sendo a linguagem “dançante” brasileira muito rica. Absorvidos nesse universo buscou-se oferecer a oportunidade ao sujeito de conhecer e valorizar a trajetória de vários grupos que compõem a cultura brasileira, permitindo a vivência de diversas experiências. As ações permearam a investigação, reconhecimento e disseminação da cultura brasileira através

das danças, cantos e movimentos corporais. O público foi composto por homens e mulheres de idades diversas, tendo na equipe 48 alunos de graduação, 1 aluno da pós-graduação, 1 técnico administrativo, 1 docente e 2 membros da comunidade. Para a realização do programa ROSÁRIOS foi necessário desenvolver ações na linha artística e educativa. Foram alcançados vários propósitos, desde a elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, artísticos, aulas regulares em instituições de ensino fundamental até a realização de um workshop semestral e

<sup>1</sup> Universidade Federal de Ouro Preto, discentes do curso de Educação Física (CEDUFOP).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Ouro Preto, docente do curso de Educação Física (CEDUFOP).

divulgação nas mídias. Diante dos resultados obtidos, concluiu-se que o programa apresentou capacidade de diversificar e expandir suas ações ainda mais, ampliando o diálogo entre a comunidade e a universidade, entre o

conhecimento acadêmico e popular, entre a informação e a formação.

**Palavras-chave:** dança; corpo; cultura; educação

## INTRODUÇÃO

Desde a origem das sociedades é pela dança que o homem se afirma como membro de uma comunidade (MARBÁ et al., 2016). O corpo se movimenta e através dele cria sons ou possibilita a escrita da sonoridade de forma subjetiva. A dança é capaz de relacionar o homem com seu corpo e seu corpo com o mundo (GARAUDY, 1980). Segundo Hass e Garcia (2006) o homem da pré-história já dançava para celebrar certos ritos enquanto o homem moderno dança nos momentos de lazer, doando seu corpo ao mundo.

Segundo Góis e Moreira (2003/2004, p.49)

“A dança existe como uma expressão própria do ser humano e, ao longo dos tempos, é possível observar transformações em seus diversos aspectos e relações com o divino, com a natureza, com a sociedade e com o próprio corpo, estabelecendo uma comunicação dinâmica e significativa entre os indivíduos.”

Há um traço comum em boa parte das danças folclóricas, que é estar ligada a determinado momento da vida dos povos dançantes. Desta forma, ela acontece livremente, estabelecendo uma relação íntima com a vida de uma coletividade, que a aceita como forma de representação de acontecimento importante, ocorrido na comunidade, respaldada pela importância de sua função social (CÓRTEZ, 2000). O Brasil tem na dança (movimento e música) uma das expressões mais significativas de sua diversidade cultural (FERREIRA, 2005). As danças folclóricas favorecem a participação de todos e o desenvolvimento de um sentido de grupo e uma identidade cultural (AYOUB, 2000). Além disso sua prática e compreensão permite ao sujeito extravasar suas necessidades artísticas, através de diversificadas experiências; conhecer

e valorizar a trajetória de diferentes grupos que compõem a cultura brasileira, reconhecendo-se indivíduo na coletividade.

O programa ROSÁRIOS buscou manter e ampliar as ações iniciadas com o projeto desde abril de 2010, dando continuidade a existência de um grupo artístico de danças folclóricas brasileiras, além de atividades nas instituições formais de ensino e espaços diversificados de prática; possibilitando o questionamento sobre cultura popular e identidade, através do reconhecimento de nossa diversidade e a valorização da identidade cultural brasileira. A prática regular do movimento nas aulas e/ou ensaios instigaram ao praticante o reconhecimento do seu próprio corpo, seus limites, suas possibilidades, suas funções e sua transcendência, ampliando sua gama de movimentos, suas vivências artísticas. Seu caráter formativo e sua composição heterogênea constituíram-no enquanto espaço concreto de formação interdisciplinar para discentes de diferentes cursos da UFOP, fortalecida no tripé da vivência entre extensão, pesquisa e ensino; aprofundando os estudos nas danças folclóricas brasileiras presentes nas ações do programa; produzindo publicações acadêmicas diversificadas. Somando-se a essas iniciativas buscamos também parcerias com institutos externos e espaços escolares, socializando o conhecimento construído coletivamente, incluindo oficinas e aulas regulares para professores, alunos e comunidade. Entre as ações que caracterizam o programa ROSÁRIOS temos ainda a participação em eventos internos e externos da UFOP de cunho artístico e científico.



O programa fundamentou-se na investigação e elaboração de diferentes estratégias artísticas e educacionais para a construção e socialização do conhecimento e no reconhecimento da identidade cultural no exercício da cidadania. Nas linhas seguintes está descrita a experiência da continuidade de um trabalho extensionista que se renova e se reconfigura a cada ano. O programa ROSÁRIOS buscou durante seus oito anos de existência proporcionar uma verdadeira experiência extensionista múltipla para todos

os seus envolvidos, desde comunidade a equipe, ampliando o atendimento à população ouropretana e ufopiana. Uma experiência múltipla em oportunidades, em vivências corporais, em diálogo entre as graduações, em aprendizados e crescimento, entre os pilares do conhecimento universitário, entre os conhecimentos populares e entre as raízes da existência humana, em sorrisos, cantos, danças, luzes. Espera-se que a leitura desse trabalho seja para você uma prazerosa viagem entre os encantos culturais brasileiros.

---

## METODOLOGIA

O público atendido foi composto por homens e mulheres de idades diversas, com ou sem experiência em dança, que apresentaram pouco ou nenhum contato com as manifestações culturais brasileiras e alunos de graduação e pós-graduação da UFOP nas nossas aulas regulares, oficinas e espetáculos. Foi estimado um público acima de 3500 pessoas. Iniciou-se o ano de 2016 com uma equipe de 25 alunos de graduação, que foi superado atingindo 48 alunos de graduação, 1 aluno da pós graduação, 1 técnico administrativo e 2 membros da comunidade. Para o desenvolvimento do programa ROSÁRIOS foi necessário desenvolver ações em duas diferentes linhas: ARTÍSTICA e EDUCATIVA para que as forças se multiplicassem.

Na linha artística foram realizados três encontros semanais (terça, quinta e sábado) nos quais os integrantes ensaiavam coreografias prontas ou apresentações, realizavam preparação corporal e novas montagens coreográficas. Foram realizadas apresentações mensais tanto em eventos internos da UFOP como em eventos externos, assim como apresentações em escolas e oficinas. As apresentações tiveram suas escalas alteradas para uma melhor compreensão das danças pelos dançarinos. Para a elaboração de novas coreografias foi executado um trabalho de levantamento bibliográfico e

de imagens sobre a dança, além de um estudo para a confecção dos figurinos. Há um espaço de armazenamento no CEDUFOP de todo o material do grupo ROSÁRIOS, assim os alunos também participaram ativamente na confecção e reforma de figurinos, acessórios e adereços. Além disso, foi possível estudar o primeiro espetáculo do grupo e gravar seu primeiro DVD, o Brasilidades.

Na linha educativa foram oferecidos encontros semanais em duas escolas da região, sendo no primeiro semestre em uma escola municipal e no segundo em uma municipal e uma estadual. As aulas foram ministradas uma vez por semana com a presença de dois bolsistas. Além disso, foram oferecidas oficinas gratuitas ao público em geral com uma grande participação de professores, assim como oficinas destinadas às crianças em eventos específicos. Promovemos também ações educativas tais como uma exposição sobre danças folclóricas no mês de agosto.

Para que essas ações dialogassem foram criados e mantidos canais de comunicação em redes sociais dos muitos alunos bolsistas, voluntários e colaboradores. Através desses espaços foi possível a troca de materiais, discussões, conversas, acerto de agendas e compromissos. Para dialogar com o público e a comunidade foi utilizado um perfil no Facebook, um e-mail

do grupo, uma conta no Instagram e um canal no Youtube. Esses canais de comunicação, além da divulgação e reconhecimento do trabalho, também permitiram que após as ações executadas tivéssemos algum retorno dos participantes com sugestões, elogios e trocas de materiais. Foram ainda realizados dois grandes encontros semestrais para avaliação do trabalho, onde as ações foram apresentadas e discutidas, sugerindo novas metas, reavaliando os objetivos atuais e reconstruindo novos caminhos.

O trabalho desenvolvido no programa ROSÁRIO buscou contribuir de forma acadêmica e artística no reconhecimento da dança e da cultura popular como práticas a serem desenvolvidas em projetos da UFOP e para além dos seus muros. Assim, contribuiu com uma pequena parcela na aproximação e diálogo entre comunidade e universidade, realidade e teoria, cultura popular e formação humana cidadã.

---

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A execução do programa ROSÁRIOS como uma ação extensionista alcançou diversos propósitos como a coleta e armazenamento de todo o material discutido e produzido, bem como a realização de um workshop semestral entre os monitores participantes, apresentações dos trabalhos desenvolvidos, divulgação e manutenção de mídias para diálogo entre o grupo com os atendidos pelas ações, dentre outros.

Esses alcances permitiram uma vivência e o acesso a diferentes tipos de conhecimento a respeito do amplo estudo da dança, permitindo a participação em eventos de caráter científico, cultural e artístico, tanto internos, como a participação nos eventos que compuseram a agenda de Extensão da UFOP; quanto externos, como os intercâmbios com outros grupos universitários e autênticos de dança, por exemplo: Sarandeiros/UFMG, Oré Anacã/UFC, TCHE/ UFRGS, Flor Ribeirinha – Cuiabá/MT; além da efetivação de parcerias externas.

Foi observada nitidamente a articulação com o ensino na relação das licenciaturas com a utilização do conhecimento aprendido e construção de novos saberes a partir da soma das experiências teóricas e práticas. O programa foi responsável por um levantamento bibliográfico das danças que inspiraram as montagens coreográficas escolhidas pelo grupo, trazendo características culturais e sociais presentes nas coreografias para a vivência dos integrantes.

Esse tipo de pesquisa teve uma interlocução direta com a construção de três trabalhos de conclusão de curso, sendo estes realizados nas Artes Cênicas e Turismo.

No âmbito social foi possível aproximar e permitir uma vivência prática e artística das danças folclóricas brasileiras com indivíduos de diversos bairros de Ouro Preto, muitas vezes distantes do acesso à cultura, sendo possível constatar um envolvimento ainda maior da comunidade. O público tem aumentado nas apresentações, as mídias têm funcionado como canal de divulgação aproximação dos diálogos entre os conhecimentos acadêmicos e populares. A comunidade se tornou cada vez mais parceira no desenvolvimento das atividades do ROSÁRIOS. O programa permitiu novas parcerias com entidades externas, entre elas duas instituições públicas de ensino. Além disso, na confecção de figurinos houve a Cooperativa de Costureiras do Padre Faria (COOPTROP) sempre disponível em ajudar. Participam diretamente na confecção de figurinos auxiliando até mesmo na sua concepção. Desenvolveram as peças pilotos e auxiliaram na escolha do material e ensinaram técnicas de costura para integrantes do grupo que fizeram força tarefa em alguns momentos. O programa também conseguiu parcerias externas como o projeto Corpo, Memória e Patrimônio do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).



Essa parceria se tornou tema da dissertação de mestrado da aluna do Iphan e se desenrolou em 4 ações ministradas em 2017, que foram planejadas e experimentadas em 2016, pela equipe do programa Rosários e do projeto Sentidos Urbanos. Essas ações aconteceram nos espaços públicos da cidade de Ouro Preto dialogando entre a memória e o patrimônio, sendo essa conversa intermediada pelo movimento corporal, e realizadas junto aos alunos de instituições públicas de Ouro Preto e o público em geral dos locais, moradores ou turistas.

Assim a cada ano novas parcerias são instituídas e renovadas, novas metas são elaboradas e ampliadas, novas ações realizadas e continuadas e assim vamos incorporando a cultura popular na formação acadêmica, suavizando e multiplicando as experiências na formação profissional, abaixando os muros e ampliando o alcance das ações do espaço universitário, permitindo que a comunidade se insira no espaço acadêmico de forma valorizada assim como o conhecimento popular seja valorizado no ensino superior.

---

### CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, após a realização do Programa ROSÁRIOS por mais um ano, concluiu-se que foi possível permitir um aumento das ações que extrapolaram os muros da Universidade e foram até as escolas, praças e teatros. Esse aumento se deu também no número de alunos da UFOP envolvidos e dedicados no programa, o que foi uma grata surpresa e permitiu um trabalho de qualidade. Nas escolas onde os alunos atuaram, foi observado que trabalhos sobre o folclore, incluindo as danças como uma possibilidade concreta de aprendizado, foram desenvolvidos com mais qualidade. Trabalhos esses que surgiram da atuação dos próprios profissionais que lá atuavam, proporcionando uma troca de conhecimentos, sobre os valores educativos das danças e festas folclóricas entre profissionais e bolsistas.

As diversas apresentações artísticas executadas pelo grupo conseguiram aumentar a participação dos alunos envolvidos nas diversas etapas do processo. Com novas produções coreográficas possibilitou-se que os envolvidos participassem desde a escolha de qual nova dança montar até a produção do figurino, da escolha da música até a experimentação de novos movimentos, da escolha das direções estruturais até a projeção da iluminação, da escolha da maquiagem até o aprofundamento do referencial teórico sobre a dança, da compra

do material até a divulgação do espetáculo. Esse envolvimento permitiu que cada aluno se expressasse artisticamente de forma distinta além de reconhecer as várias etapas da produção de um evento, bem como permitir aos mesmos um trabalho corporal mais diversificado, buscando o reconhecimento do próprio corpo e suas possibilidades de movimento. Assim foram conhecidos os limites do corpo e transcendidos em vivências artísticas. Dessa forma eles também se comprometeram mais com o programa. Além da finalização com um produto de qualidade que foi a gravação do primeiro DVD do Rosários.

Uma vez que foi possível criar um espaço onde os alunos pudessem exercer uma atuação fundamentada no ensino das danças folclóricas, conhecesse mais sobre elas e desenvolvessem suas potencialidades artísticas, a cultura popular tornou-se um assunto de interesse e diferentes trabalhos de conclusão de curso relacionados ao tema foram desenvolvidos. Permitindo que o programa se transformasse em um espaço de aprofundamento de disciplinas da graduação e um espaço capaz de oferecer experiências nas três áreas: ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, conclui-se que diante dos objetivos propostos no programa, foi concretamente possível ampliar e manter o grupo ROSÁRIOS, diversificando suas ações artísticas, representando

a UFOP em eventos locais e acima de tudo o programa constituiu-se enquanto um espaço real de formação interdisciplinar para discentes de diferentes cursos da UFOP, fortalecida no tripé da vivência entre extensão, pesquisa e ensino, mas acima de tudo fundamentada na (com)vivência humana. É um trabalho árduo que muito nos consome, mas que também nos nutre na certeza de que ainda temos muito a fazer.

Queremos destacar também que o programa se mostrou um espaço capaz de abrigar novos objetivos, tais como: ampliar os espaços/fóruns de discussão sobre a importância da

cultura popular na educação cidadã e acima de tudo quais as formas possíveis desse diálogo; a produção de material didático para a inclusão das danças folclóricas em diferentes espaços educativos; a criação de um espaço/referência com material bibliográfico diversificado sobre a cultura popular brasileira; a ampliação da comunicação artística da dança com a cultura popular brasileira, trazendo novos diálogos com o público e novos produtos e o desenvolvimento de um espaço para discussão dessas experiências com demais grupos que conhecemos, podendo ter um espaço virtual para esses encontros e conversas.

## REFERÊNCIAS

AYOUB, E. Brincando com o ritmo na Educação Física. **Presença Pedagógica**, v.6, n.34, p.49-57, jul-ago 2000.

FERREIRA, V. **Dança escolar**: um novo ritmo para a Educação Física. Rio de Janeiro: Sprint, 2005, 80p.

CÔRTEZ, G. P. **Dança, Brasil!** Festas e danças populares. Belo Horizonte: Leitura, 2000.

GARAUDY, R. **Dançar a vida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, 188p.

GÓIS, A.A.F.; MOREIRA, W.W. Corporeidade e dança. **UNOPAR Cient., Ciênc. Biol. Saúde**, Londrina, v.5/6, n.1, p.49-55, out 2003/2004.

HASS, A. N.; GARCIA, A. **Ritmo e dança**. Canoas: Ed. ULBRA, 2006, 204p.

MARBA, R.F.; SILVA, G.S.; GUIMARAES, T.B. Dança na promoção da saúde e qualidade de vida. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.9, n.1, p.1-9, fev.2016.





# A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE EXTENSIONISTA PARA A PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Alina Caroline Silva dos Santos<sup>1</sup>; Jaqueline do Nascimento Cruz<sup>1</sup>; Raissa Fernanda Souza Palheta<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo refere-se a um relato sobre a experiência extensionista obtida no Programa Universidade Popular em Direitos Humanos (PUPDH), o qual objetiva contribuir com o processo de formação profissional dos alunos de Serviço Social enquanto bolsistas e estagiários por meio de atividades extensionistas voltadas para discentes, docentes e profissionais do curso de serviço social, bem como à comunidade, além de fortalecer a parceria entre a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). A metodologia aplicada se

constitui enquanto um processo conscientizador como vídeo-debates, rodas de diálogo, seminários entre outros métodos que responderam significativamente às expectativas do programa. Dessa forma, considera-se que o programa contribui significativamente para a disseminação acerca da temática de direitos humanos, bem como contribuem para a formação profissional de bolsistas e estagiários do curso de serviço social.

**Palavras-chave:** Direitos humanos; Serviço Social; formação profissional.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará, Programa Universidade Popular em Direitos Humanos (PUPDH), A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

## INTRODUÇÃO

O presente artigo buscou fazer uma discussão acerca da importância da atividade extensionista para a garantia de direitos humanos. Tais atividades foram desenvolvidas no período de junho de 2017 a março de 2018, por meio de bolsistas, estagiários e docentes do curso de serviço social, vinculados ao Programa Universidade Popular em Direitos Humanos (PUPDH), por meio da parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). Este programa está localizado na Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e apresenta como um de seus principais objetivos promover discussões sobre temáticas relacionadas aos direitos humanos. De acordo com (Benevides, 2015), direitos humanos são:

[...] aqueles comuns a todos sem distinção alguma de etnia, nacionalidade, sexo, classe social, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual, ou de qualquer tipo de julgamento moral. São aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano. Os direitos humanos são naturais e universais; não se referem a um membro de uma nação ou de um Estado – mas à pessoa humana na sua universalidade. (BENEVIDES, p.4)

É baseando-se nisto que o Programa Universidade Popular em Direitos Humanos contou com a parceria da SEJUDH, uma vez que esta instituição tem por finalidade promover o exercício da cidadania, a defesa dos direitos humanos e do acesso à justiça, bem como a reparação dos respectivos danos, conforme a Lei Nº 7.029/2007 que define suas competências.

I - o estudo, o planejamento, a execução, o controle e a avaliação dos assuntos relativos à Cidadania, à Justiça e aos Direitos Humanos; II - formular, coordenar e executar as políticas públicas de promoção, proteção e defesa da condição de grupos sociais que possam sofrer discriminação, especialmente em relação à mulher, os negros, as comunidades tradicionais, os deficientes físicos, os povos indígenas, defendendo ainda a livre orientação sexual;

III - formular, coordenar e executar a Política Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor; IV - formular, coordenar e executar políticas públicas voltadas à juventude conforme diretrizes emanadas do Conselho Estadual de Juventude. (SEJUDH, 2007)

Tais competências estão em consonância com as premissas defendidas pelos profissionais de serviço social, as quais estão materializadas em sua lei de regulamentação Nº 8.662/1993, no capítulo 4, dispondo das seguintes atividades que competem ao serviço social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população. (CFESS, 2006)

Além desses, esta mesma lei afirma, no inciso 5º, que compete ao assistente social fazer uma orientação a indivíduos e grupos no sentido de identificar recursos e fazer uso dos mesmos em favor da defesa dos direitos humanos (CFESS, 2006).

Esta profissão apresenta extrema importância, principalmente em meio à sociedade capitalista, onde para que exista uma minoria usufruindo de riquezas, há uma grande quantidade de seres humanos que tem seus direitos constantemente violados. Neste sentido, o código de ética do assistente social determina como um de seus princípios a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” e “o posicionamento em favor da equidade e justiça social” (CFESS, p. 23, 2006).

Esses direitos são imprescindíveis, pois são identificados como direitos básicos, inerentes a todo indivíduo, simplesmente pelo sua condição humana. Porém, atualmente, estes mesmos direitos vêm sendo constantemente ameaçados e estigmatizados em meio à sociedade uma vez que, de acordo com DORNELLES (2006, p. 58)



Cria-se, assim, um quadro ideologizado que perversamente identifica as entidades de defesa dos direitos humanos como defensoras de bandidos, como entidades ligadas ao mundo do crime e que preferem dar atenção aos maus ao invés de se preocuparem com as vítimas. [...]

Devido a esta problemática é que a discussão desses direitos humanos se torna tão importante de ser debatida. Além disso, o programa visa contribuir para a formação de bolsistas e estagiários do curso de serviço social da UFPA, por intermédio da inserção dos mesmos em atividades extensionistas, bem como da inserção desses discentes em campos de estágio em que há a atuação em temáticas relacionadas aos direitos humanos.

O âmbito da universidade se constitui como um espaço de contribuição para a execução de atividades de extensão universitária. A Política de Extensão Universitária da Universidade Federal do Pará, regulamentada através da Resolução N° 3.298 de 7 de março de 2005, define a extensão universitária como:

Um conjunto de atividades acadêmicas, de caráter múltiplo e flexível, que se constitui num processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, de forma indissociável, e que viabiliza, através de ações concretas e contínuas, a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

Ao dispor sobre a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, a política de extensão da UFPA sugere então, a pesquisa como subsídio à ações interventivas da extensão, e o ensino como espaço privilegiado para processos de aprendizagem e assimilação do conhecimento através da extensão. Nesse sentido, vale ressaltar que as atividades de estágio supervisionado (estágio curricular ou obrigatório) que são atreladas a dimensão do ensino, também podem ser executadas em programas e projetos de extensão. A prática extensionista é um importante mecanismo para a materialização do conhecimento, em que se propaga a formação crítica, cidadã, política, formação profissional e prática profissional do discente de Serviço Social nesse campo de trabalho.

Parte-se do pressuposto de que a formação profissional, numa realidade específica, não pode ser considerada isoladamente da realidade social, expressa pelo aspecto estrutural e conjuntural, pelo sistema educativo em geral e, especificamente pelo ensino superior, como contexto da formação profissional, a qual, necessariamente, reflete o movimento histórico da própria sociedade. (SILVA, 1995, p.5)

Desta forma, a análise permite aferir que a prática profissional não está separada e imune da realidade, visto que a realidade que promove a intervenção e o exercício do assistente social.

O acirramento da questão social na sociedade vem ampliando uma maior discussão acerca do tema para projetar resoluções do mesmo. Intervenções que tenham um caráter de formação, evitando dessa forma os números de violação de direitos. Nesse sentido, a política nacional de extensão universitária vai de encontro ao objetivo do programa, uma vez que:

A diretriz Impacto e Transformação Social reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da polis, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz Impacto e Transformação Sociais imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político. (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012, p. 21).

Assim sendo, este relato tem como objetivo de proporcionar o conhecimento acerca do Programa Universidade popular em Direitos Humanos e explanar sobre a prática extensionista no que tange à propagação de Direitos Humanos, ou seja, a importância de desempenhar um trabalho de formação, capaz de discutir os direitos e deveres da pessoa humana e sua relação com os Direitos Humanos, pois, compreende a notável importância de se abordar sobre estas temáticas

no âmbito acadêmico, assim também, como na comunidade, pois, dentre as violações dos Direitos Humanos, no cenário atual, ainda é pertinente devido à falta de informação sobre direitos já conquistados para efetivar sua reivindicação.

Anseia-se refletir e ponderar sobre os Direitos Humanos garantindo e consolidando dessa forma a democracia, almejando a consolidação organizada da sociedade e comunidade no que concerne a qualificação em Direitos Humanos, seja pelo âmbito acadêmico, ou por meio das comunidades, com o intuito de informar e tornar o “direito” um conhecimento

de todos, para se efetivar a políticas sociais e políticas públicas que assegurem o mesmo.

O principal objetivo da atividade extensionista em direitos humanos é o desenvolvimento do próprio ser, além disso, propõe fortalecer e ampliar atividades coletivas para que haja a promoção e a garantia de direitos - na Região Metropolitana de Belém – os indivíduos aprendem a compreender o sentido de suas ações e por meio de estudos feitos, passam a problematizar situações discriminatórias observadas e o que as mesmas podem fazer para desconstruir, solucioná-las ou ao menos enfrentá-las.

## METODOLOGIA

O processo metodológico realizou uma articulação entre teoria e prática, proporcionando a relação universidade e sociedade. Desta forma, sujeitos históricos terão melhor associação entre todo conteúdo científico abordado nas atividades do projeto e a realidade vivenciada.

Não é objetivo da atividade extensionista formar apenas sob uma perspectiva técnica, mas também uma formação política e cidadã. Para isso, o público alvo do projeto serão os docentes, estagiários do projeto, bem como os profissionais que atuam na perspectiva dos direitos humanos e a comunidade de forma geral. Por sua parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará, as atividades extensionistas do programa são realizadas em escolas da Região Metropolitana de Belém (RMB) e na UFPA, também. Sendo assim, estas ações abrangem o município de Belém e suas adjacências.

O PUPDH efetua sua metodologia, por meio de atividades realizadas juntamente aos seus parceiros. Para isto, estes utilizam a intersectorialidade como principal ferramenta, promovendo rodas de diálogo, vídeos-debate, seminários, bem como oficinas, entre outras ações. Tais atividades podem se enquadrar na dinâmica de grupo, instrumental utilizado pelo assistente social, conforme afirma (SOUSA, 2008, p. 127):

Para levantar um debate sobre determinado tema com um número maior de usuários, bem como atender um maior número de pessoas que estejam vivenciando situações parecidas. E nunca é demais lembrar que é o instrumento que se adapta aos objetivos profissionais – no caso, a dinâmica de grupo deve estar em consonância com as finalidades estabelecidas pelo profissional.

As ações do programa e seus parceiros são executados com ênfase em discussões acerca dos direitos humanos, políticas públicas, políticas sociais, movimentos sociais, entre outras. Estas são sistematizadas por meio de reuniões, que por sua vez, também são definidas como um instrumental do Serviço Social, conforme afirma (Sousa, 2008, p.127) que “assim como a dinâmica de grupo, as reuniões são espaços coletivos. São encontros grupais, que têm como objetivo estabelecer alguma espécie de reflexão sobre determinado tema. Mas, sobretudo, uma reunião tem como objetivo a tomada de uma decisão sobre algum assunto”.

Nesse sentido, a pretensão é relatar a experiência extensionista no “Programa Universidade Popular em Direitos Humanos” e contribuir para a construção de um olhar diferenciado no que concerne às questões de direitos humanos na contemporaneidade e a extensão universitária potencializa para que este fenômeno ocorra.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa universidade popular em Direitos Humanos por meio do viés da propagação dos Direitos Humanos, realizou atividades internas e externas à Universidade Federal do Pará, com o intuito de fomentar a interação da convergência entre ensino, pesquisa e extensão. Partindo da compreensão de que as atividades desenvolvidas propiciam um aprendizado e um crescimento do conhecimento crítico aos discentes em formação, a partir da interação e troca de saberes entre comunidade acadêmica e sociedade. Visando isso, foram realizadas algumas atividades que serão descritas a seguir.

A princípio foi executado em 2017 uma oficina com a temática dos Direitos Humanos no evento “I VivaCidade CAC<sup>2</sup>: Desafios da justiça socioambiental na Amazônia”, com o objetivo de discutir questões relacionadas às violações dos Direitos da juventude na Região Metropolitana de Belém (RMB), propondo debates acerca dos bairros que se destacam por possuírem altos índices de violações de direitos contra as juventudes. Esta atividade teve como público alvo os representantes das comunidades tradicionais, órgãos públicos e organizações da sociedade civil.

Foi promovida, também, a Roda de conversa “Evangélicos e democracia”, com o intuito de fomentar no ambiente acadêmico um diálogo sobre o posicionamento e como se organizam os evangélicos no Brasil atualmente, esclarecendo o motivo pelo qual os mesmos sempre são associados ao conservadorismo e foram apresentadas vias de pensamento ainda pouco conhecidas, onde os evangélicos atuam na construção de um país mais justo e igualitário, com respeito social e ideológico. O evento contou com a participação de Ariovaldo Ramos, que é pastor, filósofo, colunista do Mídia Ninja e criador da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito e também, foi convidada a assistente social formada pela UFPA Giovanna Pereira, a qual explanou sobre a realidade social do município de Belém, atualmente.

Houve a execução de uma Jornada de Trabalhos de Conclusão de Curso com o objetivo de socializar os trabalhos científicos a toda comunidade acadêmica, através da discussão de temáticas envolvendo os Direitos Humanos. Os TCC's apresentados, possuíam as temáticas “Drogas e Prevenção: A percepção dos estudantes da escola estadual de ensino médio Alexandre Zacarias de Assunção”; “Educação em Direitos Humanos nas Escolas: Enfrentamento ao tráfico de pessoas no público adolescente”; “Em defesa do Direito à vida: um estudo sobre o feminicídio no Brasil” e “Direitos Humanos e Refúgio: Migrantes Refugiados no Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Imigrante”.

Foi realizado o “I Ciclo de palestras Direitos Humanos e sua Transversalidade” objetivando propagar os direitos humanos diante das suas mais variadas temáticas, contribuindo na formação discente dos alunos do curso de Serviço Social, além de fazer parte do plano de trabalhos das alunas da disciplina de estágio supervisionado II, o ciclo de palestras foi dividido nas seguintes temáticas: “Direitos Humanos: Refletindo a migração a partir do Posto de Avançado de Atendimento Humanizado aos Migrantes (PAAHM)”; “Envelhecer com dignidade: um direito fundamental”; “Direitos Humanos em Cena: uma vivência na Escola”; “Questão de gênero e violência: um debate sobre os direitos da mulher e da população trans.” e “O papel da assessoria na Educação em Direitos Humanos no Bairro da Terra Firme”.

Dando continuidade, foi produzido o “II Ciclo de Palestras Direitos Humanos e sua Transversalidade” com a intenção de possibilitar a aproximação, troca de saber e experiências entre os discentes que se encontram no estágio supervisionado II, juntamente com os seus respectivos supervisores de estágio. Esta atividade teve como público alvo principalmente os discentes de serviço social que ainda vão passar por esse processo de inserção no campo de estágio.

<sup>2</sup> CAC (Centro Alternativo de Cultura).

Foi proporcionado um diálogo horizontal sobre as temáticas que fazem parte dos Direitos Humanos, além de abordar a importância e o papel do assistente social desenvolvido em cada área de atuação. Os temas abordados foram “Estágio em Direitos Humanos: a Política de Promoção de Igualdade Racial na Secretaria de Justiça em Direitos Humanos no Estado Do Pará”; “O Serviço Social e a gestão da Política Pública de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”; “Migração e Refugiados”; “Direitos Violados” e “Prevenção ao uso de drogas na Perspectiva dos Direitos Humanos”.

Além dessas, realizou-se uma palestra intitulada “Tráfico de pessoas, Trabalho escravo e

Trabalho análogo à escravidão”. A mesma foi pensada em consonância o “Projeto Direitos Humanos em Cena”, da Coordenadoria de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo (CTETP), que por sua vez, pertence à SEJUDH. A atividade foi realizada na escola Benjamin Constant e almejou transmitir o conhecimento, bem como informações necessárias em torno do tema “tráfico de pessoas” e “trabalho escravo” para os alunos do ensino fundamental. Após a palestra, foi passado um vídeo e em seguida propôs-se aos alunos participantes fizessem um desenho demonstrando o que haviam aprendido sobre o tema.

---

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de propagação dos direitos humanos é também um processo educacional que exige competências e capacitação dos atores que executam estes papéis. Diante disso, o Programa Universidade Popular em Direitos Humanos (PUPDH) nas prerrogativas da política de extensão, possibilitou a viabilização destas execuções, promovendo capacitações para além de um viés técnico, mas também político e social dos sujeitos envolvidos, além de proporcionar aos discentes de Serviço Social uma íntima experiência nesse processo de extensão, colaborando ainda mais para a formação profissional dentro da perspectiva de direitos humanos e podendo se difundir para outros espaços.

Percebe-se que a política de extensão universitária, assim como o ensino e a pesquisa, tem papel fundamental na garantia de direitos humanos e da cidadania. Embora não configure diretamente como uma política social, a política de extensão na universidade é o passaporte para a efetivação e ampliação

da cidadania através de políticas públicas; para o estreitamento da relação universidade-comunidade externa e para a interlocução de saberes.

Estimou-se que houvesse a necessidade de debater e propor discussões acerca dos direitos humanos como mecanismo que contribui para a mudança do olhar dos sujeitos sociais do senso comum para uma visão crítica, que instiga o sujeito a ser conhecedor de seus próprios direitos fundamentais enquanto cidadão, bem como para a execução de atividades por meio da extensão universitária é fundamental para a propagação desta compreensão.

Vale ressaltar que o projeto ainda está em processo de construção, porém, já foi possível visualizar que todas as atividades realizadas proporcionaram resultados satisfatórios, além de proporcionar a troca de conhecimentos e saberes, associando educação, formação profissional e direitos humanos, visando favorecer, cada vez mais, a relação entre comunidade acadêmica e sociedade em uma perspectiva transformadora.

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Democracia e Direitos Humanos** – reflexões para os jovens. 2011. V. 9, 2015.

CFESS. **Código de ética do assistente social**: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. Brasília, CFESS, 2006.

DORNELLES, João Ricardo W. **O que são direitos humanos**. 2 ed. – São Paulo: Brasiliense, 2006.

SEJUDH (Estado). Lei nº 7.029, de 30 de julho de 2007. **Altera a denominação e dispõe sobre a Reestruturação Organo-Funcional da Secretaria Executiva de Estado de Justiça - SEJU, e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/pplgbt-170.pdf>>. Acesso em: 25 de março de 2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação Profissional do Assistente Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995. Pag. 5.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p.119-132, abr. 2008. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119/117> >. Acesso em: 01 de Maio de 2016.

UFPA. **Política de Extensão**. 2012. Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/antigo2/index.php/politica-de-extensao>>. Acesso em: 29 mar. 2018.







# DIREITO DE FAMÍLIA NO PROJETO DE EXTENSÃO PROMOTORAS LEGAIS POPULARES/DF: ANÁLISE DE UM CASO CONCRETO

Thalita Najara da Silva Santos<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho consiste na apresentação do Projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal enquanto projeto de extensão universitária vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Nesse sentido, mediante o instrumento de pesquisa participante, produziu-se este artigo científico em que três marcadores teóricos metodológicos que compõem o projeto são identificados: feminismo, Direito Achado na Rua e educação popular. Assim, a partir da análise de um caso concreto,

uma oficina de direito de família realizada na turma de Ceilândia no ano de 2017, pretende-se explorar estes três marcadores teóricos que constituem atualmente o respectivo projeto de extensão universitária de ação afirmativa de gênero sob o paradigma do feminismo negro.

**Palavras-chave:** feminismos; Direito Achado na Rua; educação popular; Promotoras Legais Populares; direito de família.

<sup>1</sup>SANTOS, T. N. S. Graduada em Direito pela Universidade de Brasília. Bolsista extensionista do projeto de extensão Direitos Humanos e Gênero: capacitação em noções de direito e cidadania – Promotoras Legais Populares (PLP).

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste na análise de uma das oficinas proporcionadas no curso de extensão universitária denominado Promotoras Legais Populares do Distrito Federal, na turma de Ceilândia<sup>2</sup>, no ano de 2017, acerca da temática envolvendo direito de família.

As Promotoras Legais Populares consigna-se como um projeto nacional originado a partir do movimento de mulheres, em 1993, com a União de Mulheres de São Paulo (UMSP) e a Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero do Rio Grande do Sul (FONSECA, 2012, p. 17). No Distrito Federal, consolidou-se há 13 anos como projeto de extensão universitária e popular da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

No ano de 2017, contou com a parceria do Ministério Público do Distrito Federal e Fiocruz<sup>3</sup>.o curso atuou com duas turmas, uma

no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da UnB, em Ceilândia, e outra no Centro de Ensino Médio 01, em São Sebastião<sup>4</sup>. As oficinas aconteceram todos os sábados pela manhã, das 9 h às 12h30, por oito meses. O curso é um espaço composto exclusivamente por mulheres no qual a proposta é que se discutam suas próprias realidades enquanto sujeitas de direito.

O curso fundamenta-se em um tripé teórico metodológico integrado pelos seguintes elementos: feminismos, Direito achado na Rua e educação popular.

Portanto, o trabalho que se segue compreende a análise de uma das oficinas ocorridas na turma de Ceilândia, em 2017, com a temática Direito de Família, a fim de explorar o tripé teórico metodológico desenvolvido por este projeto de extensão.

---

## METODOLOGIA

Neste trabalho utiliza-se a metodologia de pesquisa participante em que o investigador estabelece a reciprocidade com os investigados e estes tornam-se verdadeiros protagonistas, uma vez que todas são instigadas a refletir e intervir sobre a própria pesquisa e sobre a realidade em que se inserem (FAERMAN, 2014, p. 9).

Deste modo, a respectiva autora deste trabalho participou do curso Promotoras Legais Populares enquanto cursista e facilitadora<sup>5</sup>, simultaneamente, produzindo diário de campo e atuando enquanto facilitadora de alguns dos encontros da turma de Ceilândia em 2017. Ademais, o presente trabalho inclui a relatoria feita pelas mulheres disponibilizadas na internet<sup>6</sup> a fim de divulgar o conhecimento produzido nos encontros.

---

## PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DO DISTRITO FEDERAL: PRÁXIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Enquanto curso de extensão, as Promotoras Legais Populares/DF (PLP's) se utilizam de três marcadores teóricos metodológicos para os seus encontros: feminismos, Direito Achado na Rua e educação popular.

Deste modo, configurando-se como um projeto nacional de ação afirmativa de gênero<sup>7</sup> sendo que uma de suas bases primordiais fundamenta-se nos feminismos. Neste sentido, o termo vêm no plural a fim de estabelecer

<sup>2</sup> Ceilândia é a região administrativa mais populosa do Distrito Federal segundo os dados de 2015 da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Distrito-Federal-1.pdf> Acesso em 21/03/2018.

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.dex.unb.br/projetosvigentes> e <http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/ncleos-sectionmenu-308/209-nucleo-de-genero/776-promotoras-legais-populares-plp> Acesso em 21/03/2018.

<sup>4</sup> Região administrativa do Distrito Federal.

<sup>5</sup> Facilitadora compreende as mulheres que já se formaram Promotoras Legais Populares ou as estudantes universitárias que realizam o curso como parte de sua formação acadêmica na faculdade. Cursista compreende as mulheres que realizam o curso e pretendem se formarem ao final do ano com a diplomação certificada pelos parceiros institucionais do projeto de extensão e a Universidade de Brasília.

<sup>6</sup> Blog das Promotoras Legais Populares do Distrito Federal. Disponível em: <http://plpunb.blogspot.com.br/2017/09/17-encontro-da-turma-de-promotoras.html>. Acesso em 20/03/2018.

<sup>7</sup> Cf. HOLANDA, Maria Auxiliadora de Paula Gonçalves. Trajetórias de vida de jovens negras na UnB no contexto das Ações Afirmativas. Dissertação de Mestrado, Brasília, 2018.



contatos com os vários feminismos que existem e não apenas o hegemônico, subdividido em três ondas históricas de surgimento. Portanto, bell hooks<sup>8</sup> afirma que “o movimento feminista acontece quando grupos de pessoas se juntam com uma estratégia organizada de ação para eliminar o patriarcado.” (HOOKS *apud* WERNECK, 2005, p.2) Contudo, a diversidade de mulheres no curso das Promotoras Legais Populares também compreende mulheres não feministas, mulheres mulheristas e mulheres do sagrado feminino referendando outras visões e estratégias<sup>9</sup> para a justiça social em relação ao gênero<sup>10</sup>.

Por sua vez, o Direito Achado na Rua trata-se de uma linha de pesquisa<sup>11</sup> e concepção do Direito desenvolvida por Roberto Lyra Filho, na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, que concebe o Direito para além do produzido pelo Estado, mas aquele produzido pelos movimentos sociais e a população contra hegemônica em sua forma holística, isto é, abrangendo todos os elementos em disputa na conceituação e prática jurídica.<sup>12</sup>

Roberto Lyra Filho em seu livro intitulado “O que é Direito?” conceitua o Direito Achado na Rua como “O Direito, em resumo, se apresenta como a positivação da liberdade conscientizada e conquistada nas lutas sociais e formula os princípios da Justiça Social que nelas se desvenda.” (LYRA, 1982, p. 57). Atualmente quatro projetos de extensão da Faculdade de Direito também atuam fundamentados no Direito Achado na Rua: Promotoras Legais Populares, Projeto Voz e Voz, Projeto Maria da Penha e Assessoria Jurídica Universitária Popular Roberto Lyra

Filho (AJUP), uma vez que esta concepção do direito pressupõe que a teoria e a prática jurídica devem necessariamente coadunar e integrar-se às demandas sociais.

Por fim, a educação popular complementa a tríade teórico metodológica extensionista do curso das Promotoras Legais Populares. A educação libertadora foi consolidada por Paulo Freire na década de 50 a 60, visto que desenvolveu uma metodologia de alfabetização baseada na realidade dos aprendizes como formas de entenderem a si mesmos enquanto agentes sociais, bem como a ratificação na prática de que uma educação só é válida e legítima se constituir-se de uma educação libertadora. A mudança de paradigma na educação despertada por Paulo Freire contribuiu para a modificação de metodologias científicas como a pesquisa participante e a pesquisa ação, bem como para a extensão universitária, reconfigurando o seu conceito – deixando de lado um passado de assistencialismo.

Por outro lado, bell hooks a partir dos diálogos com a teoria paulo freiriana desenvolve uma concepção de educação popular feminista e antirracista em que a educação é um processo de encontro em que as pessoas se formam mutuamente denominada de pedagogia engajada, ou ainda, pedagogia libertadora e holística (HOOKS, 2013)<sup>13</sup>.

Nesse sentido, as Promotoras Legais Populares no Distrito Federal, organizadas enquanto projeto de extensão universitária<sup>14</sup>, a partir destes três marcos teóricos procuram concretizar o conceito de extensão universitária definido pelo Plano Nacional de Extensão Universitária em 1999,

<sup>8</sup> “O nome é assim mesmo, grafado em letras minúsculas, isso quem me contou foi Flora. A justificativa encontrei depois numa frase da própria bell: ‘O mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu.’ Para ela, nomes, títulos, nada disso tem tanto valor quanto as ideias.” Disponível em: <https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas>. Acesso em: 21/03/2018.

<sup>9</sup> Os vários mecanismos de atuação dos feminismos e outras tradições de relações de gênero estão em disputa cotidianamente no projeto de extensão, porém a análise deste trabalho assenta-se sobre o paradigma do feminismo negro visto que o aprofundamento de tal debate acerca das diferentes visões evade-se do objetivo do presente trabalho.

<sup>10</sup> “Gênero é um conceito que permite a compreensão dos valores atribuídos a homens e mulheres na sociedade, cabendo às mulheres uma condição de subordinação nas relações. Esta situação faz com que gênero seja uma variável determinante das desigualdades sociais, que impacta no exercício do direito ao trabalho, à educação, à moradia, dos direitos sexuais e reprodutivos, comprometendo o pleno exercício da cidadania pelas mulheres.” CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia. Manual para as Promotoras Legais Populares – PLPs Editora Geledés Instituto da Mulher Negra, 2013. p. 26

<sup>11</sup> Atualmente constitui-se em linha de pesquisa de pós-graduação da Faculdade de Direito da UnB. [http://www.fd.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=513&Itemid=311&lang=pt](http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=513&Itemid=311&lang=pt). Acesso em: 20/03/2018.

<sup>12</sup> Cf. SOUSA, José Geraldo Júnior (org.). Introdução crítica ao direito. Vol 1. Série O direito achado na rua. 4ª ed. Universidade de Brasília, 1993.

<sup>13</sup> Tanto Paulo Freire quanto bell hooks desenvolveram suas teorias refletindo acerca da educação formal. No Brasil, os seus trabalhos sobressaem-se ao espaço da sala de aula e são utilizados como métodos para a extensão universitária e educação popular em movimentos sociais.



“A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva

da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.”<sup>15</sup>

Destarte, a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão proposta no referido conceito acima demonstra a ligação criada entre o espaço universitário e a comunidade, uma vez que assegura uma via de mão dupla de diálogo, entre professoras, estudantes e mulheres que frequentam o curso das Promotoras Legais Populares, bem como a produção de um conhecimento não somente acadêmico, mas também cultural.

## **ANÁLISE DO CASO CONCRETO: A OFICINA DE DIREITO DE FAMÍLIA**

A oficina sobre direito de família na turma de Ceilândia em 2017 foi realizada no dia 02 de setembro do referido ano.<sup>16</sup> O encontro foi iniciado por uma facilitadora com uma dinâmica de aquecimento em que geralmente são dinâmicas rápidas e de interação entre as mulheres – necessárias para acordar os corpos ainda um pouco sonolentos e instigar o início dos diálogos entre si.

A dinâmica de aquecimento deste dia foi bem divertida. De modo que, foi colocada uma música animada do Bayana System<sup>17</sup> e tínhamos que andar pelo espaço tentando ocupar cada pedaço vazio. Quando a facilitadora dissesse um número, tínhamos que nos juntar conforme o número dito. Quem ficava sem grupo tinha que sair da dinâmica. Logo, as mulheres não saíam de perto umas das outras para que quando o número fosse dito continuassem na dinâmica, e nós cá do lado de fora, que já tínhamos saído, nos divertíamos com a situação.

A partir dessa dinâmica de aquecimento em que iniciamos o dia preparando o corpo com

divertimento, percebe-se como a pedagogia engajada proposta por bell hooks se aprofundou na pedagogia da libertação de Paulo Freire, posto que trabalhou com a noção de prazer na educação de forma ainda mais completa. A autora afirma em seu livro denominado *Ensinando a transgredir* que “Na comunidade da sala de aula, nossa capacidade de gerar entusiasmo é profundamente afetada pelo nosso interesse uns pelos outros, por ouvir a voz uns dos outros, por reconhecer a presença uns dos outros.” (HOOKS, 2013, p. 17)

Terminada a dinâmica de aquecimento passamos para a primeira dinâmica do dia. Fui para o meio da roda no chão e pedi que as mulheres dissessem uma palavra que as remetiam a palavra chefe de família e fui escrevendo em um grande papel pardo. Por último, coloquei a minha própria palavra. Levantei-me e pedi que quem se sentisse à vontade falasse um pouco sobre a palavra que colocaram. As primeiras foram no sentido positivo, pois consistiram em expressões das mulheres que colocaram cuidar,

<sup>14</sup> Bem como os feminismos e outras tradições de relações de gênero, a extensão universitária também está em debate no projeto de extensão referido. Contudo, a análise teórica parte-se da educação engajada proposta por bell hooks, uma vez que o debate interno ultrapassa o escopo deste artigo científico.

<sup>15</sup> “A Política de Extensão é pactuada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), reunidas no FORPROEX, tendo como referencial o Plano Nacional de Extensão, publicado em 1999.” Disponível em: [https://www.unifesp.br/reitoria/proex/images/PROEX/pps/livros/02\\_Politica\\_Nacional\\_Extensao\\_COOPMED.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/proex/images/PROEX/pps/livros/02_Politica_Nacional_Extensao_COOPMED.pdf). Acesso em: 21/03/2018.

<sup>16</sup> A oficina de Direito de família foi escolhida para esta análise porque pretendeu-se trazer o aporte teórico do feminismo negro frente a este tema que constitui-se em um ponto fundamental de diferenciação ao feminismo hegemônico, bem como constituir-se uma das oficinas conduzidas pela presente pesquisadora e extensionista. Cf. *De mãos dadas com a minha irmã: solidariedade feminista*. In.: HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2013.

<sup>17</sup> Baiana System é um dos principais nomes de um movimento independente que busca ressignificar a sonoridade da música urbana produzida na Bahia. Disponível em: <http://www.baianasystem.com>. Acesso em: 21/03/2018.



guiar, mãe e explicaram-nos a positividade da mãe como chefe de família. Disseram-nos ainda que eram elas [as mães] as chefes de família e não os pais. O pai poderia ser aquele considerado como o chefe de família porque trazia dinheiro para casa, mas era a mãe quem comandava a casa.

Por outro lado, na explicação da palavra dinheiro começou a discussão sobre as palavras que remetiam a um poder familiar hegemônico patriarcal e autoritário. Conforme a relatoria da cursista no blog das Promotoras Legais Populares “Usaram as palavras ‘medo’, ‘dinheiro’, ‘autoritarismo’. Várias mulheres relataram experiências bem pessoais sobre a questão de ter pais autoritários e, na maioria dos relatos, vinham carregado de uso do poder junto com a violência, tanta física quanto psicológica.”

As mulheres mais velhas na exposição de seu próprio relato incentivavam às mais novas a não se submeterem à violência doméstica; a procurar trabalho; e que não tivessem medo de sair de casa, pois na época delas era bem mais difícil e que hoje em dia é mais fácil; que nós, mulheres mais jovens temos mais informações, temos esse espaço bom [o curso de extensão Promotoras Legais Populares] para aprender, temos mais oportunidades.

Dessa forma, percebe-se que a violência doméstica está intrinsecamente ligada ao direito de família e configura-se como um tema recorrente em quase todas as oficinas. Maria Berenice Dias em seu Manual de Direito das Famílias (DIAS, 2015, p.108) referenda que,

Para dar cumprimento ao comando constitucional que impõe a criação de mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares (CF 226 § 8º), a chamada Lei Maria da Penha (L. 11.340/06) cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, visando a assegurar a integridade física, psíquica, sexual, moral e patrimonial da mulher.

Ademais, as mulheres pediam a palavra para dizer umas às outras alternativas de como sair daquela situação de violência ensejando

em mais um exemplo da pedagogia engajada, já que não são as facilitadoras que fornecem todo o conhecimento a ser passado na oficina, mas todas as mulheres se sentem responsáveis pelo processo. Nesse seguimento, bell hooks afirma “Fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objetivo central da pedagogia transformadora.”(HOOKS, 2013, p. 56) refletiu-se nesta oficina, uma vez que as mulheres apresentavam estratégias umas as outras de forma que todas contribuíssem efetivamente para o espaço.

Ao decorrer da atividade fui até o meio e escrevi a palavra direito e perguntei às mulheres “E se a gente juntasse a palavra direito com chefe de família? A relação com a palavra cuidar, medo, mãe, se modificaria?”.

Uma das mulheres já falou logo que o direito é insuficiente para dar conta de todas essas coisas porque são problemas da sociedade. Tem que mudar a mentalidade da sociedade para poder mudar essas violências porque o direito por si só não dá conta.

Nessa perspectiva, portanto, o direito foi interpretado pela cursista como sinônimo de lei. Contudo, Lyra Filho explica que apesar de ser frequentemente confundido com a lei, em suas palavras, “Admite-se, em geral, que o Direito se exprime através de um certo tipo de norma – a norma jurídica. Devemos, entretanto, salientar que esta é a embalagem: o direito é o conteúdo.” (LYRA, 1993, p. 53) o direito é ainda mais amplo, pois contempla as lutas sociais em que estratégias como resistência, desobediência civil, criação de novas categorias jurídicas que são legitimadas na sociedade ou até mesmo o processo de aproveitar as contradições internas das leis para conseguir direitos aos povos marginalizados.

Nesse sentido, percebe-se um dos momentos abrangidos no Direito Achado na Rua, uma vez que ocorre a conscientização de que o direito enquanto compreendido como apenas lei é insuficiente para resolver a situação. Tal

momento instiga aquelas mulheres a desconstituírem a ideologia jurídica positivista de que o direito é produto apenas do Estado, mas ao contrário, que é fruto de um processo histórico propulsado pelas relações sociais. Assim, Lyra Filho afirma,

À injustiça, que um sistema institua e procure garantir, opõe-se o desmentido da Justiça Social conscientizada. Às normas, em que aquele sistema verta os interesses de classes e grupos dominadores, opõem-se outras normas e instituições jurídicas, oriundos de classes e grupos dominados, e também vigem, e se propagam, e tentam substituir os padrões

dominantes de convivência, impostos pelo controle social ilegítimo; isto é, tentam generalizar-se, rompendo os diques da opressão estrutural. As duas elaborações entrecruzam-se, atritam-se, acomodam-se momentaneamente e afinal chegam a novos momentos de ruptura, integrando e movimentando a dialética do Direito. Uma ordenação se nega para que outra a substitua no itinerário libertador. (LYRA, 1982, p. 12)

Em vista disso, a segunda dinâmica consistia na divisão em 05 grupos em que cada qual deveria discutir as expressões que estavam escritas em seus cartazes e depois apresentar o que cada grupo discutiu na grande roda para todas nós. Cada cartaz tinha uma expressão diferente que são família; casamento; divórcio; filhas e filhos; direito de afeto. No presente trabalho, explorarei um pouco a temática de cada cartaz e o que o grupo apresentou para todas as outras que não participavam daquele grupo em específico.

O grupo de casamento era composto por várias mulheres jovens. Colocaram uma subdivisão de três categorias 1) o que era aceito socialmente por casamento; 2) o que não era aceito socialmente por casamento 3) o que elas do grupo achavam que deveria ser o casamento. Uma cursista questionou o que significava poliamor escrito no referido cartaz. Queriam uma definição exata e nenhuma de nós soube

explicar. As mulheres que tentavam explicar, na verdade, diziam as configurações do poliamor, mas não o que significava poliamor em si.

O ordenamento jurídico brasileiro por meio de sua ideologia positivista que reflete os interesses da ideologia dominante<sup>18</sup>, isto é, branca, hétero e patriarcal, elege a monogamia como a forma de organização familiar hegemônica e única excluindo-se outras formas de organização familiar como o poliamor. Nesse sentido, percebe-se a seleção de uma regra moral como se fosse jurídica para a manutenção do *status quo* da classe dominante. A autora Maria Berenice Dias discorre sobre monogamia no seguinte trecho a seguir,

O Estado tem interesse na manutenção da estrutura familiar, a ponto de proclamar que a família é a base da sociedade. Por isso, a monogamia é considerada função ordenadora da família. A monogamia – que é só para a mulher – não foi instituída em favor do amor. Trata-se de mera convenção decorrente do triunfo da propriedade privada sobre o estado condominial primitivo. Serve muito mais a questões patrimoniais, sucessórias e econômicas. Embora a unicongualidade disponha de valor jurídico, não passa de um sistema de regras morais. De qualquer modo, seria irreal negar que a sociedade ocidental contemporânea é, efetivamente, centrada em um modelo familiar monogâmico, mas não cabe ao Estado, em efetivo desvio funcional, se apropriar deste lugar de interdição. (DIAS, 2015, p. 42)

Uma outra mulher disse que muitas vezes o poliamor é utilizado pelos homens como uma ferramenta do machismo em que o homem justifica ficar com duas mulheres sem problemas. Assim percebe-se que o ordenamento jurídico estatal que busca regulamentar o direito de família se reveste de uma ideologia patriarcal e racista, e portanto, não contempla o sentido de família presente nas demandas das mulheres que lutam por transformação social.

Assim, como um dos exemplos do machismo levantado pela mulher na oficina, Maria Berenice nos lembra dos litígios jurídicos em que um homem que é casado juridicamente

<sup>18</sup>“Em síntese, a formação ideológica (fato-instituição social), oriunda, em termos gerais, de contradições da estrutura sócio-econômica (mas não exclusivamente refutável a estas, pois, com relativa independência, aparece, subsiste ou se dissolve) cristaliza um repertório de crenças, que os sujeitos absorvem e que lhes deforma o raciocínio, devido à consciência falsa (isto é, a inconsciência de que eles são guiados por princípios recebidos como evidências e que, na verdade, constituem meras conveniências de classe ou grupo encarapitados em posição de privilégio).” (LYRA, 1982, p. 12-13)



e constituiu outro relacionamento simultaneamente com o anterior. Jurisprudencialmente, se a esposa souber da mulher denominada como “amante”, ela não tem o direito de receber pensão alimentícia; a amante por sua vez, mesmo que não saiba que o homem era anteriormente casado, por ser proibida a bigamia pelo ordenamento jurídico brasileiro não tem direito a receber nada advindo de pensão alimentícia, ou mesmo direito sucessório,

Pretender elevar a monogamia ao *status* de princípio constitucional leva a resultados desastrosos. Por exemplo, quando há simultaneidade de relações, simplesmente deixar de emprestar efeitos jurídicos a um – ou, pior, a ambos os relacionamentos – sob, o fundamento de que foi ferido o dogma da monogamia, acaba permitindo o enriquecimento ilícito exatamente do parceiro infiel. Resta a ele com a totalidade do patrimônio e sem qualquer responsabilidade para com o outro. Essa solução, que ainda predomina na doutrina e é aceita pela jurisprudência, além de chegar a um resultado de absoluta afronta à ética, se afasta do dogma maior de respeito à dignidade da pessoa humana. (DIAS, 2015, p. 43)

Outra de nós, de outra parte, já disse que poliamor era coisa de branco. Que ela já viu um grupo de poliamor, mas que era todo branco. E que para as mulheres negras já é difícil ser assumida enquanto esposa por uma pessoa só imagine por várias pessoas. E que ela sabe que lá na África (sic) existe o poliamor, mas que aqui é outra cultura.

Dessa forma, retoma-se o caráter patriarcal e racista da constituição da monogamia no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que autoriza uma regra moral de monogamia que pertence ao berço civilizatório ocidental e branco, em detrimento do berço civilizatório africano e poligâmico componente essencial na composição do povo amefricano<sup>19</sup>.

Em face da herança colonial, que referenda o racismo<sup>20</sup> como constituinte das relações

sociais no Brasil, a mulher negra está no lugar de alvo para o abandono afetivo. Além disso, o casamento regulamentado pelo ordenamento jurídico é visto como um direito que cabe principalmente às mulheres brancas, e não às mulheres negras. Beatriz Nascimento afirma sobre a condição da mulher negra no artigo “A mulher negra e o amor” (NASCIMENTO, 2016, p. 130),

Sua escolha por parte do homem passa pela crença de que seja mais erótica ou mais ardente sexualmente que as demais, crenças relacionadas às características do seu físico, muitas vezes exuberantes. Entretanto quando se trata de um relacionamento institucional, a discriminação étnica funciona como um impedimento, mais reforçado à medida que essa mulher alça uma posição de destaque social.

Assim, no referendo de que este ordenamento jurídico não contempla as relações afetivas em que as mulheres negras estão inseridas como, por exemplo, a impossibilidade do casamento, Beatriz Nascimento (NASCIMENTO, 2016, p. 129) ainda completa,

Não há a noção de paridade sexual entre ela [mulher negra] e os elementos do sexo masculino. Essas relações são marcadas mais por um desejo amoroso de repartir afeto, assim como o material. Via de regra, nas camadas mais baixas da população cabe à mulher negra o verdadeiro eixo econômico onde gira a família negra. Essa família, grosso modo, não obedece aos padrões patriarcais, muito menos os padrões modernos de constituição nuclear. São da família todos aqueles (filhos, maridos, parentes) que vivem em dificuldades de extrema pobreza.

Portanto, o feminismo hegemônico e branco não contempla as discussões sobre casamento e poliamor feitas naquele dia no curso das Promotoras Legais Populares sendo necessário recorrer ao feminismo negro. Conforme, nos referenda Sueli Carneiro, em seu artigo Enegrecer o Feminismo (CARNEIRO, p.2)<sup>21</sup>,

<sup>19</sup>Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente.” GONZALEZ, Lélia. Disponível em: <http://grupodeestudosmulheresnegras.blogspot.com.br/> Acesso em 21/03/2018.

<sup>20</sup>Racismo: é um pensamento, uma ideologia que justifica a organização desigual da sociedade ao afirmar que grupos raciais ou étnicos são inferiores ou superiores, ao invés de considerá-los simplesmente como diferentes uns dos outros.” CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia. Manual para as Promotoras Legais Populares – PLPs Editora Geledés Instituto da Mulher Negra, 2013. p. 29.

<sup>21</sup>Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 21/03/2018.

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo.

No que concerne ao divórcio, o respectivo grupo argumentou que antigamente a mulher era estigmatizada enquanto desquitada, e que diziam que “ela não servia nem para a família”, então não tinha valor nenhum, referendaram que o que separa é o casal e não a família, pois os filhos não deixam de ser filhos porque houve divórcio entre os pais. Que há possibilidade de fazer o divórcio sem acessar o judiciário quando ambas as partes conseguem conversar entre si. E que as responsabilidades familiares com os filhos e as responsabilidades financeiras são discutidas no divórcio. Referendaram que a mulher é a parte vulnerável do divórcio e que é geralmente a ela que cabe as responsabilidades familiares como criar os filhos.

O momento de tensionamento surgiu quando foi compartilhado a experiência de uma mulher que era madrasta porque a mãe de seus enteados não quis ficar com os filhos. Várias mulheres acudiram que é possibilidade da mulher não querer ficar com os filhos depois do divórcio e não receber julgamento social depreciativo é direito dela.

Desta maneira, bell hooks reitera que na educação libertadora pode haver o conflito, pois é necessário para a mudança dos velhos paradigmas. Segundo a autora, no espaço de pedagogia engajada, todas as vozes devem ser ouvidas com o rigor intelectual, o compromisso compartilhado e a crença no bem comum que nos une – esta última provoca o conforto da

hegemonia em universalizar um ponto de vista em detrimento dos outros,

Mas constatei que existe muito mais tensão no contexto da sala de aula diversa, onde a filosofia de ensino é baseada na pedagogia crítica e (no meu caso) na pedagogia crítica feminista. A presença de tensão – e às vezes de conflito também – fez com que frequentemente os alunos não gostassem das minhas aulas nem de mim, sua professora, como eu secretamente queria que gostassem. Ensinando uma disciplina tradicional do ponto de vista da pedagogia crítica, muitas vezes encontro alunos que fazem a seguinte queixa: “Achei que esse curso fosse de inglês. Por que estamos falando tanto de feminismo? (Às vezes acrescentam: de raça, classe social). Na sala de aula transformada, é muito mais necessário explicar a filosofia, a estratégia e a intenção do curso que no contexto ‘normal’.” (HOOKS, 2013, p. 59)

Já o grupo de família nos disse que há várias formas de família e a família homoafetiva também é válida, bem como uma família constituída com cãozinho e animais de estimação. Família é onde tem amor.

O grupo de filhas e filhos tinham mulheres mais velhas e mulheres mais jovens que não eram mães. Elas dividiram o cartaz entre esses dois subgrupos. O grupo interagiu muito entre si e as mulheres mais jovens mostraram como as jovens pensam e ajudaram as mais velhas a dialogar com os próprios filhos e filhas e as jovens aprenderam um pouco a entender como as mães pensam. De maneira que, levantaram o tema de conflito de gerações que muitas vezes impedem que haja diálogos tão bons como houve naquele grupo.

De modo que, bell hooks traz que a percepção da experiência e alteridade demanda não pensar o outro, mas o encontro com o outro. Assim, vê-lo não como um objeto, mas como um enigma em que a sua própria experiência será as dicas para reconhecer aquela outra mulher e sua história que estão presentes à sua frente “Com efeito, foi nas escolas de ensino fundamental, frequentadas somente por negros, que eu tive a experiência do aprendizado como revolução.” (HOOKS, 2013, p. 10)



O grupo de direito de afeto foi o último grupo, mas foi um tema bem contraditório. Assim, foi explicado que a expressão do grupo foi baseada em um caso concreto da jurisprudência brasileira de um rapaz que entrou com uma ação de danos morais porque os pais não o amavam e ele os acusou de terem ferido os direitos de personalidade dele.

A naturalização da responsabilidade de cuidar sobre as mães foi retomada e houve tensionamentos na discussão se a mãe tinha que amar ou não os filhos e as filhas para além de cuidá-los. Entretanto, o papel masculino da parentalidade foi deixado de lado na discussão. Dessa maneira, foi lembrado casos midiáticos em que envolviam a temática como os casos dos Nardoni, da Suzane Richthofen, menino Bernardo, bem como uma notícia local em que a mãe tinha que trabalhar e sem haver ninguém para cuidar de seus filhos, tentando protegê-los por estarem sozinhos em casa e ainda serem pequenos, os acorrentou.

Entretanto, constitui-se de exponencial importância referendar que o cuidado com as crianças requer que essas situações limites não deveriam ser penalizadoras das mães, mas precisaria passar por um debate mais amplo, aprofundado e interdisciplinar que contemple a responsabilidade do Estado em garantir todas as condições para as mulheres de realizar esse cuidado infantil adequadamente, como por exemplo, a oferta de vagas em creches públicas.

Foi relatado por uma das mulheres que este último assunto [direito afetivo] a deixou muito pensativa porque ela acha que amou a filha dela o suficiente e disse “Essa aqui que está ao meu lado” e todas riram. Pois, argumentou que pela filha não ter passado fome, e estar viva e com saúde, ela imagina que a amou porque deu todo o amor que ela sabia dar. A forma de amor que ela sabia dar. Que talvez, no caso da mãe que acorrentou os filhos em casa fosse essa a forma de amá-los e protegê-los porque ela tinha que ir trabalhar.

Nesse ínterim, pode-se observar o processo de conscientização de nós mulheres na discussão deste tópico, em que percebemos a narrativa de que Estado reflete ideologicamente como o único emanador legítimo das regras, mas em que se é questionado este papel regulador estatal sobre o direito de afeto das nossas relações pessoais. Poderia o Estado determinar a forma correta ou errada de amar os filhos? O que seria afeto para o Estado? Roberto Lyra Filho explicita este ponto no seguinte trecho,

A lei sempre emana do Estado e permanece, em última análise, ligada à classe dominante, pois o Estado, como sistema de órgãos que regem a sociedade politicamente organizada, fica sob o controle daqueles que comandam o processo econômico, na qualidade de proprietários dos meios de produção. (LYRA, 1982, p. 3)

Essa situação também denuncia o caráter da herança colonial racista e ocidental do nosso ordenamento jurídico, uma vez que bell hooks retoma em seu texto *Vivendo de amor*<sup>22</sup>,

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor.

Desse modo, por meio da desumanização dos corpos negros no sistema escravocrata em que seus corpos e suas almas foram vilipendiados a partir do sequestro de seu povo e de si da terra de seus ancestrais torna-se dispensável demonstrar afeto se isso inclui o perigo de tua própria existência.

Pela memória do corpo envolto na pele da cor da noite<sup>23</sup>, a sobrevivência material e a existência física se torna iminente para o povo preto<sup>24</sup> sendo, assim, a atenção ao seu espírito e afeto deixados em segundo plano. Nesse

<sup>22</sup> Disponível em: <http://grupodeestudosmulheresnegras.blogspot.com.br/>. Acesso em 22/03/2018.

<sup>23</sup> Referência à expressão que intitula o livro de Vanda Machado denominado *Pele da Cor da Noite*.

<sup>24</sup> Povo preto designa aquelas pessoas que tiveram seus ancestrais sequestrados do continente africano e leem a si mesmos e são lidos como negros pelos seus próprios pares. Não se trata aqui do olhar classificador do colonizador, mas da autodefinição e determinação deste povo espoliado na diáspora africana.

sentido, reflete-se que o judiciário ao discutir a ação judicial de um rapaz que indaga que recebeu todos os cuidados materiais, mas não o afeto da mãe e do pai enseja tantos paradigmas diferentes dentro da discussão naquele espaço de extensão universitária exclusivamente composto por mulheres. Posto que não estamos a refletir formas de amar ou não, o certo ou o errado de se amar, mas intrinsecamente a herança colonial de guerra constante para o povo preto e de medo constata da branquidade<sup>25</sup> em manter seu *status quo* de poder e hegemonia na sociedade brasileira.

A dinâmica de encerramento consistiu em que cada uma tinha que pensar alguma coisa de diferente que fariam por uma mulher naquela

semana com base em tudo que já produziram de conhecimento no curso até então, ou seja, fazer uma pequena ação de ajuda a outra mulher do seu cotidiano.

Assim identificando a sua trajetória individual na trama coletiva, a dinâmica de encerramento coaduna o compromisso compartilhado da pedagogia crítica engajada e feminista ao processo de conscientização do Direito Achado na Rua que ao procurar instigar outras mulheres à concepção de que são também sujeitas de direito, nós – por nós mesmas – produzimos uma antítese do Direito – posto que o processo de lutas sociais se desencadeará pela dialética histórica de uma Justiça Social mais desenvolvida do que a que está declarada atualmente.

---

## CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou apresentar o projeto de extensão Promotoras Legais Populares do Distrito Federal e seus fundamentos teóricos metodológicos conforme a análise de uma oficina sobre direito de família realizada na turma de Ceilândia em 2017.

A pesquisa participante foi direcionada na produção deste artigo, bem como das oficinas durante os oito meses de curso, cuja formação de conhecimento se deu de forma engajada e sob a ótica contra hegemônica.

Assim, conforme as falas e as dinâmicas propostas na referida oficina de direito de

família ponderou-se a presença constante dos três elementos que compõe esta extensão universitária no Distrito Federal: os feminismos, o Direito Achado na Rua e a educação popular.

Por fim, a dinâmica de encerramento transfigura-se em um novo ponto de partida em que as mulheres são instadas a mudar sua própria realidade social ao ajudar outras mulheres. Dessa forma, referendam o objetivo explícito da extensão universitária pela transformação e justiça social.



Figura 1 - Mulheres no curso das Promotoras Legais Populares discutindo direito de família em pequenos grupos, Ceilândia, Distrito Federal, 02 de setembro de 2017.

<sup>25</sup> Cf. QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. Dissertação de mestrado, Brasília, 2017. p. 123-124.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia. **Manual para as Promotoras Legais Populares** – PLPs Editora Geledés Instituto da Mulher Negra, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 10. ed. rev., atual. E ampl. Ed. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, 2015.

FAERMAM, Lindamar Alves. A pesquisa participante: suas contribuições no âmbito das Ciências Sociais. **Revista Ciências Humanas** – Universidade de Taubaté (UNITAU) – Brasil. Vol. 07, n. 1, 2014, <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/viewFile/121/69>. Acesso em 21/03/2018

FONSECA, Livia Gimenes Dias. **A luta pela liberdade em casa e na rua**: a construção do Direito das mulheres a partir do projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FORPROEX, tendo como referencial o **Plano Nacional de Extensão**, publicado em 1999. Disponível em: [https://www.unifesp.br/reitoria/proex/images/PROEX/pps/livros/02\\_Politica\\_Nacional\\_Extensao\\_COOPMED.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/proex/images/PROEX/pps/livros/02_Politica_Nacional_Extensao_COOPMED.pdf). Acesso em 21/03/2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. Havana, 2009. Tradução Thatiane X. p. 7. Disponível em: <http://grupodeestudosmulheresnegras.blogspot.com.br/>. Acesso em 21/03/2018.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema et al. (Orgs.). **O livro da saúde das mulheres**: nossos passos vêm de longe. Tradução de Maísa Mendonça, Marilena Agostina e Cecília MacDowell dos Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2002. Disponível em: <http://grupodeestudosmulheresnegras.blogspot.com.br/>. Acesso em 22/03/2018.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito?** 11ª ed. Editora Brasiliense, São Paulo. 1982, 1ª ed.

NASCIMENTO, Beatriz. In.: RATTIS, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Imprensa oficial e Instituto Kuanza. São Paulo, 2016.

SOUSA, José Geraldo Júnior (org.). Introdução crítica ao direito. Vol 1. Série **O direito achado na rua**. 4ª ed. Universidade de Brasília, 1993.

WERNECK, Jurema. De Ialodês e feministas: reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe. Artigo publicado na **Nouvelles Questions Féministes** – Revue Internationale Francophone, vol. 24, n. 2, 2005.





## O PAPEL DA EXTENSÃO NO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Elaine Alves Raimundo<sup>1</sup>; Dyane Guedes Cunha<sup>1</sup>

### RESUMO

Nos últimos anos, a Pró-reitoria de Extensão do Instituto Federal de São Paulo (PRX/IFSP) tem fomentado uma série de ações extensionistas com vistas à construção e ao fortalecimento de uma política de promoção da diversidade de gênero no âmbito institucional. Diante desse contexto, o atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de promover a qualificação profissional, o resgate da autoestima e a inclusão socioproductiva foi

definido como uma das frentes de atuação a ser seguida pela PRX. Assim, neste trabalho, buscamos apresentar como vem ocorrendo o processo de institucionalização do Programa Mulheres do IFSP, sua execução pelos campus e se as diretrizes relativas à promoção de uma qualificação profissional, que de fato seja proposta em articulação com os arranjos produtivos locais, têm sido consideradas. Até o momento, foram desenvolvidos 13 projetos vinculados ao Programa em sete campus do

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Pró-reitoria de Extensão (PRX).

IFSP. Os resultados indicam que a Extensão tem exercido importante papel no que se refere à formação de mulheres submetidas a algum processo de exclusão social, bem como

na viabilização e apoio ao seu ingresso no mundo do trabalho.

**Palavras-chave:** qualificação de mulheres; gênero; ações de extensão; instituto federal.

---

## INTRODUÇÃO

A lei de criação dos institutos federais define como um dos objetivos de nossa instituição a promoção de atividades extensionistas que apoiem e estimulem processos educativos voltados à emancipação dos cidadãos numa perspectiva de desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008). Nesse contexto, torna-se imprescindível que a construção do conhecimento junto aos diferentes segmentos sociais ocorra de modo dialógico e em articulação com o mundo do trabalho.

Considerando essas diretrizes, a Pró-reitoria de Extensão do Instituto Federal de São Paulo (PRX/IFSP) assumiu no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) o compromisso de valorização da Extensão enquanto dimensão formativa e que se estabelece como via de mão dupla entre a instituição e a comunidade (INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO, 2016).

Neste processo de redefinição das ações de extensão institucionais, entre outras temáticas e ações, a PRX/IFSP priorizou uma série de atividades com vistas à construção de uma política de promoção da diversidade de gênero e dos direitos humanos (SILVA et al., 2016, p. 107) e destacou entre suas frentes de atuação a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) exclusivamente para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Para iniciar esta atuação, entre o período de 2011 e 2014, o IFSP foi executor do “Programa Nacional Mulheres Mil – Educação, cidadania e desenvolvimento sustentável”. A partir de 2015, foi considerada a necessidade de institucionalizar uma ação com os mesmos objetivos e a metodologia do Programa Mulheres Mil, com vistas a garantir a continuidade do atendimento educacional do público-alvo em questão, mas assegurando que as especificidades e demandas locais fossem respeitadas.

Como continuidade de tais atividades, a partir deste momento fomentadas pela instituição, o Programa Mulheres do IFSP foi instituído em 2016 com o objetivo de promover a qualificação profissional, o resgate da autoestima e a inclusão socioproductiva de mulheres, cis e transgênero, submetidas a algum processo de exclusão social.

A qualificação profissional e a inserção no mundo do trabalho, de forma qualitativa, torna-se essencial na luta pela igualdade e empoderamento da mulher. Nesse texto, buscamos apresentar como vem ocorrendo a institucionalização do Programa Mulheres do IFSP, sua adesão pelos campus do IFSP e se é possível mensurar indícios de que os objetivos relacionados à formação cidadã, à qualificação profissional e, principalmente, à inserção no mundo do trabalho têm sido premissas norteadoras de todos os projetos desenvolvidos pelos campus até o momento.

## METODOLOGIA

A Pró-reitoria de Extensão tem publicado, desde 2016, editais anuais para a seleção de campus que tenham interesse em receber fomento para implementar ou dar continuidade a projetos vinculados ao Programa Mulheres do IFSP.

É importante observar que cada campus pode submeter uma única proposta, uma vez que os projetos pressupõem o envolvimento de um grande número de servidores (técnicos,

docentes, sociopedagógico etc.) e discentes bolsistas e voluntários, além de infraestrutura necessária para execução das aulas e eventos, tais como aula inaugural e formatura (sala de aula, laboratórios, biblioteca, auditório etc.).

As informações apresentadas neste artigo respalda-se no processo de execução dos 13 projetos aprovados e que foram executados entre o período de 2016 e 2018, conforme informações a seguir:

**Tabela 1: Relação de projetos executados por campus do IFSP (2016-2018)**

Ano	Campus	Projeto
2016	Avaré	Mulheres de Avaré
	São João da Boa Vista	Fabricação artesanal de bonecas de pano
	Araraquara	Saber cuidar - Formação cidadã para autonomia e geração de renda para mulheres
2017	Boituva	Extensão para a qualificação profissional de agriculturas familiares
	Matão	Mulheres rurais e agroecologia nos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro: formação para a autonomia econômica
	São João da Boa Vista	Bonecas de pano artesanal
	Votuporanga	Mulheril Manutenções
2018	Araraquara	Saber cuidar - formação cidadã para autonomia e geração de renda para mulheres
	Avaré	Mulheres de Avaré
	Boituva	Capacitação profissional das mulheres da cooperativa de recicláveis - CooperaBoituva
	Matão	Agricultura familiar de base agroecológica: ensino, pesquisa e extensão para uma economia feminista
	Presidente Epitácio	Formação de mulheres: sonhos sob medida
	Votuporanga	Mulheril Manutenções

Fonte: Informações disponibilizadas pela PRX/IFSP.

Faremos, a seguir, uma breve apresentação dos projetos já desenvolvidos ou que estão em execução pelos campus do IFSP. Serão destacados aspectos gerais dos projetos e,

sobretudo, se os mesmos consideram as diretrizes relativas à promoção de uma qualificação profissional que de fato se articule com o mundo do trabalho.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os projetos vinculados ao Programa Mulheres do IFSP buscam a formação cidadã e à qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, que apresentem pouca ou nenhuma escolaridade, preferencialmente pertencentes a grupos sociais específicos, que habitam o entorno no qual os campus estão inseridos.

Desde a sua implementação, o Programa Mulheres do IFSP contribuiu com a formação de cerca de 260 mulheres de regiões rurais e urbanas do Estado de São Paulo, em um processo que já envolveu sete campus, a saber: Araraquara, Avaré, Boituva, Matão, Presidente Epitácio, São João da Boa Vista e Votuporanga.

No que se refere à qualificação profissional das alunas, é priorizada a oferta de cursos que tenham relação com algum eixo tecnológico trabalhado pelos campus e, principalmente, aqueles que possibilitarão a inclusão e/ou readequação das egressas no mundo do trabalho, conforme o arranjo produtivo local.

Visando cumprir com o estabelecido na Portaria nº 2.968/15 do IFSP, todos os projetos devem ser compostos por um curso de Formação Inicial ou Continuada (FIC), desenvolvido de forma articulada a uma das seguintes ações de extensão: ciclo de oficinas, visitas técnicas, minicursos, feira de economia solidária e participação em eventos, como, por exemplo, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, o Congresso de Extensão etc..

É importante observar que, seguindo a metodologia do Sistema de acesso, permanência e êxito (BRASIL, s/data), todos os cursos FIC devem articular ao módulo de qualificação profissional conteúdos e conceitos que priorizem a consolidação da cidadania, a inclusão social, digital e cultural, o combate à violência contra a mulher, o desenvolvimento sustentável, além de atividades para elevação e geração de renda, mediante a previsão de disciplinas específicas ou por meio de trabalho por temas transversais ou metodologia de projetos.

Faremos, a seguir, uma breve apresentação dos projetos já desenvolvidos ou que estão em execução pelos campus do IFSP. Serão destacados aspectos gerais dos projetos e, sobretudo, se os mesmos consideram as diretrizes relativas à promoção de uma qualificação profissional que de fato se articule com o mundo do trabalho.

### PROJETO: AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO PARA UMA ECONOMIA FEMINISTA

Desenvolvido pelo campus Matão do IFSP desde 2017, o projeto busca a formação de mulheres agricultoras que vivem e trabalham em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo. É importante observar que em sua versão inicial, o projeto foi ofertado com o nome “Mulheres rurais e agroecologia nos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro: formação para a autonomia econômica”.



Fotos 1 e 2: Aula prática do curso de Agricultura familiar de base agroecológica no IFSP – Campus Matão.

O projeto conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Araraquara, do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Economia Feminista (NEA/IFSP), da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (ITCP/IFSP) e de uma série de grupos comunitários e movimentos sociais locais e regionais. Ambos participam da elaboração, gestão e avaliação da proposta, em um movimento de promoção e consolidação de um trabalho participativo e horizontal.

Amparado na pedagogia da alternância, em uma metodologia que prevê tempo escola e tempo comunidade, o projeto é composto por um FIC de “Agricultura familiar de base agroecológica”, oficinas com o objetivo de fortalecer o “Coletivo de bordados feministas” e busca, ainda, promover e consolidar uma “Feira de economia feminista e solidária” com os insumos produzidos e transformados pelas estudantes.

Assim como outros projetos vinculados ao Programa Mulheres do IFSP, a presente proposta visa combater as desigualdades de gênero no contexto das relações familiares, sociais e no acesso à renda e, além disso, considera e abarca as especificidades do contexto vivenciado pelas mulheres do campo, tal como observado no trecho a seguir:

No meio rural a realização de trabalho produtivo na agricultura de base familiar pelas mulheres ainda é pouco visível e pouco valorizada. Isso se deve, sobretudo, a concepção de que as atividades por elas desempenhadas são extensão do doméstico, restringindo-se às tarefas historicamente entendidas como papel feminino. Entretanto, a produção familiar é protagonizada pelas mulheres, na medida em que realizam tanto as tarefas agrícolas quanto as domésticas. A atuação das mulheres nas áreas de criações de animais de pequeno porte, plantações de hortaliças, produção e beneficiamento de frutas, leite, pescado e artesanato, etc., geram renda e auto sustentação das famílias. A área de conhecimento Economia Feminista auxilia como instrumento teórico para essa compreensão. (FILIPAK, A., 2016, p. 6)

Torna-se nítida a preocupação com a valorização do trabalho da mulher do campo. Nesse sentido, o projeto busca resgatar e valorizar o trabalho já desenvolvido pelas alunas, instrumentalizando-as de modo que seja agregado maior valor aos insumos produzidos e comercializado em feiras locais e regionais.

#### PROJETO: EXTENSÃO PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE AGRICULTORAS FAMILIARES

O projeto “Extensão para a qualificação profissional de agricultoras familiares” foi executado em 2017 pelo campus Boituva e teve como objetivo principal a valorização dos saberes trazidos pelas alunas, agricultoras familiares que residiam em assentamentos da reforma agrária, sem perder de vista a (re)construção dos saberes. Isso porque foi observado que as alunas já possuíam muitos conhecimentos relacionados à agricultura. Diante desse contexto, foram trabalhados conhecimentos complementares, tais como técnicas sustentáveis de plantio e colheita de produção, a questão da qualidade dos produtos oferecidos no mercado consumidor, mecanismos para a melhoria de renda, melhores condições de trabalho etc.

O projeto foi composto por um curso FIC de “Agricultura familiar de base agroecológica”, desenvolvido de forma articulada à palestras e ciclos de oficinas, divididos entre temas técnicos (criação de animais de pequeno porte, controle e manejo natural de pragas e doenças etc.) e os relacionados ao papel da mulher na história e o lugar por elas ocupado no atual contexto.

É importante observar que a partir desse projeto foi criada a Feira de Economia Solidária, que ocorre semanalmente no Campus Boituva, onde são apresentados os produtos colhidos e produzidos pelas alunas em suas propriedades. As alunas também foram estimuladas a participarem de processos licitatórios para a contratação de cantinas escolares e o fornecimento de merenda escolar de municípios.



Fotos 3 e 4: Feira de Economia Solidária do IFSP – Campus Boituva.

### PROJETO: CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DAS MULHERES DA COOPERATIVA DE RECICLÁVEIS - COOPERABOITUVA

Em 2018, o campus Boituva do IFSP decidiu apresentar um segundo projeto vinculado ao Programa Mulheres do IFSP, com vistas ao atendimento de uma nova demanda julgada prioritária pela equipe. O projeto de “Capacitação profissional das mulheres da cooperativa de recicláveis” visa a formação na área da costura e empreendedorismo das mulheres associadas a uma cooperativa de catadores da cidade de Boituva. É importante ressaltar que o campus já desenvolve projetos com essa cooperativa, onde foi possível constatar que 70% dos profissionais que ali atuam são mulheres entre 18 e 62 anos de idade e que apresentam baixa escolaridade.

O projeto conta com o apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que auxilia o campus no acompanhamento necessários junto às alunas, e do Serviço de Obras Sociais de Boituva (SOS Boituva), que atuou na contratação da profissional que ministrará o módulo de qualificação profissional das alunas.

O foco do projeto é a formação de costureiras capazes de elaborar, entre outros materiais, a confecção de bolsas para a coleta de material reciclado, confeccionados a partir de banners de lonas descartados – os chamados “sacos verdes”. Esses sacos são distribuídos à comunidade para incentivar a separação de material reciclável.

Assim, após a formação, as mulheres serão capazes de elaborar, entre outros materiais, bolsas para a coleta de material reciclado, confeccionados a partir de banners de lonas descartados – os chamados “sacos verdes”. Esses sacos serão distribuídos à comunidade para incentivar a separação de material reciclável. Desse modo, a ação promoverá a valorização dessas mulheres junto à cooperativa em que atuam, otimizando o seu trabalho e ampliando a sua renda. As alunas também poderão participar das diversas feiras livres locais para expor e comercializar os produtos e artesanatos desenvolvidos.

### PROJETO: MULHERES DE AVARÉ

O campus Avaré foi uma das unidades pioneiras do IFSP na oferta de turmas no âmbito do Programa Mulheres Mil do Governo Federal (desde 2012). Assim, há de se destacar sua notória bagagem no desenvolvimento de projetos que visam à formação cidadã e à qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Como resultado desse processo, o campus foi selecionado no primeiro edital do Programa Mulheres do IFSP, publicado em 2016 com o objetivo de fomentar dois projetos pilotos. Nesse primeiro momento, foram selecionadas mulheres que residiam no entorno do campus para participarem de um projeto composto por um curso FIC de “Formação profissional de artesã” e visitas técnicas a locais de referência

na área do artesanato da cidade. Também foi realizada uma feira de economia solidária para a exposição dos produtos elaborados pelas estudantes. Em 2018, o campus foi novamente selecionado para o desenvolvimento de um projeto elaborado nos mesmos moldes do anterior, mas com uma mudança no público-alvo, uma vez que foram selecionadas, prioritariamente, mulheres pertencentes às associações de catadores de reciclagem existentes no município de Avaré e região.

Para o desenvolvimento desta ação, o campus conta com a parceria da Secretaria Municipal de Saúde, para o acompanhamento das alunas ao longo do projeto, em processos de acolhimento e atendimentos na área da saúde, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS), para a realização da busca ativa das alunas, e de uma instituição privada de educação, que indicará profissionais e alunos voluntários para atuarem em aulas do FIC e oficinas.

Desse modo, pretende-se, com o projeto, a formação educacional, profissional e tecnológica, que permita a emancipação das mulheres atendidas e o acesso ao mundo do trabalho, por meio do empreendedorismo, empreendimentos solidários e empregabilidade (ARDUINO, G. de G. C., 2016).

### PROJETO: FABRICAÇÃO ARTESANAL DE BONECAS DE PANO

Assim como o campus Avaré, o campus São João da Boa Vista foi um dos selecionados para executar o projeto piloto no primeiro ano de criação do Programa Mulheres do IFSP (2016). O FIC de “Artesã de bonecas de pano” foi ofertado de forma articulada a um ciclo de palestras com a temática desenvolvimento sustentável, violência e saúde da mulher e houve também a realização de uma exposição dos produtos criados pelas alunas durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do campus.



Foto 5: Exposição dos trabalhos das alunas durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Campus São João da Boa Vista do IFSP.

Em 2017, o projeto foi novamente executado, mas com ciclos de palestras e minicursos voltados aos aspectos sociais e culturais da cidade de São João da Boa Vista, sustentabilidade e inclusão digital.

De acordo com o previsto no documento norteador da proposta:

O projeto visa fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação e ao mundo do trabalho, como também estabelecer diálogos e parcerias com o mundo do trabalho visando o ingresso e a permanência das educandas em empregos formais ou na criação de novos empreendimentos. (VIANA, D. A. F., 2016, p.10)

### PROJETO: FORMAÇÃO DE MULHERES: SONHOS SOB MEDIDA

O projeto “Formação de mulheres: sonhos sob medida” foi idealizado pelo campus Presidente Epitácio do IFSP em 2018 e é composto por um curso FIC de “Costureira de máquina reta e overloque”, um ciclo de oficinas voltado à construção de artesanatos e produtos complementares (fantoques e patchwork) e de preparação para o acesso ao mundo do trabalho (currículo, entrevistas de emprego etc.), palestras sobre saúde, questões de gênero e violência doméstica e, além disso, prevê-se a participação das alunas em eventos para a exposição das peças produzidas (Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Mostra de Extensão e Feira Natalina da Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio).

O projeto conta com a parceria do CRAS, tanto no processo de seleção das alunas quanto para a contratação da professora de costura e do espaço equipado com máquinas de costuras para o desenvolvimento das aulas práticas. (Empréstimo das máquinas de costura e espaço para as aulas práticas). Por ser considerada uma estância turística, o principal objetivo do projeto é propiciar formação profissional e educacional de um grupo de mulheres que apresentem alto índice de vulnerabilidade social e econômica, primando pelos valores humanos e o exercício da cidadania, a fim de promover a inclusão social, cultural e econômica através da ocupação e geração de renda. Ainda, serão trabalhadas as práticas de

empreendedorismo e associativismo de modo que as alunas sejam estimuladas a buscar práticas alternativas de trabalho com foco no desenvolvimento local.

### PROJETO: MULHERIL MANUTENÇÕES

“Mulheril Manutenções” é o projeto proposto pelo campus Votuporanga do IFSP em articulação com diversos parceiros, tais como: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Rede Parapanã de Mulheres do Noroeste Paulista.

Mais do que promover a independência das alunas com relação à necessidade de realização de pequenos reparos em suas casas ou de familiares, o projeto visa o atendimento de mulheres selecionadas pelos equipamentos de assistência social e de proteção básica e especial da cidade de Votuporanga, qualificando-as para que possam desenvolver, de modo profissional, manutenção e pequenos reparos em residências, comércios ou mesmo empresas.

Para o atendimento dessa demanda, o projeto é composto por um curso FIC de Auxiliar de Manutenção Predial, do eixo tecnológico de infraestrutura, minicursos com foco em cidadania e direitos da mulher, palestras sobre primeiros socorros, prevenção de acidentes e incêndios, marketing digital etc., e oficinas nas áreas do empreendedorismo, artes, cultura, expressão e autoestima.



Fotos 6 e 7: Aula prática de hidráulica do curso de Auxiliar de Manutenção Predial – Campus Votuporanga do IFSP.

Para além da qualificação profissional na área de elétrica, hidráulica e pintura, de modo a suprir a demanda local por profissionais dessa área, busca-se, ainda, promover uma discussão sobre as relações de trabalho, a divisão sexual do trabalho, os direitos sociais e as políticas públicas voltadas à segurança e promoção do bem-estar das mulheres.

#### PROJETO: SABER CUIDAR: FORMAÇÃO CIDADÃ PARA AUTONOMIA E GERAÇÃO DE RENDA

O projeto “Saber cuidar: formação cidadã para autonomia e geração de renda” foi executado pelo campus Araraquara em 2017, com continuidade em 2018. Sua equipe é composta por especialistas da área da saúde e da assistência social, tanto do campus quanto de instituições parceiras, e educadores com ampla experiência no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O desenvolvimento do projeto contou com a parceria de importantes órgãos da Prefeitura Municipal de Araraquara,

em especial do Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para o apoio na divulgação, seleção e (re) inserção das alunas no mundo do trabalho por meio de empreendimentos solidários e empregos formais, e da Coordenadoria Executiva de Trabalho e Economia Criativa, responsável pelo desenvolvimento de todo o módulo do projeto sobre “Geração de Renda e Economia Solidária”.

Seguindo os princípios e finalidades definidos para o Programa Mulheres do IFSP, o projeto articula à oferta do curso de formação inicial de “Cuidadora de idosos” – definido a partir da constatação de que havia grande procura por esse tipo de profissional na cidade de Araraquara – palestras e visitas técnicas à algumas instituições de longa permanência de idosos. Seu objetivo principal é contribuir com a emancipação das alunas mediante o acesso à educação e à renda e com o desenvolvimento pessoal e da autoestima.

---

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a criação ou mesmo a manutenção de programas que visam a formação de mulheres em situação de vulnerabilidade ainda é indispensável, uma vez que os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o número de mulheres que não estudam e nem trabalham ainda é maior se comparado ao número de homens nessa mesma condição. Esse problema se agrava quando tomamos como referência o contexto das mulheres do campo (RIO DE JANEIRO, 2014).

De modo geral, os campus do IFSP têm se organizado para executar projetos que atendam às demandas por formação e capacitação profissional, em consonância com o arranjo

produtivo local. As parcerias firmadas junto aos órgãos municipais, sobretudo na área da assistência social, também são consideradas fundamentais para o apoio das egressas em seu processo de (re)inserção no mundo do trabalho.

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa Mulheres do IFSP têm demonstrado que a Extensão cumpre importante papel no processo de qualificação profissional de mulheres e outros grupos vulneráveis. Trata-se de um importante instrumento de acesso, que possibilita a construção do conhecimento junto aos diferentes segmentos sociais – de modo dialógico – e em articulação com o mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS

ARDUINO, G. G. C. **Mulheres de Avaré**. (Projeto de extensão - Edital IFSP 159/2016). Disponível em: <[http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto\\_id=229091](http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=229091)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília, s/ data. Disponível em: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/Guia-Metodologico-do-sistemade-acesso-permanencia-e-exito.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

FILIPAK, A. **Agricultura familiar de base agroecológica**: ensino, pesquisa e extensão para uma economia feminista. (Projeto de extensão - Edital IFSP 824/2016). Disponível em: <[http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto\\_id=257678](http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=257678)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

IFSP – Instituto Federal de São Paulo. **Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018**. São Paulo: IFSP, 2014. Disponível em: <<https://drive.ifsp.edu.br/s/q5OTjVodbqaDj-cK#pdfviewer>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

RIO DE JANEIRO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Estudos e Pesquisas, n. 33. Rio de Janeiro: 2014.

SILVA, C. F. J. da.; RAIMUNDO, E. A.; ATANES, F. S.; SAKANO, L. H. dos S.; MATOS, P. de A. Gênero, cultura e educação: a política de promoção da diversidade da Pró-reitoria de Extensão do Instituto Federal de São Paulo. In: ZAN, D.; MOREIRA, F.; SILVA, O. M.; RIBEIRO, O. **Cultura e educação** – reflexões. Campinas: Vila Real, 2016.

VIANA, D. A. F. **Bonecas de Pano Artesanal**. (Projeto de extensão - Edital IFSP 824/2016). Disponível em: <[http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto\\_id=239259](http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=239259)>. Acesso em: 02 abr. 2018.



# A UNIVERSIDADE E SUA ATUAÇÃO PARA ESTIMULAR O EMPREENDEDORISMO, A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Luiz Eugênio Veneziani Pasin<sup>1</sup>; Dener José Rigotti Chaves<sup>2</sup>; Luiz Gonzaga Carneiro<sup>3</sup>, João Pedro Souza Medeiros<sup>4</sup>

## RESUMO

O processo de desenvolvimento de uma região depende não só do seu crescimento econômico, mas também da sua capacidade de implementação de políticas, programas e projetos concebidos para atender diversos setores da sociedade. A agricultura familiar tem revelado um papel importante para o desenvolvimento local sustentável, bem como a própria garantia da produção de alimentos para o abastecimento agroalimentar da população. Portanto, o estímulo à produção rural

familiar pode ser considerado uma opção estratégica para o desenvolvimento local sustentável nos diferentes contextos territoriais. Sendo que muitas vezes, os próprios aspectos tradicionais e locais da pequena produção de produtos orgânicos se transformam em valores de mercado, que quando bem trabalhados no território podem proporcionar o alcance de maior renda, pelo produtor, promovendo a dinâmica das economias locais. No caso específico do mercado de produtos orgânicos, a sua

<sup>1</sup> Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e Programa de Apoio à Extensão Universitária MEC/SESu.

<sup>2</sup> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG).

<sup>3</sup> Secretaria Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal de Itajubá – SEMAG/PMI.

<sup>4</sup> Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

dinamização requer inovações institucionais de orientação, cooperação e parcerias entre o agente público e privado. Desta forma a análise do presente trabalho tem como principal objetivo apresentar uma experiência de ação extensionista desenvolvida na Universidade Federal de Itajubá-UNIFEI, em diversas fases nos últimos 08 (oito) anos, onde o foco sempre foi promover o empreendedorismo, o empoderamento e o desenvolvimento local sustentável mediante a organização socioprodutiva entre os parceiros institucionais, estimulando o comportamento empreendedor e a capacidade

de cooperação entre os feirantes (*agricultores familiares, artesãos, micro empreendedores*) da Feira Agroecológica e Cultural de Itajubá-FACI. Atualmente a FACI é constituída de 38 feirantes, distribuídos em 24 tendas (barracas) envolvendo diretamente mais de 180 pessoas nas atividades de produção e comercialização, e também indiretamente mais de 3.000 consumidores de Itajubá e região.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo, Organização Socioprodutiva, Desenvolvimento Local, Produtos Orgânicos.

## INTRODUÇÃO

A atitude inovadora e empreendedora, seja no meio urbano e rural, nas últimas décadas tem ocupado papel de destaque na sociedade, observando que o crescimento e o desenvolvimento econômico, social e ambiental das nações ocorreram graças ao comportamento empreendedor e inovador das pessoas e instituições, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento (DEGEN, 2008).

Portanto, como agente socializante, a universidade, inspirada em modelo teórico semelhante ao hélice-tríplice, porém com proatividade e detentora da responsabilidade de governança, deve propor, além de pesquisa tecnológica, ações extensionistas que promovam o processo educacional a novos modelos de desenvolvimento sustentável, e principalmente, deve estimular a capacidade de seus alunos a desenvolverem suas potencialidades técnicas e humanas mediante a prática da extensão social. Para tanto, é necessário que se estimule o desenvolvimento de projetos de extensão que viabilizem a oportunidade de uma ação direta do corpo docente e discente junto à comunidade local e seu entorno (CARVALHO, 2009).

Desta maneira visando criar condição para que os agricultores familiares da região de Itajubá-MG possam explorar de maneira sustentada, a atividade de produção orgânica,

a Universidade Federal de Itajubá-UNIFEI, entende que, com base em ações extensionistas, estimular o comportamento empreendedor entre os participantes do projeto de extensão e estimular a organização de arranjo socioprodutivo entre agricultores familiares da região, para a criação do mercado de feira livre de produtos orgânicos, é condição ímpar.

Portanto, a ação do programa de extensão baseado no “*empreendedorismo e na criação de feira livre para produtos orgânicos em Itajubá-MG e região*” sempre teve como princípio básico promover a transformação das ações de ensino, pesquisa e extensão (relacionados à temática de organização do sistema de produção orgânica e o processo de comercialização) em resultado prático, que seja capaz de vislumbrar o alcance de mudanças significativas em uma determinada localidade a curto, médio e longo prazo.

Neste caso, entende-se que a ‘tarefa’ de promover a conscientização das práticas para o desenvolvimento da produção de alimentos ‘limpos’ é fortalecer os valores do comportamento de produção equilibrada e sustentável. Sendo que a capacidade de viabilizar o escoamento da produção mediante a criação da feira livre, promove a criação do alicerce mercadológico que se traduz no processo de geração de renda e trabalho digno.

Desta forma, o resultado desta tarefa de fato se concretiza, a partir do momento que a execução do programa tem como base o ensino e a pesquisa como fio condutor, porém, apropria-se da extensão para viabilizar a aplicação metodológica presente nas ações, onde a formação do indivíduo (docente e discente) não se restringirá somente a transmissão e troca de

conhecimento em um único tempo e espaço. Portanto, este momento oportuno torna-se algo estimulante que permite transformar a atividade proposta em atitude real, que visa desenvolver uma sociedade mais justa e menos desigual, com base nos princípios e valores da *Ação Empreendedora, da Produção Agroecológica Coletiva e do Comércio Justo*.

---

## AGRICULTURA FAMILIAR E O MERCADO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

A agricultura familiar tem revelado um papel importante para o desenvolvimento sustentável, bem como a própria garantia da produção de alimentos para o abastecimento agroalimentar da população (BECKER e ANJOS, 2010; ABRAMOWAY, 1992; WILKINSON, 2008, GUIVANT, 2003).

De acordo com Silva e Silva (2011), o estímulo à produção rural familiar pode ser considerado uma opção estratégica para o desenvolvimento sustentável nos diferentes contextos territoriais. Sendo que muitas vezes, os próprios aspectos tradicionais e locais da pequena produção rural, transformam-se em valores de mercado, que quando bem trabalhados no território, podem proporcionar o alcance de maior renda, pelo agricultor familiar, promovendo a dinâmica das economias locais (CAMPANHOLA e VALARINI, 2001; WILKINSON, 2008; BOSCOLO et al., 2012).

Para Wilkinson (2008), temas presentes e interdependentes dominam os esforços de construir ou consolidar os novos mercados, a partir da agricultura familiar. Neste caso, o que os novos mercados têm em comum é a necessidade de definir, negociar e operacionalizar um novo processo institucional de sistema de produção, em que na sua abrangência, implica na formalização de ações coordenadas, baseadas no reconhecimento da especificidade da agricultura familiar, juntamente com as novas oportunidades de mercado que estão surgindo.

A Agroecologia é uma ciência em construção, com características transdisciplinares, que está permeada pelos princípios da sustentabilidade (envolvendo fatores econômicos, sociais e ambientais) e é capaz de propor uma nova relação entre homem e natureza. Fundamentada na produção ecológica de alimentos e na valorização das relações de produção e consumo, este sistema de produção é uma perspectiva inovadora para se compreender tanto sobre a saúde atual de nosso Planeta, como a relação com as gerações futuras (SILVA et al., 2013).

No caso específico do mercado de orgânicos, a sua dinamização requer inovações institucionais de orientação, cooperação e parcerias entre o agente público e privado (GUIVANT, 2003), e de acordo com Terrazzan e Valarini (2009) a agricultura orgânica está sendo difundida em todo o mundo e o mercado encontra-se em alta demanda por esses tipos de produtos, o que estabelece perspectivas de crescimento para o aumento de áreas produtivas e a inserção de novos agricultores.

Portanto, a possibilidade de acesso ao mercado orgânico tem provocado o surgimento de novos empreendimentos agrícolas, que visam sistema de produção isento de defensivos e produtos químicos que possam ser prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (OLIVEIRA, 2012; SOUSA et al., 2012).

De acordo com Dulley et al. (2000), a comercialização em feiras livres é considerada



menos complexa para o produtor, já que o consumidor pode encontrar a diversidade que procura através da oferta de vários produtores simultaneamente no mesmo local. Neste caso, Terrazzan e Valarini (2009) alertam que a possibilidade dos agricultores coletivamente poder ofertar um mix de produtos de acordo com as aptidões locais, observando os recursos de capital e mão-de-obra, é uma realidade que deve ser explorada. Porém, é necessário um planejamento de produção conjunto entre os agricultores para que não haja falta e nem sobra de produtos.

No caso da comercialização direta entre os feirantes e consumidores finais as oportunidades estão presentes e são diversas, pois se estima

que nos últimos anos o mercado brasileiro de produtos orgânicos tem crescido uma média de 20,0% ao ano, com um faturamento anual esperado de aproximadamente R\$ 2 bilhões. Sendo que 90,0% são pequenos produtores familiares ligados a associações e grupos de movimentos sociais, representando 70,0% da produção orgânica brasileira (EXAME, 2014; TERRAZZAN e VALARINI, 2009).

É importante salientar que as feiras livres orgânicas que realizam vendas diretas ao consumidor, assumem grande importância para o fortalecimento da agricultura familiar e melhoria para o desenvolvimento sustentável da região (CARVALHO, et al. 2011; SOUZA, et al. 2009; DALLACORT, et al. 2013).

---

### **A CAMINHADA PARA CRIAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA E CULTURAL DE ITAJUBÁ-FACI**

As ações e resultados alcançados na caminhada para a organização da feira livre de produtos orgânicos entre os agricultores familiares do município de Itajubá-MG e região, mediante o trabalho de extensão desenvolvido pela UNIFEI, em parceria com a EMATER-MG juntamente com a Prefeitura Municipal de Itajubá-PMI, avança para o seu sétimo ano de atividades.

Este processo de atuação, entre os agentes participantes EMATER-MG, PMI e UNIFEI tem proporcionado o alcance de resultados de forma constante e crescente, principalmente em relação à construção coletiva e empreendedora, onde o objetivo principal sempre foi proporcionar uma melhor organização socioprodutiva entre o grupo de agricultores familiares e alcançar novas oportunidades de acesso ao mercado.

Nos municípios da microrregião de Itajubá-MG aproximadamente 16.243 pessoas estão ocupadas na atividade agropecuária, representando o equivalente a 23,6% do total da população ocupada da região (IBGE,

2015), sendo que parte deste universo tem sido estimulado a desenvolver o sistema de produção de alimentos ‘limpos’ visando atender a nova tendência de mercado que é o consumo de alimentos orgânicos.

Este cenário revela que o estímulo à exploração de novos empreendimentos e o aumento da produção rural familiar, que possibilite o incremento na renda da família, deve ser considerado uma ação estratégica fundamental para o desenvolvimento local sustentável na região do município de Itajubá-MG.

**No período de 2010 à 2012** as ações extensionistas desenvolvidas pelos agentes parceiros (EMATER-MG, PMI e UNIFEI) concentraram-se na capacidade de organizar e estruturar o grupo de agricultores familiares, onde o foco principal era “trabalhar” o desenvolvimento e a implantação do processo de construção coletiva, baseado no empreendedorismo e auto-gestão. Entre os resultados alcançados tem-se o desenvolvimento do associativismo, no que diz respeito a criação de uma associação de produtores e a capacidade dos agricultores familiares



em participar do mercado institucional de compras públicas (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE).

**No período de 2013 e 2014** as ações extensionistas abordaram, principalmente, temas relacionados à discussão dos sistemas de produção de alimentos, o processo de gestão e a adoção do sistema de produção “limpo” (agroecológico e orgânico). Sendo que o objetivo principal foi a capacitação dos agricultores familiares para a adoção de práticas inovadoras visando a produção de alimentos “limpos” e a orientação de mercado em relação às estratégias de comercialização direta. Neste caso, o foco era à preparação dos agricultores para planejar a produção com o objetivo de atender as novas oportunidades de mercado que estavam surgindo.

**No período de 2015 e 2016** as ações extensionistas tiveram foco na criação e início do funcionamento da Feira Agroecológica e Cultural de Itajubá-FACI. A implantação deste novo canal de escoamento dos produtos orgânicos consolidou **a oferta e acesso** à alimentos “limpos”, proporcionando resultados positivos para os feirantes (agricultores familiares) e para os consumidores do município de Itajubá e região. Vale salientar que neste período a ação extensionista dos parceiros na articulação para elaboração de políticas públicas foi fundamental, e.g., a contribuição na construção do texto que dispõe a regulamentação da Feira Agroecológica e Cultural de Itajubá-FACI (Decreto 5528, 03 de março de 2015 – PMI. Link: <http://diariooficial.itajuba.mg.gov.br/upload/Decreto%205528.pdf>.)

Sendo que o processo de construção coletiva do texto teve início no ano de 2014, onde várias reuniões foram realizadas com os agricultores familiares de Itajubá e região, em vários espaços públicos (Escritório da EMATER-MG; Escola Estadual João XXIII; Escola Estadual Major João Pereira; Secretaria Municipal da Agricultura de Itajubá-SEMAG e na Universidade Federal de Itajubá-UNIFEI). O objetivo destes encontros era viabilizar a redação e o conteúdo na forma mais democrática e participativa possível. Esta ação resultou em diversos componentes que atenderam à vários anseios dos agricultores familiares.

**No período de 2017 e 2018** as ações extensionistas tem procurado estimular ações organizativas que viabilize uma atuação coletiva entre os feirantes e suas relações com os consumidores, pois no percurso de sua existência a feira cresceu não somente no número de feirantes participantes, como também na diversidade de ofertas dos produtos. Este aumento em número de feirantes e na diversidade dos produtos ofertados contribuiu para elevar o número e tipo de consumidores que habitualmente frequentam a feira, isto tem demandado um esforço maior por parte dos feirantes e dos parceiros envolvidos para atender cada vez melhor o consumidor de Itajubá e região.

Neste novo cenário, as novas exigências, que têm surgido no dia a dia da FACI, caracterizam-se, muitas vezes, na necessidade de se promover um maior entendimento das diversas demandas que surgem em relação ao bom funcionamento da FACI.

## REFLEXÕES PARA OS NOVOS DESAFIOS

Ao longo do período de quase 08 (oito) anos, participaram nas ações das atividades dos projetos: 03 professores de graduação e pós-graduação, 02 alunas de mestrado, 85 alunos de graduação, 02 assistentes em economia solidária, 02 técnicos (engenheiros agrônomos) e 01 estagiária.

Este contingente de participantes e possibilidades, certamente gerou e gera uma situação considerável de oportunidades, no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades extensionistas, pois aliado a este cenário a Universidade Federal de Itajubá-UNIFEI, com mais de 100 (cem) anos de existência tem procurado ao longo da sua história consolidar o conceito de universidade empreendedora e inovadora, sob diversos aspectos, principalmente, estimulando ações e programas que tenham por objetivo a capacidade de promover entre a universidade e a sociedade, uma relação de permanente desenvolvimento, colaboração e aprimoramento mútuo como é o caso da FACL.

Assim a universidade, como Instituição Social, deve-se promover a geração de conhecimentos e formação qualificada de recursos humanos para atuarem de forma plena e responsável na sociedade. Desta maneira, a universidade pode e deve impulsionar o cumprimento de sua missão social, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, formando profissionais para atuarem diretamente na busca de soluções com impacto social e ambiental.

A atividade de extensão na Feira Agroecológica e Cultural de Itajubá-FACI tem como princípio básico promover a transformação das ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à temática de mobilização de grupos envolvidos por meio do trabalho coletivo, do incentivo à autogestão, inovação social e da tecnologia social, onde o resultado prático seja capaz de vislumbrar o alcance de mudanças significativas na localidade no curto, médio e longo prazo.

Neste caso entende-se que a ‘tarefa’ de promover a conscientização das práticas para a criação e desenvolvimento das ações organizativas coletivas é fortalecer os valores do comportamento de produção equilibrada e sustentável. Sendo que a capacidade de viabilizar a existência da FACL, mediante a execução de diversas atividades orientadoras, pode e deve promover a criação do alicerce socioproductivo que se traduz no processo de geração de trabalho e renda digno.

Portanto, este momento oportuno de se traduzir todo o conhecimento do ensino e da pesquisa em ação extensionista, que prioriza a ação prática mediante ao processo de aprender fazendo e também ao desenvolvimento de Inovação e Tecnologia Social, é algo estimulante que permite transformar a atividade dos projetos de extensão em atitude real, que visa desenvolver uma sociedade mais justa e menos desigual, com base nos princípios e valores de uma nova concepção que se consiste em trabalho coletivo e comércio justo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A FACI é uma feira que tem o princípio de funcionamento baseado na filosofia agroecológica, onde o respeito e a harmonia entre o homem e a natureza devem sempre pautar suas ações. A feira, que teve o seu início em junho de 2015, é atualmente constituída de 38 feirantes (Agricultores familiares, artesãos e micro empreendedores), distribuídos em 24 tendas (barracas) envolvendo diretamente mais de 180 pessoas nas atividades de produção rural familiar, artesanato e alimentos processados, e também indiretamente mais de 3.000 consumidores de Itajubá e região.

Pode-se dizer que a FACI, com seus feirantes, têm vivenciado, neste breve período de existência (pouco mais de 03 anos), novas experiências que tem demandado ações empreendedoras e inovadoras que visam proporcionar o fortalecimento da feira, pois é fato que a dificuldade encontrada pelos feirantes para atuarem de maneira coletiva

no processo de gestão da FACI tem provocado, no momento, certa preocupação em relação ao bom funcionamento da feira e o próprio sucesso dos feirantes.

Desta forma, entende-se que promover o desenvolvimento de ações extensionistas junto aos feirantes da FACI, orientando-os na organização socioprodutiva, na cooperação e principalmente estimulando o comportamento coletivo e empreendedor dos *agricultores familiares, artesãos e micro empreendedores*, é oportuno para o desenvolvimento sustentado das atividades produtivas dos pequenos empreendimentos que estão presentes na feira e fundamental para viabilizar a oferta de produtos saudáveis aos consumidores mediante o comércio justo.

### AGRADECIMENTOS:

Os autores agradecem ao Programa de Apoio à Extensão Universitária MEC/SESu.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC / ANPOCS / UNICAMP, 275 p., 1992.

BECKER, C. e ANJOS, F.S. **Segurança alimentar e desenvolvimento rural**: limites e possibilidades do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 1791): 61-72, 2010.

BOSCOLO, W.R.; FEIDEN, A.; NEU, D.H.; DIETERICH, F. Sistema orgânico de produção de pescado de água doce. **Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal**. Vol. 13, n. 02, abr/jun, 2012. 578-590 p.

CAMPANHOLA, C. e VALARINI, P.J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Vol. 18, n. 03, set/dez, 2001. 69-101 p.

CARVALHO, N.D. de; SOUZA, I.M.G.; ALEIXO, M.; SILVA, G.P. da. Feira agroecológica da UFRJ: troca de sabores e saberes. **XI Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais**. UFBA, Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

CARVALHO, S. M. S. Reflexões sobre a extensão na universidade pública brasileira. **Revista Participação**, Ano 09 n. 16, Dez/2009. p. 12 à 20.

DALLACORT, S.; LUCKMANN, D.; POTRICH, M.; SILVA, E.R.L.da; OLIVEIRA, T.M.; MATOS, L.L. de. Perfil dos agricultores agroecológicos do Sudoeste do Paraná. **Cadernos de Agroecologia**. Porto Alegre, Vol.08, N.02, Nov, 2013.

DEGEN, R. J. Empreendedorismo; uma filosofia para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. **Revista de Ciências da Administração**. v. 10, n. 21, p. 11-30, mai./ago. 2008.

DULLEY, R.D.; SOUZA, M.C.M. de.; NOVOA, A. Passado, ações presentes e perspectivas à Associação de Agricultura Orgânica (AAO), São Paulo, Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 11, p. 16-23, 2000.

GUIVANT, J.S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente & Sociedade**. Vol. VI, n.02, jul/dez, 2003. 63-81p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE 2015**. <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 06-11-2015.

OLIVEIRA, R.A. de. **Planejamento da conversão do café convencional para o orgânico**: um estudo de caso. Tese Doutorado. ESAQ/USP, 2012. 215p.

REVISTA EXAME. **Mercado de orgânicos espera faturar R\$ 1 bilhão em 2014**. <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/mercado-de-organicos-espera-faturar-r-1-bilhaoem-2014>. Acesso em 05-04-2014.

SILVA, I.M. da; GOMES, J.B.P.; BINOTTO, E.; RUVIARO, C. F. Sistemas agroecológicos como proposta de produção sustentável: um estudo de caso na Chácara Dourados. **Revista Eletrônica do Mestrado Educação Ambiental**. v. 30, n.2, p. , 187 - 203 jul./dez. 2013.

SILVA, M.G. da E SILVA, S.P. Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. In: **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Brasília: Instituto de Economia de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Ano 16, Nov, 2011.

SOUSA, A.A.; AZEVEDO, E.; LIMA, E.E.; SILVA, A.P.F. Alimentos orgânicos e saúde humana: estudo sobre as controvérsias. **Rev. Panam Salud Publica**, vol. 31, n. 06, 2012, 513-517.

SOUZA, J.V. da S.; SILVA, M.B.; CARDOSO, A.; SILVA, J.C.C. da; SOUZA, L.S.; SANTOS, V. da S.; A importância das feiras agroecológicas para pequenos produtores da região da Borborema na Paraíba. **Cadernos de Agroecologia**. Porto Alegre, vol.04, n.02, Nov, 2009.

TERRAZZAN, P; & VALARINI, P.J.. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, v.39, n.11, nov, SP, 2009.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.





# A SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE INCENTIVAR CRIANÇAS A SE ENGAJAREM EM UM MODELO DE VIDA SUSTENTÁVEL

Adriana Ferreira<sup>1</sup>; Larissa Santos<sup>1</sup>; Rosana Santos<sup>1</sup>

## RESUMO

O projeto realizado com alunos do 5º ano da escola Municipal Ana Carolina de Queiroz, localizada em Craíbas, região central de Alagoas, trabalhou algumas questões ambientais, dentre elas: lixo, desmatamento e a problemática da água como forma de sensibilizar as crianças quanto aos cuidados com o meio ambiente. As atividades foram desenvolvidas de forma lúdica com a intenção de provocar mudanças de pensamento e, por fim, de comportamento. Diante da degradação ambiental dos dias atuais precisamos refletir sobre o estilo de vida

que adotamos e, se não houver sensibilização para mudarmos nossos hábitos, as agressões à natureza perpetuarão, agravando ainda mais os problemas ambientais com os quais convivemos. O projeto teve por objetivo estimular os alunos a conhecerem, se envolverem, se sensibilizarem e assim serem multiplicadores dos conhecimentos adquiridos sobre os temas abordados. As intervenções foram feitas em três turmas do 5º ano. A cada encontro foi desenvolvida uma nova atividade: os discentes produziram desenhos e pinturas, confeccionaram

<sup>1</sup> IFAL, Pró-reitoria de Extensão – PROEX.

brinquedos e potes para plantio com material reciclável, assistiram e debateram filmes, fizeram trabalho de campo com plantio de mudas nativas e criaram mini cenários ambientais. Essa foi a metodologia utilizada para sensibilizar os discentes, inserindo uma aprendizagem holística, fortalecendo valores e atitudes e possibilitando novas experiências educacionais, tanto dentro como fora da sala de aula, envolvendo sustentabilidade. Como resultados podemos citar: aulas mais dinâmicas tornando o ambiente escolar mais prazeroso e propício à

aprendizagem, uma cidade mais verde através do plantio de mudas, maior preocupação dos discentes com os assuntos discutidos e algumas mudanças de comportamento como salas de aulas mais limpas e menos desperdício de alimentos na merenda escolar. Os alunos que participaram das atividades propostas tiveram mais elementos reflexivos para a adoção de um estilo de vida menos predatório.

**Palavras-chave:** degradação ambiental; sustentabilidade; sensibilização.

---

## INTRODUÇÃO

Temos visto crescer os debates acerca das questões ambientais e a preocupação crescente com o futuro dos recursos naturais que têm uma demanda cada vez maior, não permitindo que a natureza reponha tais recursos a seu próprio tempo. O consumo exacerbado e o uso irracional destes recursos tem levado a sua escassez e também ao descarte cada vez maior no seu pós-uso, aumentando a quantidade de lixo e intensificando os problemas ambientais existentes.

Este projeto foi desenvolvido no agreste alagoano, na transição entre mata atlântica e caatinga, na passagem do clima semi-úmido para o semi-árido onde nota-se que as intervenções na natureza agravam ainda mais as condições naturais interferindo na qualidade de vida das populações. A derrubada das matas significa morte das nascentes. O lixo descartado sem cuidado polui o solo, o ar e as águas. Na natureza não há nada isolado, tudo se conecta. Por isso a preocupação em alertar às gerações futuras sobre as consequências de nossas ações e, ao mesmo tempo, esclarecer que cuidados simples e modificações de hábitos diários podem fazer toda a diferença.

Muitas vezes as pessoas não fazem o certo por mera questão de desconhecimento, ignorância, falta de um processo educativo que as

fizessem refletir sobre suas ações e as consequências advindas de seus atos. Por isso a importância deste projeto de extensão: o aprendizado adquirido pelas alunas do 3º ano do Ensino Médio orientadas pela professora de geografia foi além dos muros do Instituto Federal para ajudar professores das séries iniciais a sensibilizarem seus alunos com relação às questões ambientais presentes em nosso cotidiano. Os 102 alunos do 5º ano, puderam realizar diversas atividades a cada quinze dias, conhecendo, conceituando, refletindo e também propondo soluções para os problemas ambientais trazidos como temas para os encontros. Encontros estes realizados dentro e fora da escola Municipal Ana Carolina de Queiroz na cidade de Craíbas, município limítrofe a Arapiraca. Dessa forma podemos inferir que o trabalho apresentado vai ao encontro das finalidades da educação ambiental determinadas pela UNESCO, logo após a Conferência de Belgrado (1975):

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas a ele relacionados, uma população que tenha conhecimento, competências, estado de espírito, motivações e sentido de empenhamento que lhe permitam trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais, e para impedir que eles se repitam.



Não podemos negar que tudo perpassa pelo viés da educação: uma sociedade educada vive mais e melhor. Com as questões ambientais não é diferente. Se não formos educados para fazer o que é certo, continuaremos a repetir as práticas predatórias de sempre. Quem nunca viu o rio de águas claras correndo perto das cidades, não estranha sua poluição de agora. O que temos feito até o presente é naturalizar questões sérias e muito problemáticas de poluição e destruição ambiental como se essa fosse a única saída para os dias atuais, algo inevitável. A inconformação com o que está posto é o que certamente nos levará a buscar outras saídas e outros caminhos. Este é então um dos aspectos mais importantes da educação ambiental: incomodar, trazer desconfortos para que assim não haja naturalização da degradação ambiental que temos assistido e incorporado ao nosso fazer diário sem mesmo racionalizar nossos costumes, deixando de estabelecer práticas mais sustentáveis que impactem menos o ambiente em que convivemos.

A educação ambiental ainda não é de fato aplicada pelas famílias e, assim, a responsabilidade da educação nas escolas se amplia. Muitas vezes são os mais novos que levam para casa hábitos mais saudáveis estudados nas salas de aula. O pensamento de Medeiros (2011), a seguir, vem ao encontro daquilo que identificamos no decorrer do projeto:

A cada dia que passa a questão ambiental tem sido considerada como um fato que precisa ser trabalhado com toda a sociedade e principalmente nas escolas, pois as crianças bem informadas sobre os problemas ambientais vão ser adultos mais preocupados com o meio ambiente, além do que elas vão ser transmissoras dos conhecimentos que obtiveram na escola sobre as questões ambientais em sua casa, família e vizinhos. (MEDEIROS, 2011, p.02)

Quando o aluno vê aplicabilidade naquilo que discute na escola, ele ressignifica o que aprende, incorpora a prática. Daí a grande importância deste projeto de extensão que contextualiza a

vivência dos discentes no ambiente e mostra novas possibilidades de convivência com o meio onde vivem, tendo inclusive, tudo a ver com o tema do CBEU 2018: “Extensão e sociedade: Contextos e possibilidades”.

As crianças foram estimuladas a olharem ao seu redor, examinarem as condições ambientais e desafiadas a fazer diferente. Nada mudará sem que ocorra mudanças na forma de pensamento. É a forma com que pensamos que nos faz atuar e modificar hábitos e costumes, modificando nossas ações. Se não houver sensibilização, não haverá novas formas de pensar e tampouco de agir. Por isso temos insistido que a educação ambiental nas séries iniciais contribui para a formação de sujeitos capazes de agir e minimizar os tão graves problemas oriundos do descaso e falta de políticas públicas eficientes para tratar e solucionar os problemas ambientais que tanto afligem a sociedade atual. É o que podemos averiguar nas palavras de LEFF (2015):

Desta maneira, a aprendizagem é um processo de produção de significações e uma apropriação subjetiva dos saberes. Neste sentido, o processo educacional auxilia a formação de novos atores sociais, capazes de conduzir a transição para um futuro democrático e sustentável. (2015, p. 246)

O trabalho desenvolvido teve por objetivo envolver alunos do ensino fundamental em algumas questões ambientais, buscando abordar três principais temas baseando-se nos problemas ambientais: Lixo (definição, tipos, causas, consequências, coleta seletiva, reciclagem), desmatamento (definição, causas e consequências) e a problemática da água (definição, ciclo hidrológico, bacia hidrográfica, abastecimento dos lençóis de água, causas e consequências da poluição). Trabalhamos com os alunos de forma lúdica, sempre com a intenção de provocar mudanças de comportamento e atitudes diante da degradação ambiental, de forma a possibilitar a melhoria da qualidade de vida, mostrando que somos responsáveis pelo estilo de vida que adotamos e que, se não

houver sensibilização por parte de todos, para mudarmos nossos hábitos, as agressões à natureza perpetuarão, impossibilitando um futuro melhor às próximas gerações.

A importância da educação ambiental é imensurável. Através dela existem outras questões a serem trabalhadas que colaboram para a formação dos sujeitos como um todo. Não há como falar de questões ambientais sem nos referir ao consumismo que valoriza o ter ao invés do ser, o desperdício de alimentos levando em conta o uso da água, solo e combustíveis usados no transporte dos mesmos até nossa mesa e muitas outras questões inerentes. Resumidamente, podemos dizer que trabalhar a educação ambiental perpassa também pela ética, pelas regras de convivência social, pela responsabilidade e respeito ao outro (em especial às futuras gerações), à natureza e a nós mesmos. Observemos os princípios gerais básicos da Educação Ambiental (SMITH, apud SATO, 1995), descritos a seguir e trabalhados durante o projeto:

#### Princípios gerais da Educação Ambiental:

- Sensibilização: processo de alerta, é o primeiro passo para alcançar o pensamento sistêmico;
- Compreensão: conhecimento dos componentes e dos mecanismos que regem os sistemas naturais;
- Responsabilidade: reconhecimento do ser humano como principal protagonista;
- Competência: capacidade de avaliar e agir efetivamente no sistema;
- Cidadania: participar ativamente e resgatar direitos e promover uma nova ética capaz de conciliar o ambiente e a sociedade.

A educação perpassa por todas as esferas de vida, auxiliando-nos na resolução dos problemas e deixando um legado de conhecimento às próximas gerações. Por isso não apenas se constitui dever da escola, mas missão a ser desenvolvida em benefício de todos. Não existe educação que prepare para a vida sem antes fazer com que cada discente reflita sobre sua relação com a natureza e o próximo.

Ressaltamos ainda o que diz Gadotti em defesa da educação ambiental:

Sem uma educação para uma vida sustentável, a Terra continuará apenas sendo considerada como espaço de nosso sustento e de nosso domínio técnico-tecnológico, um ser para ser dominado, objeto de nossas pesquisas, ensaios e, algumas vezes, de nossa contemplação. (GADOTTI, 2009, p.63)

Pensando na educação ambiental com o propósito acima referido, escolhemos os discentes do 5º ano, com idade entre 9 e 11 anos, a fim de participarem de vários encontros quinzenais para que pudéssemos compartilhar o quão preocupante tem sido a exploração e o uso demasiado dos recursos sem que paremos para refletir o quanto as agressões à natureza prejudicam os ecossistemas e, por consequência, a espécie humana. Podemos, aos poucos, construir uma sociedade sensibilizada, consciente e principalmente mais sustentável. Este é o caminho para que cada indivíduo mude seus hábitos e assuma a responsabilidade por seus atos levando à diminuição da degradação ambiental e, para que isso ocorra, a educação nos parece um excelente caminho.

## METODOLOGIA

O Instituto Federal de Alagoas – Campus Arapiraca em parceria com a escola Ana Carolina de Queiroz (Craíbas/AL), desenvolveu o projeto: “A sensibilização ambiental como forma de incentivar crianças a se engajarem em um modelo de vida Sustentável” nas turmas A, B e C do 5º ano do ensino fundamental no turno vespertino, atendendo a 102 alunos. O encontro com cada turma era feito a cada 15 dias na escola parceira. As atividades planejadas envolvendo os temas abordados (lixo, desmatamento e água) foram trabalhadas no período de 8 meses. Dentre as atividades realizadas, podemos citar:

- a) **Palestra inicial:** Apresentação do projeto abordando de forma sucinta os assuntos a serem trabalhados. Através de muitas imagens e vídeos, de forma descontraída e interativa, os alunos começaram a partilhar o que sabiam.
- b) **Atividade escrita:** Aplicação de atividades visando abordar o que fora apresentado na palestra, contendo questões objetivas, subjetivas, de correlacionar, palavras cruzadas, caça palavras e outras. O intuito foi saber o que os alunos entendiam sobre os temas escolhidos e compreendermos suas dificuldades, para melhor trabalharmos os assuntos abordados.
- c) **Cinema ambiental:** Os alunos assistiram ao filme de temática ambiental denominado “Lórax”. A temática do filme de duração de 1 hora e 30 minutos foi sobre a importância das árvores e o estilo de vida predatório adotado pela sociedade atual. Após a exibição, eram feitos debates para que os alunos pudessem relatar a mensagem extraída do filme.
- d) **Confecção de brinquedos e potes feitos com material reciclável para plantio:** Trabalhando a questão da reutilização que corrobora para a diminuição da quantidade de lixo e, ao mesmo tempo, desenvolvendo a criatividade, coordenação motora e outras habilidades. Foram usados potes, garrafas pet, cordões, EVA e cola quente.
- e) **Confecção de um mini cenário ambiental:** os alunos confeccionaram um mini cenário idealizando o ambiente ideal para se viver, cheio de vegetação, animais, ar puro, livre do desmatamento e da escassez de água. Para isso usamos palitos de picolé, papelão, cartolinas, folhas A4 com desenhos impressos, cola branca, cola com glitter, cola quente, canetas para pintar, tesouras escolares e papel crepom.
- f) **Piquenique e plantio de mudas no Bosque das Arapiracas:** Atividade realizada com as 3 turmas, em dias distintos, foi realizada na cidade de Arapiraca onde fica o IFAL. O local foi escolhido por se tratar de ampla área verde, propiciando um passeio às turmas, pois muitas das crianças nunca haviam saído da escola para ter uma atividade de campo. Os objetivos foram a socialização dos mesmos, dar sentido ao que vinham aprendendo com o projeto e mostrar na prática a importância da arborização através do plantio de mudas. Durante a atividade os alunos tiveram explicações sobre as partes das plantas, os benefícios da arborização, nome e características das mudas que estavam plantando e, com isso, puderam perceber a importância da arborização e a colocar em prática. As mudas da planta arapiraca foram adquiridas do viveiro de mudas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a prefeitura da cidade de Arapiraca abriu os espaços para plantio disponibilizando o engenheiro florestal para administrar o plantio. O lanche foi organizado pelas alunas extensionistas e a escola encaminhou professores para o acompanhamento dos alunos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os resultados obtidos, podemos destacar:

- a) O interesse despertado nas crianças para repensar suas ações com relação ao ambiente em que vivem. Através da grande diversificação das atividades desenvolvidas, conseguimos sensibilizá-los e alcançar grande êxito na forma com que os alunos passaram a pensar e agir, adotando práticas mais conscientes com relação à preservação ambiental. Fato este observado em um ambiente escolar mais limpo e
- b) Mais aproximação do IFAL/Campus Arapiraca com a comunidade: A Instituição de Ensino saiu dos seus muros corroborando para novas experiências de ensino, tanto para as idealizadoras do projeto, quanto para a comunidade escolar.



Fig. 1: Uma das turmas no momento da palestra inicial. A foto representa a interação entre as bolsistas do IFAL e a Escola Ana Carolina de Queiroz, através do público alvo.

- c) Desenvolvimento de habilidades com a escrita, interpretação e raciocínio lógico, tornando a aprendizagem mais atrativa e melhorando o ambiente escolar. Essa atividade foi preparada com o objetivo de
- averiguar o que os alunos assimilaram e as possíveis dúvidas e equívocos que pudessem surgir. Havia atividade de relacionar colunas, com caça-palavras e cruzadinhas, de pintar, questões objetivas e subjetivas.



Fig. 2: Discentes realizam as atividades propostas sob a orientação das bolsistas

d) Oficina com materiais recicláveis: Os alunos trouxeram materiais que seriam descartados em sua residência para criarem brinquedos e potes para plantio de flores ou chás. Houve explicações do que são feitas as embalagens

que trouxeram e os males que acarretam se descartadas incorretamente. Como resultados dessa ação podemos citar o desenvolvimento da coordenação motora, criatividade e interação com os colegas de classe.



Fig. 3: Alunos exibindo os potes para plantio de chás/flores e brinquedos recicláveis que criaram durante a oficina.

e) Através da criação do mini cenário ambiental, puderam perceber que o ambiente onde moramos poderia ser bem melhor se houvesse mais respeito e seriedade em relação

às questões ambientais. Essa atividade propiciou o desenvolvimento da imaginação e criatividade, aumentando a concentração e diminuindo a ansiedade.



Fig. 4: Alunos construindo o mini cenário ambiental: o ambiente ideal idealizado por eles.

f) A cidade de Arapiraca se tornou mais verde: Foram plantadas ao todo 45 novas mudas nativas no Bosque das Arapiracas. Os alunos foram induzidos a refletir durante as atividades sobre os benefícios das árvores para o clima (temperaturas mais amenas), as águas (potencializando a infiltração das chuvas e abastecendo os lençóis freáticos), colaborando para o aumento das chuvas

através do processo de evapotranspiração, purificação do ar, dentre outros tantos benefícios. O momento do plantio serviu para reafirmar a importância da arborização e os alunos puderam ter um momento único, muitos nunca haviam saído da escola para alguma prática educativa ou plantado uma árvore, ampliando a visão de preservação e tornando-os protagonistas deste processo.



Fig. 5: Piquenique no Bosque das Arapiracas, antes do plantio das mudas.



Fig. 6: Alunas realizando o plantio da muda da planta Arapiraca: atividade que marca o encerramento do projeto.

g) Através do gráfico abaixo, que mostra a pesquisa feita com os discentes, é possível observar a grande aceitação do projeto desenvolvido, com a grande maioria

afirmando estar “muito satisfeita” com o trabalho. Acredita-se que o projeto colaborou para deixar o ambiente escolar mais prazeroso e atrativo.

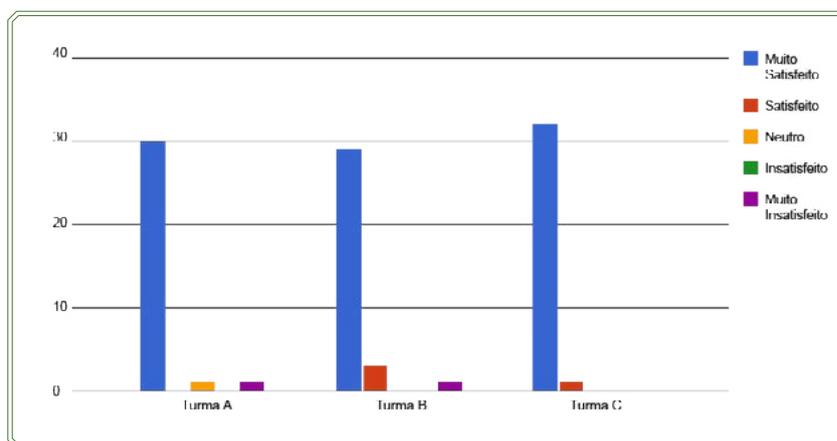


Gráfico 1: Índice de satisfação do público atendido:

Fonte: Questionário aplicado aos discentes participantes do projeto.

## CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável o poder que a educação tem de transformação na vida de qualquer pessoa. Através do projeto desenvolvido, concluímos que o papel transformador da mesma é ainda maior nas séries iniciais. As crianças, a princípio, são meras reprodutoras de hábitos e exemplos. Portanto, se a escola não informa e conscientiza, ela não será capaz de formar cidadãos aptos a mudarem sua realidade. De acordo com SEGURA:

A escola foi um dos primeiros espaços a absorver esse processo de “ambientalização” da sociedade, recebendo a sua cota de responsabilidade para melhorar a qualidade de vida da população, por meio de informação e conscientização. (2001, p. 21).

O trabalho agora apresentado levou as crianças a refletirem sobre o mundo que as cerca, os cuidados que devemos desempenhar e o que podemos fazer de imediato: evitar o desperdício de água e de alimentos, fazer a separação do lixo domiciliar, etc. Coisas simples, mas que necessitam de prática, de estarem incorporadas ao nosso fazer diário.

A mudança de comportamento é um hábito social difícil de modificar e que necessita de uma educação de fluxo contínuo que proporcione discussões mostrando as consequências e que é possível adotar práticas diárias menos predatórias. Os alunos que participaram das atividades propostas com certeza têm mais elementos reflexivos para adoção de práticas sustentáveis em detrimento daqueles que não participaram.

Sem educação voltada para o meio ambiente não conseguiremos reverter ou minimizar as práticas que promovem degradação ambiental. Conforme o que já fora exposto, é preciso modificar a forma de pensamento para modificação de ações. As crianças passaram a manter o ambiente escolar mais limpo após entender de onde vem o papel, como é feito,

os recursos gastos, ou seja, que o papel tem seu custo econômico, mas, sobretudo, o custo ambiental que até agora passou despercebido e irrelevante por muitos.

Pela alegria e entusiasmo na realização das atividades, o projeto deixou um legado de preocupação ambiental e necessidade de mudanças de hábitos que os alunos levarão para as demais etapas da vida. Os momentos experienciados certamente ficarão como boas sementes plantadas para um futuro em que as pessoas se preocupem mais e façam mais pelo meio em que vivem.

Para a escola participante ficou a certeza de que quanto mais interação e ajuda de outras instituições de ensino, maior a possibilidade de inovação dos projetos de ensino e por consequência, mais qualidade na educação. E para as responsáveis pelo projeto, a certeza de que ações como essa são medidas eficazes contra a alienação ambiental que promove na sociedade atual uma cegueira permanente que a impossibilita de vislumbrar que um ambiente mais limpo e menos degradado é possível através da participação social, responsabilidade do setor empresarial e atuação de políticas públicas eficazes. Um futuro com menos degradação ambiental é possível se ações, ainda que de forma tímida, porém permanentes fizerem parte do nosso cotidiano. Como o dito no provérbio chinês: a caminhada de mil milhas começa sempre com um primeiro passo. Logo, não conseguiremos sanar tão grandes problemas ambientais, se não começarmos por pequenas ações voltadas para aqueles que têm nas mãos o grande potencial de modificar todo o curso do histórico degradante e poluidor: o ser humano. O investimento nas pessoas será sempre a melhor forma de fazê-las trabalhar para as pessoas, modificando contextos e gerando novas possibilidades para uma sociedade carente de melhoras significativas no ambiente em que vivem.

## REFERÊNCIAS

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MEDEIROS B. Aurélia, *et al.* A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, V.4, n.1, set.2011.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos:UFSCar/PPG-ERN,1995.

SEGURA, Denise de S. Baena. **Educação Ambiental na escola pública**: da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p.





